



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)**

**O MUSEU QUE NUNCA HOUE: O MUSEU DA DESCOBERTA EM DISPUTA
PELAS MEMÓRIAS PORTUGUESAS EM ZONAS DE CONTATO**

JÉSSICA CARLOS PEREIRA

Foz do Iguaçu
2023

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS
LATINO-AMERICANOS (PPG IELA)**

**O MUSEU QUE NUNCA HOUE: O MUSEU DA DESCOBERTA EM DISPUTA PELAS
MEMÓRIAS PORTUGUESAS EM ZONAS DE CONTATO**

JÉSSICA CARLOS PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Francieli Rebelatto

Foz do Iguaçu
2023

JÉSSICA CARLOS PEREIRA

**O MUSEU QUE NUNCA HOUE: O MUSEU DA DESCOBERTA EM DISPUTA PELAS
MEMÓRIAS PORTUGUESAS EM ZONAS DE CONTATO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dra. Francieli Rebelatto
UNILA

Coorientadora Prof^ª. Dra. Laura Fortes
UNILA

Prof^ª. Dra. Mariana Selister Gomes
UFSM

Prof^ª. Dra. Rita de Cássia Melo Santos
UFPB

Foz do Iguaçu, 24 de Outubro de 2023

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

P436

Pereira, Jéssica Carlos.

O museu que nunca houve: o Museu da Descoberta em disputa pelas memórias portuguesas em zonas de contato / Jéssica Carlos Pereira. - Foz do Iguaçu, 2023.

110 f.: il., color.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu - PR, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Francieli Rebelatto.

Coorientadora: Profa. Dra. Laura Fortes.

1. Museu da Descoberta. 2. Museologia Social. 3. Lusotropicalismo. 4. Memória Social. 5. Colonialismo Português. I. Rebelatto, Profa. Dra. Francieli. II. Forte, Profa. Dra. Laura. III. Título.

CDU 069:325.3(469)

Dedico este trabalho ao professor e antropólogo Rui Mateus Pereira, que me auxiliou nas pesquisas sobre museologia, na Universidade Nova de Lisboa, falecido em 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, aos meus pais, a minha irmã Júlia, meu cunhado e minha avó, por todo apoio e incentivo nessa jornada acadêmica. Aos meus sogros por todo apoio nos momentos difíceis e pelo carinho que tiveram para que esse trabalho se tornasse possível. Aos meus colegas de trabalho do IBGE-RS e da Escola Cruzeiro com quem pude compartilhar as experiências e que me auxiliaram nessa loucura de equilibrar uma jornada de 40 horas semanais e uma pesquisa acadêmica.

Ao meu amigo Khalil por embarcar na pesquisa e me levar até o museu do Porto através de um celular, obrigada pelo carinho e por sua amizade. E ao João Pedro por todo apoio na construção inicial do meu projeto de pesquisa, obrigada por compartilhar referências de historiadores e me direcionar na escrita. As minhas amigas Bianca e Thaina por todo apoio e suporte emocional nos tempos de crises.

À minha orientadora Francieli e a minha coorientadora Laura Fortes, obrigada por abraçarem a minha pesquisa e acreditarem na minha escrita. A UNILA e ao PPGIELA por proporcionar um ensino de qualidade, interdisciplinar, intercultural e gratuito, aos professores e colegas de curso. E também ao secretário do curso, obrigada, Newton, por todo apoio quando precisei.

Agradeço em especial ao Sharlon por compartilhar seus dias e sua vida comigo, me auxiliando em toda pesquisa e por toda paciência nesse percurso quase interminável, não teria sido possível sem você.

Agradeço meu sobrinho Bento, você foi a força que eu precisava para terminar a pesquisa. Espero que cresça em um mundo menos racista em que os povos indígenas tenham suas terras demarcadas e sua história respeitada.

RESUMO

O presente trabalho procura construir uma linearidade entre o passado e o presente da sociedade portuguesa e analisar como os discursos da modernidade ainda influenciam suas memórias e identidade no século XXI. A pesquisa tem como objeto de estudo central o projeto de construção do *Museu da Descoberta* na cidade de Lisboa, proposto no ano de 2018 com o objetivo de abordar as navegações portuguesas. Para isso, serão analisadas as exposições ocorridas no país entre 1940 e 1998, além de uma visita a um dos museus já existentes com a mesma nomenclatura. Para tal, exploramos como os museus e as exposições podem ser utilizados a partir de um viés político hegemônico para propagar um imaginário lusotropicalista, moldando o nacionalismo na sociedade portuguesa, principalmente a partir do século XX. A utilização de jornais eletrônicos auxilia no recorte de opiniões de jornalistas e intelectuais portugueses que abordam a construção do museu atualmente, além da busca por informações e dados levantados no passado. A pesquisa tem como objetivo questionar como Portugal reproduz a história das “descobertas” se apoiando nas glórias do passado para construir uma identidade própria enquanto esconde, em seus manuais didáticos, jornais, exposições e museus, as explorações e violências cometidas no processo de colonização.

Palavras-chave: Museu da Descoberta. Museologia social. Lusotropicalismo. Colonialismo Português. Memória social.

RESUMEN

Este trabajo busca establecer una linealidad entre el pasado y el presente de la sociedad portuguesa y analizar cómo los discursos de la modernidad todavía influyen en sus memorias e identidad en el siglo XXI. La investigación tiene como objeto central el proyecto de construcción del Museo de los Descubrimientos en la ciudad de Lisboa, propuesto en el año 2018 con el objetivo de abordar las navegaciones portuguesas. Para ello, se analizarán las exposiciones que tuvieron lugar en el país entre 1940 y 1998, además de una visita a uno de los museos ya existentes con la misma denominación. Con este fin, exploramos cómo los museos y las exposiciones pueden ser utilizados desde una perspectiva política hegemónica para difundir un imaginario lusotropicalista, moldeando el nacionalismo en la sociedad portuguesa, principalmente a partir del siglo XX. El uso de periódicos portugueses ayuda a recopilar opiniones de periodistas e intelectuales portugueses que abordan la construcción del museo en la actualidad, además de la búsqueda de información y datos recopilados en el pasado. La investigación tiene como objetivo cuestionar cómo Portugal reproduce la historia de los 'descubrimientos', apoyándose en las glorias del pasado para construir una identidad propia mientras oculta, en sus manuales educativos, periódicos, exposiciones y museos, las exploraciones y violencias cometidas en el proceso de colonización.

Palabras clave: Museo de los Descubrimientos. Museología social. Lusotropicalismo. Colonialismo portugués. Memoria social.

*Podemos assim concluir que “Terra à vista” – a primeira fala sobre o Brasil – expressa o olhar inaugural que atesta nas letras a nossa origem. Pero Vaz de Caminha dará o próximo passo lavrando nossa certidão, com sua Carta. Ao mesmo tempo, para os europeus, essa exclamação diz o início de um processo de apropriação. Descoberta significa, então, conquista. **Eni Puccinelli Orlandi***

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Imagem semelhante às contidas nos manuais didáticos analisados pelas pesquisadoras. Pintores: Johann Baptist Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius - O Batuque em São Paulo, 1817..... | 37 |
|--|----|

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|----|
| Fotografia 1 – Manifestantes indígenas em confronto com a polícia na comemoração pelos 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil no dia 22 de abril de 2000..... | 21 |
| Fotografia 2 – Inauguração da exposição em frente ao “Pavilhão os portugueses no mundo”..... | 44 |
| Fotografia 3 – Vestíbulo da Exposição Histórica do Brasil: no centro uma escultura em bronze representando Anchieta evangelizando o indígena, de Eduardo de Sá. Nas paredes os brasões heráldicos do Reino, do Império e da República do Brasil | 46 |
| Fotografia 4 – Réplica de uma caravela que navegou durante a inauguração da Expo'98..... | 47 |
| Fotografia 5 – Um dos painéis de entrada do museu recepcionava os visitantes..... | 59 |
| Fotografia 6 – Bonecos de cera representando a rotina dos tripulantes nas cabines dos navios..... | 60 |
| Fotografia 7 – Globos expostos em mesas com mapas sobre a formação do mundo, sob a perspectiva das expansões portuguesas..... | 61 |
| Fotografia 8 – Painel expositivo, com o título “De Miragaia, partiu o Porto à descoberta de novos mundos”..... | 62 |
| Fotografia 9 – Estátua do Padre António Vieira, pintada com a palavra "Descoloniza", em Lisboa/PT..... | 70 |
| Fotografia 10 – Painel expositivo da entrada da exposição: “Uma sociedade feita de muitas sociedades”..... | 79 |
| Fotografia 11 – Na imagem do cartaz em frente a caixa está escrito: “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’”..... | 84 |
| Fotografia 12 – 'Museu dos Descobrimentos: Portugal 2019'. Poema Miniatura. Artista: Patrícia Lino..... | 88 |
| Fotografia 13 – Fotografia 13 – Memória e testemunho. Exposição Nhe'ë Porã: Memória e Transformação..... | 91 |
| Fotografia 14 – Fotografia 14 - Língua é memória. Exposição Nhe'ë Porã: Memória e Transformação..... | 92 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-------|
| Tabela 1 – Reprodução do Quadro Síntese - Comparação entre os Discursos Expográficos..... | 63 |
| Tabela 2 – Agrupamento de matérias jornalísticas e blogs ordenadas por veículos, a partir das suas datas de publicação..... | 69-70 |
| Tabela 3 – Matérias jornalísticas selecionadas com assuntos similares..... | 70 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO..... | 12 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 2 A CONTROVÉRSIA DA MODERNIDADE..... | 22 |
| 2.1 A CONCEPÇÃO DE MUNDO MODERNO E O INÍCIO DE UMA EUROPA CENTRALIZADA..... | 25 |
| 2.2 A LEGITIMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DOMINANTE IMPERIAL..... | 29 |
| 2.3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA IMPRECISÃO DOS FATOS... | 34 |
| 3 MODOS DE SIGNIFICAR: A REPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS AFETIVAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XX E XXI..... | 41 |
| 3.1 O SAUDOSISMO PELAS MEMÓRIAS IMPERIAIS E EXPANSIONISTAS.... | 44 |
| 3.2 MUSEUS E EXPOSIÇÕES COMO ZONAS DE CONTATO: NARRATIVAS VISUAIS DO MUNDO PORTUGUÊS..... | 52 |
| 3.3 OBSERVANDO O MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS, PORTO..... | 59 |
| 4 ANALISANDO OS DISCURSOS DA DESCOBERTA..... | 66 |
| 4.1 ENTRE DISCURSOS E CONTROVÉRSIAS..... | 71 |
| 4.2 A CONTROVÉRSIA DA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA..... | 81 |
| 4.3 O PAPEL SOCIAL DA MUSEOLOGIA - MODOS DE (RE)SIGNIFICAR..... | 89 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 98 |
| REFERÊNCIAS..... | 101 |

APRESENTAÇÃO

A pesquisa nasce de uma inquietação surgida durante a realização de um intercâmbio estudantil realizado no ano de 2018 na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Na época eu era estudante do curso de Licenciatura em Artes na Universidade Federal do Paraná, cujo ingresso se deu no ano de 2015. É importante frisar que mesmo antes de iniciar a graduação nutria interesse pela História da Arte e já havia realizado cursos livres sobre o assunto, cuja temática era sempre voltada para uma História da Arte europeia.

Durante o intercâmbio, que teve duração de 6 meses, escolhi algumas disciplinas que me despertaram maior interesse pessoal e acadêmico e que estavam distribuídas pelos cursos de Jornalismo (História dos Mídias), Antropologia (Museologia) e História da Arte (Cultura e Arte Contemporânea e História das Artes Não Ocidentais). Dentre elas, uma das que mais me chamou a atenção foi a de *História das Artes Não Ocidentais*. O interesse se deu não só pelo seu nome, mas em especial pelo conteúdo abordado, visto que parte significativa das aulas se baseava em discussões sobre objetos de arte da América Latina com os quais eu nunca havia tido contato em minha caminhada escolar ou acadêmica e, conseqüentemente, desconhecia totalmente o assunto.

Foi um momento de questionamento sobre tudo que havia aprendido até aquele momento com relação à História da Arte e a história e identidade cultural dos países que constituem a América Latina. De certa maneira, me senti deslocada por ter tão pouco conhecimento sobre o processo de colonização dos povos originários das Américas, ou seja, a sensação de não pertencimento pairava no ar, visto que a minha relação com a identidade latino americana não existia.

É nesse momento que nasce o desejo de descoberta pessoal sobre as identidades latino-americanas¹. Comecei a pesquisar de forma independente o que os meus colegas portugueses pensavam sobre o Brasil e sobre o processo de colonização perpetrado por Portugal. Para minha surpresa, a maioria dos colegas com quem pude conversar falavam das expansões marítimas com muito orgulho, afirmando que elas foram responsáveis por promover o desenvolvimento das expansões territoriais de Portugal e que foi esse processo que permitiu que o Brasil pudesse ser construído e “civilizado”. Segundo esses colegas, os povos que já habitavam a terra (povos indígenas) antes da chegada dos portugueses eram selvagens que necessitavam ser “descobertos”

¹ Considerando que não temos uma identidade homogênea.

pelos portugueses. Esses povos eram retratados como povos sem história e, por conta disso, hoje os brasileiros deveriam ser gratos por tudo que Portugal fez ao nosso país.

Pouco tempo depois da discussão acima relatada fui convidada para participar de uma reunião que abordaria a construção de um novo museu na cidade de Lisboa que seria nomeado como Museu da “Descoberta”. De imediato me chamou a atenção a nomenclatura da proposta e resolvi participar da reunião, pois entendia que os cursos de História, História da Arte e Antropologia, que iriam compor a mesa de debates, abordariam a discussão sobre a problemática do nome do museu.

Contudo, após algumas horas de discussões, os únicos assuntos tratados diziam respeito à questão orçamentária do país e à preocupação sobre como construir um novo museu na cidade enquanto outros museus necessitavam de manutenção em sua infraestrutura. Em determinado momento pedi a fala e comentei sobre a problemática da nomenclatura e a importância de se discutir não só as questões acerca da viabilidade financeira ou técnica, mas também o questionamento sobre o nome do museu, entretanto fui ignorada e silenciada por um grupo de cerca de 60 pessoas, composto em sua maioria por portugueses.

No ano de 2020 decidi aprofundar meus estudos sobre as expansões marítimas portuguesas com o intuito de entender como o currículo português aborda a colonização portuguesa e, conseqüentemente, como isso influencia a forma como os portugueses compreendem o processo colonial. Além disso, também me interessei em saber se haviam exposições ou museus que utilizavam o nome “Descoberta” ao tratar do tema. E através das matérias de jornais sobre a construção do referido museu pude observar opiniões semelhantes com as das situações descritas anteriormente.

Dessa forma, vi no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Latino-Americanos a oportunidade de construir um diálogo apoiado em teóricos latino-americanos que discutem as problemáticas existentes no processo das “descobertas”, ou seja, no processo de colonização, levando em consideração os apontamentos sobre a construção da Modernidade e dos imaginários instituídos pelas nações e questionando as atrocidades cometidas contra os povos originários ao longo de todo esse processo. No decorrer das disciplinas pude conhecer novos teóricos que incluí na minha pesquisa, além de ter a oportunidade de repensar diversos pontos do meu projeto durante as discussões e os debates com os colegas, professores e professoras.

Cabe afirmar que, por mais que tenha optado por um programa de pós-graduação em estudos latino americanos para uma pesquisa centrada na Europa,

dialogar com uma perspectiva interdisciplinar latino-americana é de grande importância para ampliar o debate acerca da construção de identidade e memórias na contemporaneidade e questionar a forma como a história das expansões ainda é contada e representada. Como professora e pesquisadora, me preocupo que em pleno século XXI ainda transcrevemos a mesma história que foi escrita no século XVI e que se baseia em uma perspectiva que vai ao encontro da literatura portuguesa e considera a catequização, a escravidão, o genocídio indígena, a colonização e a extração de bens materiais e imateriais como algo positivo e necessário para a construção de ambos países.

1 INTRODUÇÃO

A proposta de construção de um museu que fere a memória dos povos originários e escravizados e que não se preocupa em contar suas histórias, ou seja, mantém suas resistências apagadas dos livros de história, invisibilizadas e tratadas como um mero detalhe necessário para a constituição da Modernidade, torna esse debate necessário. Vista a necessidade de trazer à luz discussões existentes há décadas e realizadas por diversos jornalistas, economistas, políticos e intelectuais portugueses sobre propostas de criação de um museu em Portugal cujo foco seria abordar as navegações portuguesas e o colonialismo, sempre com uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica.

Portanto, o objetivo da pesquisa é mostrar e questionar como Portugal reproduz a história das “descobertas” e se apoia nas glórias do passado para construir sua memória e sua identidade nacionais enquanto esconde nessas representações as diferentes formas de exploração, espoliação colonial e violências cometidas. A importância de trazer um debate sobre museus e monumentos que glorificam o passado colonial e minimizam a violência cometida contra povos indígenas e africanos é central.

No ano de 2020, com a derrubada de estátuas e monumentos em homenagem a personagens históricos que apoiavam essa violência, o assunto esteve em voga na sociedade e levantou questionamentos sobre a manutenção dessas obras sem levar em conta uma reparação histórica e social. Ademais, no ano de 2022, o Brasil comemorou seus 200 de anos de independência de Portugal e me pareceu ainda mais urgente discutir essa temática desde uma perspectiva crítica e interdisciplinar.

A discussão parte da problemática surgida quando, no ano de 2017, Fernando Medina apresentou a proposta da construção do museu como parte de seu programa político intitulado “Afirmar Lisboa Como Cidade Global”. O candidato anunciou que uma de suas medidas seria a criação do “Museu da Descoberta”, na cidade de Lisboa (MARTINS, 2018). A princípio, o projeto não ganhou tanta repercussão até que, manifestantes começaram a chamar a atenção por meio de cartas contra a nomenclatura do museu. Em abril de 2018, o jornal português *Expresso* publicou oficialmente uma carta de manifesto que questionava o nome escolhido para o museu² e era assinada por

² Margato (2018) aponta fatos históricos que justificam o argumento presente na carta assinada por pesquisadores do tema de diversos países e instituições. <https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-#gs.AN88gEY>

pesquisadores e historiadores de diferentes países, incluindo o Brasil. Em junho do mesmo ano mais de cem portugueses afrodescendentes, protestaram contra a nomenclatura do museu em uma outra carta, por sua vez intitulada “Não a um museu contra nós”³.

É importante frisar que, apesar do museu ainda não ter sido construído⁴, a pesquisa se propõe a analisar um dos museus já existentes em Portugal (na cidade do Porto), além de algumas exposições em torno da temática dos descobrimentos, na tentativa de compreender como elas influenciam e propagam discursos das relações de poder, além de apagarem de seus espaços qualquer narrativa que não parta do ponto de vista Português sobre o processo de colonização.

Também é vista a necessidade de pontuar as semelhanças entre as exposições de 1940 e 1998 que traziam as “descobertas” como temática, analisando a intencionalidade e a política por trás de seus discursos para uma melhor compreensão de suas reproduções na contemporaneidade. Desta forma, a visita guiada ao Museu Interativo e Parque Temático dos Descobrimento, foi de grande importância para me aproximar do objeto de estudo, ainda que me encontre geograficamente distante, serviu como auxílio para criar as próprias sínteses e registros acerca dos objetos que serviram como base para compreender o que se discute e ensina nesses espaços museológicos sobre o período das “Descobertas” a partir da perspectiva portuguesa.

De imediato a temática já causa desconforto por dialogar com uma percepção que não leva em conta a visão dos povos colonizados e não optar por uma forma plural das “histórias dos conhecimentos” (BURKE, 2018, p. 2), forma essa que possibilitaria abrir espaços para outros discursos que não fossem vindos somente dos europeus. Há a necessidade de se repensar a história que nos foi fornecida ao longo dos séculos, assim como “[...] questionar a legitimidade da conquista e denunciar a ‘violência banal’ empregada pelos conquistadores contra os povos indígenas” (CAROLA; MONTÉS, 2019), denúncia essa que necessita ser recolocada no século XXI e desconstruída através de discursos não hegemônicos.

A narrativa histórica portuguesa foi desenvolvida através da colonização, que permitiu que as grandes navegações iniciassem o processo de expansão de seus

³ Escrita por afro-portugueses que se posicionam contra a nomeação do museu: <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227>

⁴ Na matéria publicada na *Diário de Notícias* em junho de 2020, o presidente da câmara de Lisboa, Fernando Medina, afirma que o plano era iniciar a construção do Museu no ano de 2020. <https://tinyurl.com/bddmjcj2>

territórios, sendo esse um sistema que permitiu aos portugueses habitar e ocupar novos territórios. Nesse processo, foram promovidas a abertura de caminhos marítimos e rotas comerciais que, para os portugueses, seriam entendidos como mero encontro e choque de culturas, ou seja, o apagamento da história dos outros povos era tido como algo natural. O que se vê nessa forma de pensar é a imposição da lógica do eurocentrismo, quando se entende que os costumes e modos de agir dos europeus são naturalmente superiores aos de outras populações residentes em espaços geográficos distintos.

Isso tudo se dá a partir da imposição de uma construção histórica que trouxe a ideia da constituição de um ideal português de superioridade sobre os povos originários de nosso território e que impôs sua cultura a essas sociedades, ainda que para isso fosse necessário utilizar a força, a violência e a escravidão ao ponto de dizimá-los. A história que é instalada em nossa sociedade é a dos vencedores e colonizadores, aqueles que dominaram e exploraram as terras e os corpos, ou seja, uma versão da história contada que não leva em consideração a visão de quem já habitava a terra. A partir disso é instaurado o termo “descobrimientos” para essas terras que passam a ser ameaçadas e exploradas pela colonização.

Há uma preocupação com a utilização das palavras “descoberta” e “descobrimento” e quais seriam as formas mais adequadas de nomear a experiência da colonização. Por esse motivo, utiliza-se “aspas” ao citar esses termos, como sugere o historiador Carlos Renato Carola (2019), afirmando ser essa uma forma de chamar a atenção e questionar o seu real sentido.

O funcionamento e a utilização das aspas no processo enunciativo também é baseada na linguista Jacqueline Authier-Revuz (2004), que as designa como “Palavras mantidas à distância”, no sentido de manifestar um comentário crítico, através das aspas, a uma palavra que determina um momento, tempo, nomeação ou termo que, embora não se concorde com tal designação, faz parte da história que é contada e seu significado é intrínseco ao assunto⁵. Ou seja, segundo Authier-Revuz (2004), a utilização das aspas pode ser uma forma de “questionamento ofensivo do caráter apropriado de uma palavra” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225), de maneira que a sua colocação não venha gerar conflitos ou até mesmo para facilitar a compreensão.

Para isso são utilizadas metodologias de pesquisa bibliográfica e qualitativa, nas quais são analisados autores que discorrem sobre a identidade e a

⁵ Assim, “a cada vez que o locutor é obrigado a falar com palavras que percebe como impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras, que lhe são proibidas, pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 225).

memória portuguesas em torno das expansões e “descobertas” marítimas, explorando como se deu a construção desses imaginários desde 1500 e como se perpetuam até os dias atuais. Para isso, a consulta bibliográfica auxilia na interpretação dos posicionamentos históricos e a qualitativa no sentido de analisar o contexto em que esses discursos são reproduzidos e como se repetem ao longo do tempo, tendo como objeto e estudo de caso um museu que ainda não foi construído e os discursos e provocações que o acompanham.

A análise de outros trabalhos teóricos é de grande importância, uma vez que busco basear os argumentos em pesquisadores interdisciplinares que abordam de maneira crítica, seja através do viés histórico, político, da identidade e memória, museológico ou também da educação. Assim, é possível analisar o retrato que Portugal construiu para si mesmo ao longo dos séculos utilizando-se do “mito do bom colonizador” em seus discursos. A pesquisa parte do debate histórico voltado para a construção da Modernidade nos séculos XV e XVI e chegando aos dias atuais, momento em que podemos observar a reprodução de discursos ainda empregados na sociedade portuguesa. Destaca-se também o nacionalismo como parte estratégica que se apoia e utiliza essa reprodução para fazer prevalecer o patriotismo e as lembranças do passado colonial.

Nesse processo estão as questões de identidade e memória ligadas como forma de conduzir ao indivíduo, a absorver características construídas como maneira de manipulação e glorificação do passado. Observo que a museologia e as exposições também foram materiais construídos como forma de educar a população, assim como os livros de história, apontados por alguns autores que mostram como essa reprodução auxilia para fazer prevalecer os mesmos discursos e pensamentos sem que sejam questionados, oriundos de uma construção massante que se aprende desde a fase escolar.

As fontes elencadas em torno da pesquisa concentram-se em mídias digitais (jornais eletrônicos), periódicos e livros (impressos e digitais). A utilização de jornais eletrônicos se dá pelo fato de abarcar opiniões de jornalistas e intelectuais portugueses que abordam a construção do museu em tempo real, além da busca por informações e dados levantados no passado. Os periódicos auxiliam na construção de novas narrativas publicadas em anais de eventos e revistas periódicas, encontrados através de buscas relacionadas com a temática da proposta inicial no projeto apresentado, sendo esse também um meio de conhecer autores que trazem uma nova

visão sobre o temática, uma vez que muitas vezes as pesquisas similares já abordadas em livros de história não condizem com as novas visões.

Destaco alguns autores(as) que auxiliaram na fundamentação teórica e também serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa. O entendimento de memória será analisado a partir de teóricos que estabelecem relações entre o conceito e a ressignificação da história e como ocorreram essas definições ao longo das décadas, são eles Pollak (1989; 1992); Nora (1993; 2009); Dussel (1994; 2005); e Hartog (2013). No diálogo das relações sociais, políticas e culturais apontadas por autores como Cuche (1999); Mignolo (2005; 2017); e Quijano (2005); serão analisadas as relações nos meios sociais, como elas são entendidas e apresentadas, suas aplicações, investigações e pesquisas, a fim de questionar como se dá o caminho percorrido e as relações de poder sobre os povos colonizados diante de problemáticas sociais, globais e as indagações pós-colonialistas ainda presentes na contemporaneidade.

Assume-se como busca exploratória para os estudos de Identidade construídas através de museus, exposições e meios sociais, autores que dialogam sob diferentes olhares e formatos, questões de definição e pesquisas qualitativas e quantitativas, entendido por Nascimento (2008); Araújo e Maeso (2012; 2013; 2018); Hall (2003; 2012; 2016); Clifford (2016); Gomes (2014; 2019); e Brulon (2020). Esses são autores que dialogam com conceitos chave sobre as identidades em manifestações e discursos, sejam individuais ou em grupo, definidas de acordo com o meio em que estão inseridas, além de alguns deles também trabalharem diretamente com a construção da mesma através de museus, simbologias e narrativas.

Alguns autores latino-americanos serão de grande importância para trazer à luz discussões pertinentes acerca do processo de colonização e invasão europeia nos países hoje considerados como “América Latina”. Além dos conceitos que implicam na própria história dos “descobrimientos” e da “colonialidade do poder” e o seu peso histórico e social na modernidade, analisando através da perspectiva teórica da *decolonialidade* (DUSSEL, 1994; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005), problematizando a manutenção das condições colonizadas da epistemologia e buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação.

No capítulo “A controvérsia da Modernidade”, parte da análise da modernidade e sua contextualização, implicações e controvérsias, a partir do século XVI. Dividido em três partes, são analisados os primeiros registros de viagens dos europeus sobre a América, suas observações, julgamentos e críticas, destacando como esses

registro partem de uma noção de superioridade sobre os povos indígenas, construindo uma divisão entre civilizados e não-civilizados (indígenas), exemplificando como o eurocentrismo construiu a visão sobre o Outro.

Além disso, se discute como a modernidade fez parte de projeto sócio-cultural e como a exploração advinda dela auxiliou na consolidação do sistema-mundo capitalista. Dessa forma, observa-se como essa construção histórica de superioridade sobre os outros povos intervém até hoje na produção de conhecimento contemporâneo e como Portugal ainda reproduz em seus manuais didáticos discursos semelhantes e influenciando novas gerações sem um revisionismo histórico crítico.

O capítulo “Modos de significar: a representação das memórias afetivas portuguesas no século XX e XXI” se baseia na compreensão da museologia, na memória e na identidade. Através de um viés político cultural, o governo do ex-presidente e ditador António Oliveira Salazar promoveu exposições e discursos em torno das chamadas “descobertas” com o objetivo de criar uma identidade portuguesa que se conectaria com o passado das grandes navegações do passado, a partir de uma visão de mundo em que os portugueses teriam grande importância na construção da História Mundial. Assim, os museus e exposições passaram a ser utilizados com um viés político hegemônico em que se propaga um imaginário lusotropicalista, moldando uma nova memória e identidade na sociedade portuguesa do século XX.

O último capítulo “Analisando os discursos da descoberta”, tem como objetivo analisar os discursos em torno das “descobertas”, são reunidos artigos de opinião publicados em jornais e blogs que abordam a construção do Museu da “Descoberta”, fazendo um recorte com comentários a favor da construção do museu e de trechos das cartas que criticavam a nomenclatura. Além disso realiza-se um breve levantamento de acontecimentos marcantes na história da sociedade portuguesa, destacando o período de 2012 a 2023, em que houveram vários casos em torno de representações e discussões sobre as expansões marítimas, imperialismo e colonialismo português, havendo casos de racismo e xenofobia.

Foram analisadas cerca de vinte e quatro publicações jornalísticas na internet, publicadas em jornais e blogs portugueses e brasileiros, que compartilharam suas opiniões sobre a possível construção do “Museu da descoberta”, suas polêmicas, defesas, manifestos e controvérsias. Sendo assim, o quarto capítulo é específico sobre o objeto de estudo, onde são analisados discursos em defesa e contra a construção desse museu e as polêmicas sobre a temática ao longo dos anos que o antecedem.

A reunião desses quatro capítulos tentam criar uma linearidade entre o passado e o presente da sociedade portuguesa e mostrar como os discursos da modernidade ainda influenciam as memórias e identidades no século XXI. Observa-se uma não superação do passado, o que embate no controle e formas de se repensar e ressignificar a História dos povos colonizados, que ainda continuam sem voz. Em pleno 2018, uma proposta de construção de um museu denominado como “descoberta” acendeu uma fúria que há séculos não ocupava espaços públicos. É inquietante ver uma história que vem sendo costurada apenas pelo lado do colonizador e que continua rememorando um passado que promoveu genocídios e exploração em massa.

2 A CONTROVÉRSIA DA MODERNIDADE

Fotografia 1 - Manifestantes indígenas em confronto com a polícia na comemoração pelos 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil, no dia 22 de abril de 2000.



Fonte: Jornal O Globo (PEIXOTO, 2000).

Na imagem acima (Fotografia 1), registrada no dia 22 de abril de 2000 em Porto Seguro, manifestantes, entre eles Pataxós e sem-terra, entraram em confronto com a Polícia Militar do estado da Bahia durante a comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Segundo o jornal O Globo (PEIXOTO, 2000), a justificativa era de que os manifestantes buscavam “denunciar desigualdades”, porém, é possível intuir que as razões que levaram a essa manifestação tenha um caráter mais amplo do que essa mera denúncia de desigualdades⁶.

Os acontecimentos fundadores de uma identidade nacional, objeto mesmo de celebrações, pertencem geralmente a essa categoria de ferida coletiva. Associados à manipulação e à instrumentalização da lembrança, os abusos da memória se traduzem, lembra Ricoeur, pela política abusiva das comemorações das grandes datas, caracterizadas tanto pelas glórias como pelas humilhações (SILVA, 2002, p. 431).

⁶ Silvia Rivera Cusicanqui (2010), comenta sobre o processo de colonização em que a América Latina está enraizada e as constantes lutas pela sobrevivência dos povos originários contra as desigualdades sociais em busca a resistir à violência e se sobressair à contemporaneidade.

Segundo Silva (2002), através da manipulação seletiva da memória coletiva, em um processo de “rememoração”, apagam-se lembranças com as quais o país e o Estado evitam lidar, como a escravidão negra, o genocídio indígena e os massacres na nossa história, passando, assim, a se privilegiar os chamados “mitos fundadores e as utopias nacionais”, como, por exemplo, a ideia de que o Brasil é um paraíso tropical ou o país do futuro, de maneira que isso seja convidativo a visitantes e investidores estrangeiros.

Para a comemoração da “descoberta” utilizou-se como slogan a frase “De 1500 a 2000”, sendo os 1500 correspondentes à datação da “descoberta” das terras brasileiras pelos portugueses e os anos 2000 simbolizando o país se direcionando para o futuro. Constituindo-se, assim, uma visão mística de que o Brasil era “por um lado, paraíso tropical (a chegada dos portugueses em terras brasileiras) e, por outro, país dinâmico (‘país do futuro’), reforçando o imaginário coletivo e o orgulho nacional” (SILVA, 2002, p. 433)

Acerca das manifestações contrárias às comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil, elas se voltavam contra o “[...] fulcro da contradição social brasileira, geradora de desigualdades e ancoradas na própria formação do Brasil, a saber, a escravatura e a criação de um regime de racismo sutil simultâneo da sua negação ideológica” (DE ALMEIDA, 2004, p. 383). A problemática apresentada estava baseada na realização de uma festa para comemorar a chegada dos portugueses ao “Novo Mundo”, local que hoje chamamos de Brasil, fato que iniciou um dos maiores genocídios da história da humanidade, e utilizar-se para isso a terminologia “descobrimto” (GOMES; DA ROCHA, 2016). Levantou-se, dessa forma, o questionamento sobre a representatividade roubada daqueles que já habitavam essas terras, o que já se apresenta como motivo suficiente para que os manifestantes denunciasses desigualdades:

A palavra descobrimto, empregada com relação a continentes e países, é um equívoco e deve ser evitada. Só se descobre uma terra sem habitantes; se ela é ocupada por homens, não importa em que estágio cultural se encontrem, já existe e não é descoberta. Apenas se estabelece seu contato com outro povo. A expressão descobrimto implica em uma ideia imperialista, de encontro de algo não conhecido; visto por outro que proclama sua existência, incorporando-o ao seu domínio, passa a ser sua dependente (IGLESIAS, 1992, p. 23).

É de grande emergência trazer essa problematização diante das manifestações ocorridas no ano de 2021, em que voltamos a questionar os monumentos

e representações históricas e sociais que camuflam o processo escravocrata⁷. É o caso da estátua do bandeirante paulista Borba Gato, que em Julho de 2021 foi incendiada durante um ato em São Paulo. O motivo dessa ação teria sido a existência de uma estátua que homenageia um bandeirante conhecido por promover a escravidão de indígenas no século XVII.

Estela Schindel (2009), comenta sobre a forma de explorar as possibilidades de narrar o passado que ainda está em disputa na sociedade, ou seja, quando não se tem um consenso definitivo sobre a história, ao levantar reflexões como: Quem seriam os portadores legítimos dessas memórias? Seria suficiente um monumento ou um museu? Ou seria melhor agregar a um centro de documentação de informação que explique o que está a ser recordado? Ao optar por materializações da memória, pode-se estar encerrando um diálogo que ainda está vivo nas sociedades afetadas?⁸

Segundo Hall (2012), as identidades são criações sociais e culturais e partem de uma definição linguística pré-estabelecida, onde também estão presentes as relações de poder nas definições e classificações do “nós” e “eles”, o incluído e o excluído. Na tentativa de promover um debate que englobe a construção do entendimento sobre o *Outro*, a partir da descolonização de discursos eurocêntricos presentes em narrativas portuguesas acerca do processo de colonização, é importante propor ideais de museus que escapem de sua colonialidade fundante e que permitam que a autoridade do passado possa ser compartilhada e renegociada em reparação simbólica às vítimas.

Assim, reconhecemos a necessidade de se compreender a relação da Modernidade na construção da História Global, dos imaginários, das identidades e nas relações políticas e sociais, partindo desse extenso período histórico. Entende-se que é a partir do viés da Modernidade, iniciada por volta do século XV, que nasce a ideia do encontro com o Outro (não europeu), levando-nos a considerá-la um ponto chave para analisar os discursos presentes na idealização de museus. Dessa forma, dado os objetos de estudos, parte-se da ideia de que é necessário conceituar e pontuar a modernidade

⁷ Bauer (2020) debateu o posicionamento de um artigo da Folha de S. Paulo em que o jornal se manifesta contra os ataques praticados a monumentos que representam memórias do colonialismo. Segundo a historiadora, "Temos, em nossas sociedades, elementos que 'materializam' certa memória sobre o passado, a partir de escolhas que definem o que deve ser homenageado e, como relatos desse passado, integrado a nossa identidade e transmitido às novas gerações. Se, em determinada época, determinadas pessoas julgaram oportuno homenagear bandeirantes, 'descobridores', comerciantes de escravizados, devemos nos perguntar se, hoje em dia, essas homenagens permanecem condizentes com nossos valores e se seguimos desejando que essa memória e essa narrativa histórica sejam perpetuadas no espaço público". <https://tinyurl.com/y2ctogvm>

⁸ Segundo a autora, "podrían obturar en lugar de propiciar el acceso al pasado, y al formularse esa narración en forma rotunda y definitiva, coartar la posibilidad de promover un diálogo, interrogar activamente o formular nuevas interpretaciones futuras sobre lo ocurrido" (SCHINDEL, 2009, p. 77)

como um ponto chave para promover um debate que englobe a construção do entendimento sobre o Outro a partir da descolonização de discursos presentes nas narrativas portuguesas acerca do processo de colonização.

Trazendo à luz essas memórias podemos levantar mais alguns questionamentos: Quais memórias queremos compartilhar? A quem elas condizem? Como falar de um passado compartilhado que não promova silenciamentos nos chamados “efeitos negativos” da colonização? Afinal, essas memórias poderiam ser compartilhadas de forma justa, não racista, na tentativa de promover reflexões e debates a partir de uma escrita da história reparadora de preconceitos, assumindo então os seus atos passados? E o que poderíamos esperar desses impactos?

Diante disso, buscamos compreender o significado da palavra “Modernidade”. Em dicionários encontra-se definições como “Caráter do que é moderno”, “[História] Conceito iluminista segundo o qual o ser humano se reconhece como pessoa autônoma, atuando sobre a realidade (natureza e sociedade) pelo uso da razão” ou até mesmo “O que existe ou passou a existir recentemente”. Além disso, é possível constatar, em breves pesquisas em sites acadêmicos sobre a relação da Modernidade e a colonização portuguesa no Brasil, que ainda são poucas as pesquisas que mostram essa relação, com Portugal normalmente deixado de lado e sendo mais comum as pesquisas se voltarem para a Modernidade conectada à Colonização Espanhola. Sentimos necessidade, com isso, de apontar e colocar os fatos sobre a mesa, discutindo ao longo do texto a relação do conceito de Modernidade e a participação portuguesa na construção desse pensamento e idealização.

2.1 A CONCEPÇÃO DE MUNDO MODERNO E O INÍCIO DE UMA EUROPA CENTRALIZADA

Este embate se dá a partir da leitura hierarquizada da história, definida e construída pela igreja (religião) e em nome da civilização que se apoia na ideia de que tudo partiria de uma ordem mundial que dividiria a espécie humana⁹. Essa concepção acompanhou a formação do mundo moderno e norteou a visão Europeia sobre os outros povos e culturas. Além disso, este pensamento auxiliou na estruturação de inúmeros estereótipos (PANEGASSI, 2017).

⁹ A percepção de que existia uma ordem universal era comum ao imaginário europeu da primeira modernidade. Imperava a ideia de que tudo possuía uma ordenação que fora definida desde a origem do mundo e da criação da humanidade (HESPANHA, 2001 apud PANEGASSI, 2017).

Jean França (2011) comenta a forma como os estrangeiros relatavam e descreviam o Brasil no século XVI, analisando a maneira que os escritores se atentavam a detalhes e comparações superficiais, pois eram discursos que o público culto tinha interesse em ler para desfrutar dos imaginários do mundo novo e paradisíaco. Assim, não há muitos registros históricos sobre o que ocorria de fato no país. Consta-se que até 1576 os portugueses haviam escrito muito pouco do Novo Mundo e que a maioria das notícias que começaram a aparecer eram em outros idiomas que não o português.

A falta de relatos de viagens mais aprofundada sobre o momento em que ocorria o processo de invasão e disputa no país traz a ideia de que Portugal desejava obter imunidade aos impactos da invasão e que havia uma certa "política de sigilo" que fazia com que não houvessem registros mais aprofundados sobre o assunto (FRANÇA, 2011). Porém, é questionável essa falta de registro, pois é compreensível que Portugal fizesse uma escolha política de não divulgar estes territórios, dada a riqueza aqui encontrada, o que poderia, dessa forma, atrair disputa de outros países. O autor chega a comparar as poucas narrativas sobre o Brasil em três séculos com a quantidade de escritos sobre a América do Norte, a Índia, as terras austrais e a América Espanhola, e destaca a falta de material histórico sobre o Brasil durante esse processo inicial. Mary Pratt denomina esse tipo de literatura como "literatura imperial", ou seja, escritos de viagem dos séculos XVII e XIX construídos a partir do "ponto de vista difusionista como verdade neutra e patamar básico de análise" (MACHADO, 1999, p. 154).

As comparações feitas a partir dos relatos escritos pelos colonizadores e jesuítas criaram os registros dos primeiros estereótipos que tinham como base as comparações entre "eles" e "nós". Um exemplo dessa construção de imaginário é citada pelo historiador Rubens Panegassi que destaca um trecho da crônica do jesuíta José de Acosta, publicada em 1590, acerca da alimentação. Nela, o jesuíta destaca de forma hierarquizada os ingredientes utilizados pelos indígenas para preparar a receita de um "pão" pelo simples fato de utilizarem um ingrediente diferente dos europeus. No caso, por não ser feito de trigo e sim de outros grãos, como o milho, encontrado em grande parte da América. Esses padrões de comparação diante de processos de conexão entre povos e culturas definiria, ao longo do tempo, estereótipos no mundo moderno, utilizados como suporte a questões políticas, culturais e ideológicas (PANEGASSI, 2017).

Enrique Dussel (1994) nos apresenta de forma sistemática dois paradigmas da modernidade, sendo necessários apresentá-los para tentar compreender quais eram os argumentos e motivações que estavam presentes nesses discursos. Um

deles se justificando e o outro afirmando as suas motivações e obediência a um bem centrado. Ao longo da história esses paradigmas foram utilizados para justificar a “necessidade” do uso da violência, a exploração e o genocídio dos povos originários. Basicamente, é possível compreender que não haveria escapatória para fugir do plano maior que se apresentava como modernidade.

Por um lado, a modernidade era considerada como uma emancipação racional, ou seja, a humanidade teria passado por um amadurecimento no tempo histórico, através do “esforço da razão como processo crítico” (DUSSEL, 1994, p. 185). Dessa forma, o europeu absorveria a ideia de que ele era mais desenvolvido. Segundo Dussel (2005) essa conceituação foi utilizada, ao mesmo tempo, de maneira irracional para agir com violência. Subdividida, neste caso, em:

- A. Autocompreensão de serem modernos se comparados ao Outro. Com isso, o europeu se colocaria como mais desenvolvido e superior;
- B. Obrigação moral de desenvolver os considerados “primitivos e bárbaros”;
- C. O desenvolvimento educativo deveria ser baseado no modelo europeu;
- D. Quando se opusessem ao processo civilizador, poderiam utilizar da violência para destruir os obstáculos;
- E. Novamente, a violência se justifica como algo inevitável, em um sentido quase ritual de sacrifício, tudo em nome da civilização;
- F. A vítima, o primitivo e bárbaro, possui culpa. Por isso iria se opor ao processo civilizador e a inocente modernidade;
- G. Seriam justificáveis os sofrimentos e sacrifícios em nome do processo de civilizar e modernizar os outros, também considerados como “povos atrasados”.

Na perspectiva da Modernidade, a América teria sido “descoberta”, em uma invenção forjada com base na história colonial europeia, e ela nasceria no tempo histórico somente após o contato com o europeu. Esse é também o momento que marca a classificação das raças no mundo, sendo o europeu o mais desenvolvido no tempo histórico em que iniciou o processo de invenção, mapeamento, apropriação e exploração, sob a bandeira dos ideais ocidentais cristãos (MIGNOLO, 2017).

A materialização da Modernidade só foi possível com o choque do europeu com o Outro. A partir daí a Europa pôde se definir como centro da História Mundial, relegando todos os demais continentes à dominação. Seguindo o exemplo de Dussel (1994), evita-se a utilização da palavra “encontro” para esse momento, pois encobriria a dominação por trás desse sentido, em que europeu se coloca como “eu e o

meu mundo” e o indígena seria aquele que estaria em outro mundo, ou seja, o mundo do Outro seria totalmente desprezado e apagado.

Através de uma autodeterminação como uma fonte “central” de conhecimento, a Europa Ocidental visou a disseminação de seus valores em escala planetária, colocando-se como ponto inicial na história e exemplo de civilidade. Segundo Dussel (2005), essa centralidade é um dos determinantes fundamentais da Modernidade, “[...] tomando a própria cosmologia, ciência e tecnologia, forma de organização econômica e política como valores e regras universais [...]” (PINTO; MIGNOLO, 2015, p. 388). Absorvendo esse discurso como uma auto afirmação, ele passa a ser utilizado como justificção e acumulação de poder para dividir o restante do mundo e criar identidades sociais. Desta forma, o mundo passaria a se tornar um território considerado livre para seus desejos, possibilitando a exploração, apropriação e dominação pelo europeu (PINTO; MIGNOLO, 2015).

Ou seja, passa a se considerar que não houve outra História Mundial até 1492. Essa data também marca o momento em que a Europa estabelece que todas as outras culturas seriam sua periferia. O conceito de História passaria a se expandir e se constituir como uma só história, ou seja, quando o contato com outros povos começam a ser datados, iniciando no século XV com a expansão espanhola e portuguesa e logo em seguida o seu contato com o Oriente no século XVI e com o descobrimento da América Hispânica (DUSSEL, 2005).

Dessa forma, a escolha do termo “descobrimento” passa a ser utilizado para nomear o choque dos conquistadores espanhóis e portugueses com os povos originários que já habitavam a terra há milhares de anos. Esse momento se deu ainda no século XVI, e “[...] estava carregado de um sentimento de superioridade. Os europeus consideravam suas maneiras de agir e de pensar superiores às dos povos que habitavam as Américas - eurocentrismo” (GOMES; DA ROCHA, 2016, p. 100).

O conceito de eurocentrismo está profundamente ligado ao conceito de Modernidade, visto que é a partir do segundo que o primeiro se justifica. Daí em diante a construção teórica europeia realizaria o esforço de validar essa forma de pensar, utilizando-a como justificativa para os feitos nas novas terras, sem nunca considerar os anseios dos povos que já se encontravam nestes territórios antes da chegada dos europeus.

O Renascimento é um marco essencial para tentar compreender como se deu a concepção ou “nascimento” da modernidade. Através de uma colonização do tempo

e por trás da ideia do Re-nascimento se deu o desenvolvimento de discursos totalitários e universalistas, o europeu ocidental re-nasce ao mundo quando se encontra com o “Outro” através do mar. Esse nascimento se deu ao confrontar-se com o Outro, “[...] e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um ‘ego’ descobridor, conquistador e colonizador da Alteridade constitutiva da própria Modernidade” (DUSSEL, 1994, p. 8).

Um dos pontos fundamentais para compreender como foi traçada essa centralidade e divisão de saberes é a questão geográfica, com os europeus se colocando como centro do mundo e os outros povos como a periferia. Isso permitiria a construção da ideia de evolução humana, se situando no presente e partindo da ideia de se terem como evoluídos, racionais e civilizados enquanto os outros povos passam a ser situados no passado. Por esse motivo eram designados como seres “primitivos”, suprimindo qualquer outro discurso que não fosse europeu.

Diante dessa concepção de modernidade se resumem quatro argumentos importantes destacados por Pinto e Mignolo (2015), quais sejam: (1) a modernidade não faz parte do desenvolvimento universal, mas é uma construção de pensamento de um grupo que se colocava no centro da terra e em um tempo universal; (2) é uma criação europeia ocidental, ainda que se coloque como global e universal na história; (3) ela se resume em suas glórias e esconde o que está por trás dela, por mais que tente se distanciar desse fato, ou seja, da colonialidade; (4) através de expressões recentes, a modernidade se apresenta como desenvolvimento e globalização, por trás de um controle de produção de conhecimento em promoção à dominação cultural, política e econômica.

A partir do debate posto retornarmos à fotografia 1 e ressaltamos a necessidade de embate com as representações históricas e sociais que estão em voga nos últimos anos para que haja novas formulações que proporcionem diálogos, compreensões e reflexões sobre esse passado que não condizem com os fatos, revestidos em uma colonialidade do poder.

2.2 A LEGITIMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DOMINANTE IMPERIAL

Mas afinal, se a modernidade é um caráter discursivo político, como ela se insere nas sociedades sem ser questionada? Como ela foi aceita? Segundo Pinto e Mignolo (2015), seu lado político é ocultado, se colocando ao mundo como algo “natural” – necessário – pois a construção de mundo que conhecemos é uma visão estruturada

através de uma perspectiva imperialista na história mundial, adotada pela Europa, que ousava se colocar como centro único, através da dominação cultural, da informação e do conhecimento, por impulso de seus triunfos e vitórias sobre os outros povos. Momento em que também se estabelece como o civilizado e o não-civilizado, através da criação de alteridade, distinguidos na “sociedade colonial entre ‘civilizados’ e ‘selvagens/indígenas’ conferiu consistência a todo o sistema colonial, transformando os autóctones em objectos naturais, sobre quemurgia agir, para os ‘introduzir’ na história” (MENESES, 2008, p. 81), legitimando o imaginário dominante imperial.

De acordo com Meneses (2008), as histórias dos povos subalternizados são renegadas da história linear europeia que confirma uma história única e global, não levando em consideração as histórias dos outros povos globais que não fossem vindos da Europa, em uma perspectiva dominante. Portanto, como resultado dessa história do poder colonial, Quijano destaca suas implicações: “todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas [...] sua nova identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade” (QUIJANO, 2005, p. 127).

Mignolo (2005) considera a Colonialidade e a Modernidade como duas faces de uma mesma moeda, ou seja, ambas são necessárias para as suas existências, utilizando-se da violência para impor seus princípios e não reconhecendo o conhecimento de povos e etnias não-ocidentais. A chegada dos conquistadores nessas novas terras já habitadas foi um embate em que o Europeu se opôs ao Outro que já possuía uma história, não havendo registros na história geral/universal que destaquem a “invasão violenta, destruição sem piedade, desprezo pela forma de vida existente, um cataclisma sobre todos os níveis de existência, e momento de fundação da ferida do mundo moderno/colonial” (MIGNOLO, 2005, p. 77). Com registros apenas de um lado da história, passa a contar sob o seu ponto de vista (colonizador), ou seja, a história nunca foi negociada como plural, pois a visão do acontecimento passa a ser redigida como algo necessário para ambos os lados.

Dentro dessa construção, foram constituídas representações sociais que se refletem através de estereótipos sobre esses povos, que passam a ser considerados como atrasados e subdesenvolvidos, sob uma perspectiva que entende o europeu como mais avançado, em um percurso cultural que é colocado como desenvolvimento universal. Dessa forma, a “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano (2005), evoca o conceito de raça como uma justificativa para a submissão e dominação dos povos, considerando que

sua utilização transformava de forma natural a posição de inferioridade social ao qual eram submetidos.

Da mesma maneira, a raça passa a determinar a origem do sujeito, obrigando-os a carregar consigo marcas dessa origem que determinam a posição que ele deverá ocupar socialmente. Portanto, pertencer a uma raça que demonstre sua origem não-europeia, significa compartilhar da possível leitura de pertencimento a um grupo que foi subjugado, que não faz parte da História e que, por isso, é considerado inferior. Isso representou uma forma inovadora para validar o discurso já existente da dominação, permitindo a instituição das relações coloniais como sendo entre dominadores e dominados.

Outro ponto que considero importante destacar são as atitudes e regras, que, em grande parte, eram criadas e apoiadas pela Igreja, pois ela era uma grande auxiliadora financiadora nas expedições com o objetivo de levar a religião (o cristianismo) para fora da Europa como forma de domesticar e educar religiosamente os indígenas, já que os mesmos eram considerados pecadores e sem alma. Nesse sentido, o chamado “Mito da Modernidade”, de Dussel (1994), comenta sobre a visão crítica de Bartolomeu de Las Casas às imposições do pensamento “moderno”, negando qualquer tipo de atitude que justificasse tais atos. Para Bartolomeu, não seria uma justificativa para as agressões e violência civilizatória contra os indígenas, subjugados como culpados e sedentos por civilização, cultura e fé. O autor também chama a atenção para os escritos de Bartolomeu de Las Casas, destacando uma fala em que o mesmo afirma que destruiria o “núcleo” do mito da modernidade:

Para esta guerra ser justa é preciso demonstrar, em primeiro lugar, levando em conta... que a mereça o povo contra o qual se move a guerra, por alguma injúria que tenha feito ao povo que ataca. Mas o povo infiel que vive em sua pátria separada dos limites dos cristãos não fez ao povo cristão nenhuma injúria pela qual mereça ser destacado com a guerra. Logo, essa guerra é injusta (DUSSEL, 1994, p. 84-85)

Esse trecho leva à discussão sobre as injustiças cometidas durante o processo de colonização, sendo um dos poucos relatos que denunciam o processo violento e injusto contra as populações indígenas habitantes. Contudo, age como forma de se reescrever e questionar a história em uma tentativa de superar e ilustrar a negação do Outro como uma vítima real que era considerada “culpada” e o “vítimário culpado” como inocente, “[...] deve primeiramente descobrir-se ‘inocente’: é a ‘vítima inocente’ do sacrifício ritual, que ao descobrir-se inocente julga a ‘Modernidade’ como culpada da

violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial” (DUSSEL, 2005, p. 30).

Partimos aqui das memórias de Guamán Poma de Ayala e o quanto o seu esquecimento deixou de lado um importante relato sobre a colonização das Américas, a partir de uma perspectiva de um narrador indígena. A narrativa das memórias de Felipe Guamán Poma de Ayala é definida por Dussel (1994) como um anti-discurso sobre a Modernidade por demonstrar como a ética proposta pelo cristianismo não é performada pelos colonizadores.

Em seus relatos Ayala mostra, a partir de suas vivências, que todo esse processo pelo qual a sua comunidade estava passando era benéfico somente aos europeus. O alcoolismo, os estupros, o trabalho forçado e o poder exercido sobre os corpos indígenas tiveram um efeito devastador sobre o seu povo. Essa destruição das comunidades indígenas teve como resultado a corrosão dos vínculos que sustentavam a identidade dos sujeitos: a comunidade a qual pertenciam não existe mais da forma como eles tinham como base e assim a nova comunidade que se forma não tem espaço para eles da forma como eles se reconhecem. Isso tudo leva ao apagamento da identidade, criando sujeitos que existem em um vazio de autorreconhecimento.

É interessante notar a correlação com o que Stuart Hall (2003) observa nos povos caribenhos no século XX, sempre em busca de uma matriz cultural mas sem encontrá-la, pois essa foi destruída pelo processo colonizador. Como forma de finalizar seu argumento, Dussel (1994) chama a atenção para como alguns autores europeus dedicam sua atenção sobre o holocausto judeu, uma catástrofe ocorrida dentro da Europa e perpetrada por europeus e ignoram a tragédia colonial, ocorrida fora da Europa, ainda que de responsabilidade europeia, demonstrando mais uma vez a sua incapacidade de superar a modernidade. Memórias essas que foram de grande importância para repensarmos a história global que nos é apresentada, visto que elas são escritas pelo colonizador enquanto o “Outro”, o indígena e o africano escravizado, ou seja, os povos não civilizados, não são dignos de terem voz.

Há uma necessidade de se compreender a modernidade como algo que não se trata somente de um processo histórico que teve um início, meio e fim dentro desse período, e sim que faz parte de um projeto sócio-cultural¹⁰ muito mais amplo. Segundo Santos (1993), isto fica mais evidente quando começamos a analisar que essa

¹⁰ Boaventura Souza Santos afirma que “o paradigma da modernidade é um projeto sócio-cultural muito amplo, prenhe de contradições e de potencialidades que, na sua matriz, aspira a um equilíbrio entre a regulação social e a emancipação social” (Santos, 1993, p.33).

amplitude se dá no desenvolvimento histórico do capitalismo a partir do século XIX.

Em relação a isso, Wallerstein (1990) chama a atenção para a economia-mundo que se forma a partir das grandes navegações e como Portugal, mais uma vez, é um país importante nesse íterim. Portugal passou a ser visto na história como um dos países que possibilitou a expansão da economia da Europa, sendo este um dos marcos para a economia-mundo europeia. Dessa forma, o autor explica que houve três fatores cruciais para o estabelecimento da economia-mundo capitalista:

[...] uma expansão com a dimensão geográfica do mundo em questão, o desenvolvimento de métodos diferenciados de controle do trabalho para diferentes produtos e diferentes zonas da economia-mundo e a criação de aparelhos de Estado relativamente fortes naqueles que viriam a tornar-se os estados centrais desta economia-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1990, p. 45-46)

Este foi o primeiro fator crucial para que outros dois ocorressem conseqüentemente, sendo apontado como uma das soluções para a crise do feudalismo, em um momento histórico de destaque para Portugal como um dos países que liderou essa expansão diante das dificuldades econômicas da Europa. Assim trouxe-se a possibilidade de glória ao país, o que o levaria a ser considerado como um dos possíveis “salvadores” da crise econômica da época. Isso foi satisfatório para ambos os lados, pois quanto ao interesse do país, a acumulação de glórias e reconhecimento como potência era de grande interesse nesse processo, ainda que também estivesse voltado para a expansão de seus rendimentos (WALLERSTEIN, 1990).

Com seu ponto geográfico e as correntes oceânicas favoráveis, Portugal tinha uma posição privilegiada que o beneficiou e facilitou o início das expansões marítimas, colocando-o como um centro de investimento e impulso global para obter as matérias-primas que o restante da Europa necessitava naquele momento. Além disso, o interesse pela expansão atlântica não era somente um desejo dos portugueses, sendo necessário destacar as vantagens que trariam para muitos grupos que se beneficiaram no “negócio das descobertas”¹¹, participavam desse negócio um grande grupo de investidores, interessados no que os navegadores trariam das novas terras (especiarias, ouro, matéria-prima, etc), sendo eles, o Estado, a nobreza, a burguesia comercial (nacional e estrangeira) e até mesmo os semi-proletários das cidades (WALLERSTEIN, 1990).

¹¹ WALLERSTEIN (1990, p. 57) destaca que o negócio das descobertas foi um projeto ambicioso, de um grande grupo de investidores que visavam apoiar Portugal em troca de muitas coisas que a Europa como um todo necessitava naquele momento, de metais a alimentos.

Dado os inúmeros argumentos acima que reforçam e discutem o processo colonial e o conceito de modernidade, há uma relação direta de Portugal e a sua construção de identidade, havendo a reprodução desses discursos no século XXI. Além disso, se chama a atenção para a ideologia colonial por trás dessas afirmações que se apresentam como nacionalismo e identidade portuguesa, vinda de um longo período que se construiu para reafirmar uma identidade como meio de propaganda política que ganhou força durante o período da ditadura do ex-presidente português Antônio de Oliveira Salazar (1932-1968).

São inúmeros os fatos que levaram à necessidade de evidenciar e discutir essa construção, idealização e a influência da Modernidade por trás das tais “descobertas” e, como veremos mais à frente, passaram a guiar o imaginário identitário e a construção da memória portuguesa, seja através de discursos em livros didáticos fornecidos nas escolas, museus, exposições ou mídias.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA IMPRECISÃO DOS FATOS

Que silêncios nos acompanham ao longo dessa história? (ORLANDI, 2008, p. 24).

Diante da necessidade de compreender como se dá a intencionalidade das reproduções desiguais da história dos “descobrimientos” em que o narrador (português) se coloca no topo intelectual do entendimento sobre o Outro, como alguém superior a essa outra perspectiva e revestido do seu poder colonial e imperial de narrar o seu passado ainda no presente, foram analisadas algumas formas de reprodução que contribuem com o entendimento de como se dá a construção da identidade nacional portuguesa através da perspectiva das “descobertas”. Investigou-se as possibilidades de compreensão da reprodução desses discursos de poder, desde a forma como o sujeito aprende sobre o seu passado, se empodera e se vê representado/identificado pelo mesmo, por meio da educação e da cultura, como museus e exposições.

No ano de 2012, Portugal foi acusado pela ONU por narrar uma história imprecisa do período colonial, visto que o país ainda continua reproduzindo e nomeando seu passado sem exatidão ou diálogo com os seus demais contextos históricos, "o resultado é uma versão inexata do passado colonial de Portugal sendo ensinado nas salas, acompanhado por uma ideia de que o racismo não é um problema particularmente

relevante em Portugal hoje" (CHADE, 2012).

Contudo, os estudos das pesquisadoras portuguesas Marta Araújo e Silvia Maeso (2012; 2018) nos aproximam de uma outra perspectiva sobre a forma como os portugueses se apropriam dessa história no contexto educativo, ou seja, através de uma história ultrapassada que promove a invisibilização do Outro e se ancora em uma perspectiva eurocêntrica. As pesquisadoras investigaram livros didáticos de História (2008-2012)¹², com o objetivo de explorar a construção do eurocentrismo na produção e consumo desses livros. Foram realizadas, ainda, entrevistas com os professores e estudantes universitários.

As autoras comentam sobre o apagamento do ensino da escravatura na didática portuguesa, pois “tem ocupado um lugar relativamente marginal em Portugal, constituindo de certa forma um parênteses numa narrativa mais ampla que celebra o ‘pioneirismo’ da Expansão portuguesa” (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 149). Através da reescrita da História reivindicada por diversos movimentos sociais, étnicos e negros, são evidenciados novos estudos que trabalhem os abusos de poder, buscando compreender como se dá a construção da identidade nacional portuguesa e a incapacidade de questionar o racismo nas sociedades contemporâneas pós-coloniais:

Esta institucionalização do silêncio opera de forma dupla: por um lado, o ‘tráfico de escravos’ é mencionado como um fenómeno característico ‘daqueles tempos’; por outro, banalizam-se a violência e o racismo associados à escravatura, tornando-a passível de ser apreendida por juízos morais, combatida por personagens cristãs e humanistas. Essa abordagem é incapaz de questionar, de forma mais ampla, o legado da escravatura nas sociedades (europeias) pós-coloniais (ARAÚJO; MAESO, 2012, p. 10).

Foram observadas duas formulações comuns em alguns livros didáticos portugueses: “a) a naturalização do sistema de escravatura e a objetificação da figura do escravo; b) a inscrição da escravatura numa abordagem individualizadora e moralizadora que garante o triunfo do humanismo igualitário” (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 154). Dessa forma, é possível perceber como os discursos do contexto de expansão são utilizados para justificar a escravatura, como algo necessário e natural, sendo apresentados nos livros como um produto (escravo) que era distribuído e trocado entre a Europa e outros continentes. Ou seja, é colocado como mercadoria sob o poder colonizador.

¹² Em Portugal, os livros didáticos são conhecidos como “manuais escolares”, contudo, serão nomeados aqui como livros didáticos, como são chamados no Brasil, para facilitar a identificação do material.

Também se observou como o conceito de “raça” era reproduzido nesses livros e a forma como os escravizados eram designados, havendo a normalização dos termos “escravos negros; negros; escravos negros africanos; escravos africanos”¹³, de forma que leva o leitor a naturalizar e associar as palavras como algo complementar e natural, sem problematizá-las, e transforma o negro em sinônimo de escravo. Além disso, a conceituação de raça torna-se uma ferramenta de aceitação, em defesa da “necessidade” como algo auxiliar nas expansões:

O Século XVI marca assim a viragem no aumento da consciência racial. Não apenas o conceito de raça passou a ser aplicado explicitamente e conscientemente, como se começa a ver emergir a caracterização racial tanto na arte como nos debates político-filosóficos. [...] enquanto a escravatura pode ser amplamente explicada (mas de modo algum exaustivamente) em termos económicos, deve insistir-se em perguntar por que é que foi nesse momento que a diferença racial veio definir a aptidão para a escravização e por que alguns tipos de diferença racial e não outras (GOLDBERG, 1993, p. 203 apud ARAÚJO; MAESO, 2018, p. 159)

Da mesma maneira, a raça passa a determinar a origem do sujeito, obrigando-o a carregar consigo marcas dessa origem que determinam a posição que ele deverá ocupar socialmente, “En una sociedad de estas características, ser negro significa exhibir los rasgos que recuerdan y remiten a la derrota histórica de los pueblos africanos frente a los ejércitos coloniales y su posterior esclavización” (SEGATO, 2007, p. 134). Portanto, nesta perspectiva, pertencer a uma raça que demonstra sua origem não-europeia significa compartilhar da possível leitura de pertencimento a um grupo que foi subjogado, que não faz parte da História e que, por isso, é considerado inferior.

Segundo Lélia Gonzalez (1988, p. 70), em nossa sociedade, as representações culturais que fogem do espectro cultural europeu são entendidas a partir do ponto de vista branco e adjetivadas de forma a se manterem na periferia social, sendo denominadas de “cultura popular e folclore nacional”. Essas adjetivações cumprem também o papel de minimizar a importância desses grupos em nossa sociedade multiétnica, dando a impressão de existir uma grande cultura branca oriunda da Europa e algumas outras manifestações menores e esporádicas que nunca alcançam a centralidade social.

¹³ “Nos livros analisados não só não se apagam os seus contornos raciais como se deixam antes a nível implícito, naturalizando a dominação de base racial: “escravos negros” (LH8-1, p. 39, 96), “negros” (LH8-1, p. 39), “escravos negros africanos (LH8, p. 28) ou “escravos africanos” (LH8-1, p. 39; VH8, p. 62, 64) são expressões que sugerem o culminar de um processo de tornar equivalente as ideias de “escravo” e “negro”, sem nunca discutir a sua base racializada” (ARAÚJO; MAESO, 2012, p. 157).

Além disso, chamamos a atenção para a forma como Portugal busca, na tentativa de se auto justificar, balancear os efeitos das expansões, levantando aspectos que possam avaliar quais foram os pontos positivos e negativos que a colonização trouxe. Sendo que, nesse caso, a expansão poderia ser apontada como o triunfo e colocada como positiva, já a escravidão, seria considerado como algo negativo. Nesse sentido, a escravidão é tida novamente como algo necessário para se alcançar o objetivo maior, o “triunfo” proporcionado e justificado a partir disso.

Também encontra-se uma forma de positivar a “negatividade” da escravatura com um discurso de “multiculturalismo”¹⁴ entre as raças branca, negra e indígena, em uma perspectiva “lusotropicalista” de narrar a história. O termo “lusotropicalismo” foi desenvolvido por Gilberto Freyre no século XX, definindo que a miscigenação entre homens portugueses e mulheres negras e indígenas fariam do Brasil uma nação livre de preconceitos (SCHNEIDER, 2012).

Segundo Schneider (2012), o lusotropicalismo nada mais é do que a construção de um discurso que defende a colonização portuguesa como sendo diferente das outras colonizações europeias, afirmando-a como uma democracia racial. Essa visão serviu como argumento nos discursos do regime Salazarista, por exemplo, sendo utilizado como justificativa política e ideológica e em campanhas de propaganda nacional em outros países.

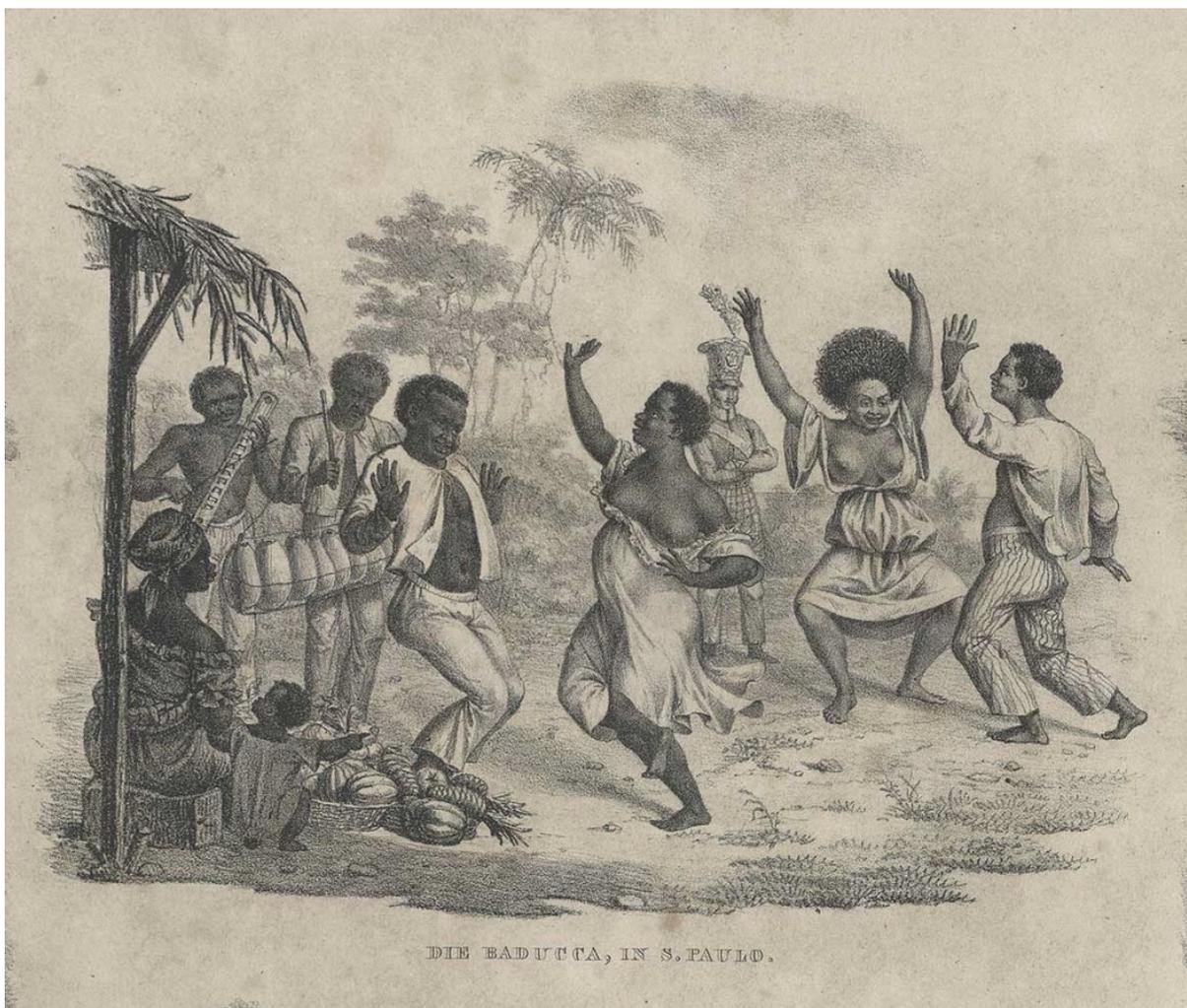
Classificado por McLaren (1997) como um “Multiculturalismo conservador”, se transmite uma visão colonial em que povos africanos escravizados seriam selvagens e necessitariam ser salvos pela civilização ocidental. Além disso, criou-se um imaginário que os representava como animais selvagens, o que estaria ligado à pureza do indivíduo ao relacionar essa concepção a um estereótipo de que estes seriam seres dóceis, cantantes e dançantes, o que justificaria a aproximação e a imposição ocidental.

Nesse contexto, entre as divisões do indígena e do escravo africano

¹⁴ Segundo Silvia Rivera Cusicanqui, a utilização do termo multiculturalismo é um mecanismo forjado para encobrir a colonização. Em outras palavras, “El multiculturalismo oficial descrito más arriba ha sido el mecanismo encubridor por excelencia de las nuevas formas de colonización. Las elites adoptan una estrategia de travestismo y articulan nuevos esquemas de cooptación y neutralización. Se reproduce así una ‘inclusión condicionada’, una ciudadanía recortada y de segunda clase, que moldea imaginarios e identidades subalternizadas al papel de ornamentos o masas anónimas que teatralizan su propia identidad” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 60).

definiram-se algumas distinções entre as chamadas raças, que seriam utilizadas para designar quem deveria ser escravizado nesse processo. As autoras destacam que os povos indígenas estariam “inseridos no espaço da política com certa capacidade de ação, ainda que tenham de ser ‘defendidos’ e ‘abrigados’ pelos membros do clero”, já os africanos escravizados seriam reforçados com uma imagem que o classificaria como um “sujeito incapaz de ação política, e evita o debate ‘raça’/poder consignando o fenômeno da escravatura à figura de um ‘mal’ passado, efetivamente superado” (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 160). Os discursos se cruzam e se auto justificam definindo quem deve ou não deve ser escravizado, como uma justificativa simplista e superficial de poder sobre uma “raça”. Ainda que o conceito de raça como justificativa para a dominação tenha surgido no momento do contato entre os europeus e demais povos, é possível perceber sua aplicação na contemporaneidade.

Figura 1 – Imagem semelhante às contidas nos manuais didáticos analisados pelas pesquisadoras. Pintores: Johann Baptist Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius - O Batuque em São Paulo, 1817.



Fonte: Unicamp -

https://hosting.iar.unicamp.br/disciplinas/am540_2003/edu/produto/escravidao/resistencia2.htm

Segundo Araújo e Maeso (2013), os manuais didáticos não chegam a abordar o Quilombo dos Palmares, gerando o apagamento na história sobre as tentativas de resistência contra a escravidão no século XVII, o que se transforma em uma visão de aceitação à escravidão. Além disso, os manuais utilizam ilustrações que mostram suas danças e comemorações feitas por pintores europeus, semelhantes a Figura 1, com legendas indicando que representam “Escravos negros dançando, num dia de festa”, contidos em imaginários que trabalham a imagem do escravizado como “se não feliz, pelo menos resignado com a sua condição” (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 161).

Durante suas pesquisas, Araújo e Maeso realizaram workshops com estudantes. Uma das pesquisadoras relata sobre uma cena que chamou a sua atenção, onde “Os alunos ficaram surpresos ao saber de revoltas das próprias populações escravizadas. E também sobre o verdadeiro significado dos quilombos — destino dos escravos que fugiam, normalmente locais escondidos e fortificados no meio das matas” (BARRUCHO, 2017)¹⁵. Além disso, durante as entrevistas, alguns comentários de historiadores e estudantes universitários chamam a atenção pela naturalização da escravatura por já ocorrerem em outros lugares, como um sistema de exploração, o que justificaria e redimiria a culpa de Portugal por fazer o mesmo:

[...] a escravatura sempre existiu em África, os portugueses participaram nesse processo e potencializaram-no e expandiram-no, sim senhor! Mas ele sempre existiu. Lá como os portugueses todas as potências europeias que estiveram em África estiveram envolvidas nisso e a escravatura continua a existir em África, infelizmente. Portanto há sim senhor que denunciar, denunciar... [...] mas também não se pode assumir todas as culpas, não é? (HISTORIADOR 03). (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 155)

[...] uma coisa que nunca se pode esquecer quando nós passarmos nessa matéria e que é o seguinte: o escravo foi, neste caso o africano, “coitadinho do escravo... Ah, coitados, ser escravo não devia ser fácil...” Mas não nos podemos esquecer que quem os transformou em escravos foram os próprios conterrâneos deles, eles não viviam... Como é que eu vou explicar isto? Os barcos chegavam a África... Os barcos chegavam a África e os barcos não entravam por África adentro para irem buscá-los. Eles eram trazidos de dentro para as costas, e quem é que os trazia? Quem vivia com eles e já os tinha transformado [em escravos] (ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO, grupo de discussão) (ARAÚJO; MAESO, 2013, p. 155-156).

Araújo (2013) comenta que durante a sua pesquisa chegou a encontrar professores interessados em dar uma visão diferente sobre o colonialismo português, porém os mesmos não se sentem apoiados, pois os livros didáticos continuam a abordar o assunto de outra forma, o que prejudicaria e confundiria os estudantes ao realizarem os

¹⁵ BBC <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40735234> Luís Barrucho

exames nacionais (EIRAS, 2020). Outro ponto importante é que estariam mexendo com o orgulho nacionalista do país, tendo o desafio de confrontar diretamente a população¹⁶, seja os pais dos alunos, familiares, comunidade escolar, etc. A ONU vem alertando e incentivando Portugal a se posicionar e lutar contra o racismo direcionado a descendentes africanos, com o intuito de conscientizar desde cedo crianças e jovens sobre o real passado colonial para que, assim, se construa um futuro mais consciente e igualitário.

Para a ONU, a questão escolar é pilar de uma ação que deve ser tomada por Portugal contra o racismo. Entre as recomendações estão que o governo "desenvolva currículos escolares, textos e programas que reflitam a rica herança e contribuição positiva que as pessoas de descendência africana tiveram em Portugal e incluam uma versão exata do passado colonial nas salas". (CHADE, 2012).

A conclusão é de que não há muitas informações sobre movimentos de resistência de pessoas escravizadas nos manuais escolares. Ao invés disso, os mesmos tendem a dar mais importância e destaque para o fato de que Portugal foi o primeiro país a acabar com a escravidão, no ano de 1761. No entanto, no Brasil a abolição da escravidão ocorreu apenas mais de um século depois, em 1888. Assim, a brutalidade da escravidão é encoberta pela história retratada nos livros, tratada por um único viés, sendo levada ao esquecimento, em uma história inquestionável onde as expansões e o colonialismo nunca ocorreram de outra forma, senão como os aprendidos nos livros.

¹⁶ Em uma entrevista ao jornal Tab Uol, Araújo observa: "É um imaginário muito naturalizado. Não são acadêmicos, são as pessoas comuns que aprenderam a história de seu país dessa forma e que estão sendo confrontadas por esse orgulho" (EIRAS, 2020).

3 MODOS DE SIGNIFICAR: A REPRESENTAÇÃO DAS MEMÓRIAS AFETIVAS PORTUGUESAS NO SÉCULO XX E XXI

A questão da construção ou não do Museu das “Descobertas” está diretamente ligada às questões de identidade e memória social portuguesa, visto que as discussões acerca da nomenclatura do museu (sejam elas em defesa ou contra) trazem à tona a necessidade de apontar as problemáticas acerca de um nome que em pleno século XXI volta a assombrar e se faz presente em sua amplitude. Houveram diversos manifestos contra a nomenclatura do museu, com pelo menos duas cartas escritas, sendo uma delas a carta escrita por pesquisadores de diversos países, incluindo o Brasil, intitulada como: *Porque é que um museu dedicado à 'Expansão' portuguesa e aos processos que desencadeou não pode nem deve chamar-se 'Museu das Descobertas'?* A seguir um trecho destacado da carta:

Atribuir o nome de “Descobertas” a um novo espaço museológico em Lisboa, ainda que nele se incluam múltiplas perspectivas, seria ignorar a riqueza dos debates e da investigação internacional e nacional que tem sido feita sobre o período histórico em questão e os vocabulários que lhe estão associados. E aquilo que tem sido feito são exercícios de reflexão crítica que conduziram à construção de histórias que não são “nacionais” porque incluem pessoas e experiências de vários espaços geográficos. E que exigiram um grande rigor no momento de escolher as melhores palavras para designar e caracterizar essas histórias. (MARGATO, 2018)

A problemática apontada está relacionada à visão eurocêntrica de representação sobre o período, pois essa não se atenta às novas visões e debates acerca da história. Em junho de 2018, mais de cem manifestantes afro-portugueses protestaram contra a nomenclatura do museu em uma outra carta, por sua vez intitulada “*Não a um museu contra nós*”¹⁷, e que propunha dar voz à população negra: “Não aceitamos um Museu construído sobre os ombros do silenciamento da nossa História, com o dinheiro dos impostos de negras e negros deste país” (NÃO, 2018). Em um trecho da carta os autores apontam para a problemática do reforço português pelas memórias coloniais:

A glorificação da ideologia colonial ancora-se na hipervalorização ideológica, política e cultural do colonialismo, quer através do ensino da história, quer através de comemorações recorrentes do passado imperial português que reforçam a quimera de uma suposta excepcionalidade lusitana e exaltam um pretense heroísmo dos seus conquistadores, privilegiando assim uma história que serve um

¹⁷ Carta escrita por afro-portugueses que se posicionam contra a nomeação do museu: <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227>

proselitismo político e ideológico para aguçar a “auto-estima” nacional (NÃO, 2018).

A professora, historiadora da UFMG e signatária da primeira carta escrita em abril, Júnia Furtado, comentou sobre a crítica ao nome:

De início, estamos nos contrapondo à denominação, e não ao museu em si. Ao nomear, define-se a forma como a história será apresentada ao público. Neste caso, falar em 'descobrimto' representa uma visão histórica eurocêntrica. As terras conquistadas por Portugal já existiam, tinham sua própria história. Em vez de descobertas, elas foram invadidas, por vezes destruídas e palco para genocídios históricos, como o das populações indígenas no Brasil (ALVIM, 2018)

Desta forma, a concepção de um museu designado a abordar a “Descoberta” abre espaço para um diálogo contemporâneo sobre os museus como espaços de poder simbólicos, pois a história contada nesses espaços compõem uma ordem discursiva de caráter seletivo e que omite violências sistêmicas protagonizadas durante a história do colonialismo, como a escravatura, o etnocídio, a evangelização forçada e a exploração de recursos, além de também omitirem as histórias de resistências dos povos africanos e indígenas.

É possível constatar que alguns jornalistas e historiadores portugueses se opuseram às reivindicações, criticando as manifestações sobre o nome escolhido e considerando as inquietações desnecessárias e sem fundamento. A partir do momento que ainda vemos justificativas acerca da escolha do nome, faz-se necessário levantar esta discussão, como, por exemplo, o historiador português João Pedro Marques comenta que: "(A polêmica) é fruto da atuação de grupos de ativistas que querem injetar esse sentimento de culpa em Portugal. Esse período é algo extraordinário para a alma portuguesa" (NOME, 2018)¹⁸. Veremos discursos e defesas semelhantes a essa no próximo capítulo.

A antropóloga Elsa Peralta (2011) comenta sobre a “imagem de marca” de Portugal, no sentido de que o país sempre se apresenta como o “descobridor” do mundo moderno, mas esconde de sua história as relações de poder contidas nessas imagens que caracterizam o colonialismo português. Em outras palavras, são representações que não foram desassociadas do império mesmo após o fim dos domínios coloniais. Neste sentido, os “Museus, exposições e monumentos persistem na representação da

¹⁸<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/nome-de-museu-sobre-descobrimtos-portugueses-gera-polemica-em-lisboa.shtml>

identidade nacional portuguesa como sendo indissociável de uma memória histórica ligada ao império, com ênfase quase exclusiva nas primeiras viagens de exploração marítima” (PERALTA, 2011, p. 231).

Porém, essa identidade nacional portuguesa é questionada por Boaventura Sousa Santos (1993) ao comentar como Portugal era vista ao olhos de outros países da Europa. Segundo o autor, Portugal não era semelhante às culturas positivas europeias, sendo considerado por outros países mais semelhantes aos “outros”, ou seja, os não europeus, como “o único povo europeu que, ao mesmo tempo que observava e considerava os povos das suas colônias como primitivos ou selvagens, era, ele próprio, observado e considerado, por viajantes e estudiosos dos países centrais da Europa do Norte, como primitivo e selvagem” (SANTOS, 1993, p. 47).

Assim, nos é demonstrado que a identidade nacional portuguesa se construiu através da relação com o Outro, se colocando no mundo como superior à outras culturas que não fossem semelhantes a sua, uma vez que o mesmo já era oprimido por países vizinhos, e encontrou nessa experiência uma forma de se colocar como mais desenvolvido. Na busca pela compreensão de como essa memória e história auxiliam na formação de identidades portuguesas no presente, evocamos conceitos de historiadores que poderiam conduzir a um entendimento acerca da constituição desses imaginários e simbologias que os influenciam.

Contudo, tal tentativa de construção de uma identidade a partir da memória não é exclusividade portuguesa. François Hartog (2013) comenta sobre algo semelhante ocorrido na França no século XX em uma tentativa de reforçar a identidade nacional francesa através de uma investida memorialística. No caso dos museus portugueses também parece funcionar dessa forma, como um evento que “reforça” a identidade nacional portuguesa a partir de uma investida (política) memorialística.

Os acontecimentos gravados através da memória nacional estariam relacionados ao fato da memória ser “um fenômeno construído” (POLLAK, 1992, p. 4). Sendo elas construídas e controladas também escondem memórias proibidas que evocam a necessidade do passado ser revisado, manifestado e exposto, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (POLLAK, 1989, p. 3).

3.1 O SAUDOSISMO PELAS MEMÓRIAS IMPERIAIS E EXPANSIONISTAS

Ainda na contemporaneidade permanece o saudosismo pelas memórias imperiais e expansionistas expostas nas mídias portuguesas. Elas são reflexos de jornalistas, historiadores e personagens influentes na política que afirmam a necessidade da construção de um novo museu simbólico, sendo esse um meio de exaltação do passado do país. Assim, o museu se apresenta como um espaço de “lutas de representação” das navegações. Baseados em uma visão lusotropicalista, optam por ignorar a problemática acerca dos possíveis nomes do museu e afirmam que o importante seria reviver essa identidade e memória para as próximas gerações, o que justificaria o colonialismo português.

Segundo Cláudia Castelo (2013), foi a partir de 1950 que o regime salazarista adotou em seus discursos oficiais a ideia do “lusotropicalismo”¹⁹, utilizando em suas propagandas e na política externa “uma versão simplificada do lusotropicalismo foi entrando no imaginário nacional contribuindo para a consolidação da auto-imagem em que os portugueses melhor se revêem: a de um povo tolerante, fraterno, plástico e de vocação ecuménica” (CASTELO, 2013). Essas propagações auxiliaram a invisibilizar a violência e a escravidão que fazem parte desta mesma história.

Mostra-se pertinente a visão que Macedo (2016) traz ao dizer que as narrativas portuguesas sobre seu passado continuam presentes na construção da identidade social dos demais atores com quem compartilham sua história, perpetuando estereótipos sobre o passado colonial e influenciando de forma ativa nas relações interculturais. Boaventura Sousa Santos (1993, p. 32), comenta sobre a problemática da questão de identidade e como ela também é colocada como um meio de opressão, sendo “crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados”. Sobretudo, o autor também comenta sobre a inexistência e forjamento da cultura portuguesa pelo Estado:

A minha hipótese de trabalho é que a cultura portuguesa não tem conteúdo. Tem apenas forma, e essa forma é a fronteira, ou a zona fronteira. As culturas nacionais, enquanto substâncias, são uma criação do século XIX, são, como vimos, o produto histórico de uma tensão entre universalismo e particularismo

¹⁹ Segundo Castelo (2013), procurou-se propagar a imagem que os portugueses seriam benevolentes na colonização, “a propaganda encarregou-se disso, de forma incansável: era urgente moldar o pensamento para conformar a acção, sobretudo dos colonos e dos agentes do poder colonial no terreno”.

gerido pelo Estado.[...] Assim, por um lado, a nossa cultura nunca conseguiu se diferenciar totalmente perante culturas exteriores, no que configurou um déficit de identidade pela diferenciação. (SANTOS, 1993, p. 47)

Ainda em relação ao eurocentrismo, esse poderia ser definido através de seus interesses e por se apresentar como superior a uma cultura e costumes de outros povos. Essa narrativa de “superioridade” também é vista claramente nas narrativas de identidade portuguesas abordadas até aqui, seja por elevar como “Grandes Navegações” e até mesmo como “Grandes Descobertas Culturais”. As tais “Grandezas”, sempre empregadas em seus discursos, elevam os termos como algo a ser destacado na história global. Esses conceitos apoiam as suas relações de poder na história em narrativas de memórias seletivas do passado que passam a ser dignas de glorificação pós-imperial e que ainda hoje são reforçadas em discursos políticos portugueses.

Nesse sentido, vale lembrar o evento da Exposição do Mundo Português em 1940, idealizado pelo Estado Novo português em um momento em que se marcaria oito séculos da “história dos portugueses no mundo”, que tinha como foco contar e trazer as histórias das glórias do passado para o presente. Essa narrativa consistiu num enredo de representações plastificadas sobre o passado, possibilitado e apoiado financeiramente pelo Estado e tendo como condutor das Festas Centenárias o então presidente português Antonio Oliveira Salazar.

Fotografia 2 - Inauguração da exposição em frente ao “Pavilhão os portugueses no mundo”.



Fonte: Arquivo digital do jornal português Diário de Notícias (DN).

O governo utilizou-se da exposição para chamar a atenção para o trabalho que o presidente vinha realizando e também promover os anseios do presente promissor do Estado Novo, ou seja, “Subjacente a esta movimentação, encontramos a propaganda relativa à saúde moral, financeira e política do país, que vivia com tranquilidade e confiança nos destinos que foram entregues ao comando de um grande chefe — Antonio Oliveira Salazar” (NASCIMENTO, 2008, p. 244). Um dos espaços da exposição que mais chamou a atenção do público foi o “Pavilhão os portugueses no mundo” (Fotografia 2)²⁰, o mesmo promoveu a epopeia colonial de maneira a destacar suas glórias e conquistas ao público:

[...] ele sintetizava a história narrada em outros pavilhões e ratificava a apoteose histórica representada por homens em esculturas, heróis, santos e documentos do passado, ciosamente preservados nos museus, bem como o presente vivido na projeção do Estado Novo português. Nesse espaço expositivo estavam inseridos os seguintes Pavilhões: Portugal 1940, Portugueses no Mundo e Brasil Colonial. Assim, havia um conjunto de 3 exposições com temáticas e narrativas que faziam referência à saga dos portugueses no Mundo, no passado e no presente. O enfoque histórico comum a todos os prédios tendia ao mesmo objetivo: contar a História de Portugal no Mundo (NASCIMENTO, 2008, p. 184).

Nascimento (2008) destaca que o Brasil também participou das comemorações e da exposição, tendo sido convidados pela Nota Oficiosa Portuguesa, o então comandante do Estado Novo, Getúlio Vargas, assumiu as festas como um momento oportuno de se aproximar de Portugal, trazendo para o seu governo, lembranças do passado português no Brasil. Como apoio, o governo brasileiro investiu e construiu um Pavilhão sobre o Brasil de 1940 e, além disso, também doou para Portugal uma estátua de Pedro Álvares Cabral. Para compor a exposição, foram utilizadas peças do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro com o objetivo de narrar a história que vem sendo contada desde 1580, desta forma, “Foi possível compreender também os caminhos percorridos pelo acervo museológico usado para a construção do discurso expositivo que objetivava a representação da herança portuguesa na construção do Brasil Colonial” (NASCIMENTO, 2008, p. 246).

²⁰ Fotografia retirada da matéria “A exposição do Império que juntou três milhões de portugueses”. DN <https://www.dn.pt/cultura/a-exposicao-do-imperio-que-juntou-tres-milhoes-de-portugueses--12344593.html>

Fotografia 3 - Vestíbulo da Exposição Histórica do Brasil: no centro uma escultura em bronze representando Anchieta evangelizando o indígena, de Eduardo de Sá. Nas paredes os brasões heráldicos do Reino, do Império e da República do Brasil.



Fonte: Monteiro, 2011.

Outro ponto destacado por Nascimento (2008, p. 246) é que o Brasil naquele momento, mesmo já sendo independente de Portugal, precisou voltar ao passado para falar da relação com o colonizador “em uma exposição de objetos museológicos que pretendiam evidenciar o poder expansionista e colonizador dos portugueses no mundo”. É como se todas as lutas contra a exploração e permanência de Portugal no país tivessem sido apagadas, passando assim a glorificar e rememorar a presença dos portugueses no país e idealizando um saudosismo ao colonialismo.

Ao entrar na *Exposição Histórica do Brasil* o visitante tinha acesso ao amplo vestíbulo poligonal, o qual fora forrado em cada um de seus lados pelas bandeiras do Brasil e de Portugal. No centro, nas paredes, em relevo, em cores e com iluminação para a noite, os brasões do Reino, do Império e da República do Brasil, logo abaixo deste a frase, [...] extraída do poema Caramuru, de Santa Rita Durão “Não somos nós os netos de Albuquerque, raça de lusos” (MONTEIRO, 2011, p. 172)

Segundo Almeida (2004), o maior objetivo da exposição era o de ensinar ao visitante “*como ser português*”, promovendo um evento de devoção patriótica explícita. O autor também comenta sobre a fabricação sistemática de uma “Lusitanidade

exemplar²¹ feita pelo Estado Novo com o intuito de selecionar fatos do passado para encobrir no presente, sendo esta uma estratégia utilizada pelo regime ditatorial do governo Salazarista para a construção ideológica. Como estratégia de construir um sentimento de identidade na sociedade portuguesa se utilizaram da idealização de patriotismo e pátria, desta forma elas "desempenharam o papel nuclear no que respeita à mobilização dos sentimentos e fidelidades mais colectivos, realidade bem expressa tanto nas acções políticas de resistência aos poderes qualificados como tirânicos, despóticos ou usurpadores" (CATROGA, 2008, p. 24).

Já a Expo'98, ocorreu entre maio/setembro de 1998 em Lisboa e teve como foco abordar as navegações portuguesas. Ela foi utilizada como uma forma de (re)construir a história da nação, que vinha desde 1974 buscando uma nova identidade que superasse a pós-ditadura promovida pelo Estado Novo, em uma tentativa de ultrapassar o longo período de atraso e isolamento que os havia afastado do ideal de mundo moderno (ALMEIDA, 2004). Explorando a imagem de um país moderno e antenado às questões climáticas e ambientais, sendo estes alguns dos principais assuntos que antecederam os anos 2000, em especial com os oceanos, de maneira a relacionar com a imagem de seu passado, através das navegações, com o presente e o futuro.

Fotografia 4: Réplica de uma caravela que navegou durante a inauguração da Expo'98²².



Fonte: Arquivo digital TSF - rádio notícias.

²¹ Destacando que "O Estado Novo ao mobilizar a história nacional no processo de (re)imaginação da nação, fê-lo com o intuito de fabricação sistemática de uma Lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e um passado escolhido" (ALMEIDA, 2004, p. 3).

²² Fonte: <https://www.tsf.pt/sociedade/expo98-encerrou-ha-20-anos-as-memorias-em-imagens-9928948.html>

A exposição também teve como objetivo dar espaço para a propagação de novos discursos, na tentativa do atual governo de distanciar do período encarado como “idade das trevas”, em referência ao regime salazarista. Desta forma, a exposição representaria um momento de estabilidade econômica e política para Portugal, possibilitando a reconstrução de sua imagem ao mundo após o regime ditatorial que durou cerca de 41 anos:

[...] representou um momento de consagração do regime democrático português e das suas realizações ao nível da integração europeia. Portugal, visto pelas suas elites políticas como uma nação vergada ao atavismo cultural e material por mais de quarenta anos de ditadura, representava-se agora como um país livre, desenvolvido e moderno, plenamente integrado na Europa e nas suas recentes aspirações (caso da moeda única, o Euro, que entraria em vigor nos mercados financeiros no ano seguinte). (MARTINS, 2020, p. 48)

Foi constatado que nos discursos inaugurais ou nas mensagens oficiais relacionadas à Expo'98 eram utilizadas palavras-chave como “humanismo e universalismo”, pontuando as relações da difusão da língua portuguesa em muitos povos, a tradição marítima e a cultura portuguesa em outros lugares, como no oriente, no continente africano e no Brasil, considerando esse processo como um “encontro de culturas”. O termo designado como “Encontro de Culturas” se relaciona à ideia de culturas muito distintas, em uma perspectiva colonial, e estaria ligada à questão de criar uma classificação entre “eles e nós”, delimitando suas diferenças culturais, sociais e também históricas. Nesse sentido, Terezinha Maher (2007), comenta sobre as “percepções acríticas de multiculturalismo”, que fetichizam as culturas minoritárias ou as idealizam, apagando as relações de poder e o processo de colonização.

A promoção do termo do encontro de culturas, também é vista novamente em discursos do ex-presidente Aníbal Cavaco Silva, chamando a atenção de um discurso que prevalece dez anos após a exposição, na tentativa de promover a idealização da ideia de miscigenação e da criação de raízes fora de casa, reforçando essas associações ao processo colonial. No discurso de 10 de Junho de 2008, afirma Cavaco Silva:

Portugal não se limitou a andar pelo mundo e a conhecer vagamente outros povos com quem se defrontou ou negociou. Portugal entendeu-se e misturou-se realmente com os outros, criou raízes fora de casa, lançou as bases para novas nações e pontes para o diálogo internacional que hoje tanto reivindicamos (CARDINA, 2016, p. 36).

Aqui também foi observada a utilização de uma nova palavra, “encontro”,

que passou a fazer parte discursos entre o fim do século XX para o XXI, sendo uma maneira de substituir a palavra “descoberta” como tentativa de ressignificar e se desaproximar de discursos de governos passados (CARDINA, 2016). Mesmo com a troca de palavras, o sentido, no entanto, continuaria o mesmo. O fato de quererem se afastar de governos passados induz a se pensar em uma “renovação” em seus discursos, de maneira que o governo demonstraria de alguma forma estar se afastando de atitudes passadas, “superando” e se ressignificando em um novo governo. Representando de fato um discurso de formações ideológicas, o contexto em si do discurso é que daria forma e sentido às palavras, que mesmo “substituídas” tem a mesma representação, segundo Pêcheux (1997):

[...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 263).

Ambas exposições promoveram o período histórico português em um momento de identificação, consideradas dignas de lembrança e orgulho da nação, vistas como uma forma de retomar a história nacional e servindo como veículos de propaganda para os regimes políticos da época (MARTINS, 2020). Em relação ao orgulho português, “[...] muitos portugueses sentem-se orgulhosos, não com o aspecto da modernidade de Portugal, mas sobretudo com a era de ouro do passado e com as características relacionadas com a memória, história nacional e tradição” (ALMEIDA, 2004, p. 4).

Ao comparar a Exposição do Mundo Português de 1940 com a Expo’98, por serem duas exposições que aconteceram ainda no século XX, observamos os modos de idealizar a identidade nacional. Foi constatado por Almeida (2004, p. 2) que a exposição de 1940 teve como seus objetivos materializar um Portugal “rural, cristão, espiritual, multicontinental, multirracial que Salazar e o regime do Estado Novo promoveram”. Já na exposição ocorrida em 1998, mesmo celebrando a mesma história nacional, teve razões diferentes, pois queriam “celebrar o novo Portugal, moderno, capitalista, aberto e europeu” (ALMEIDA, 2004, p. 2).

Houve também uma modificação dos significados e valores nas exposições e celebrações a partir de 1986, dentre elas a Expo’98, pois a nova gestão iniciava um processo de (re)construção da visão da nação, a ser considerada agora como

“multicultural, universalista, humanista e não-racista” (ALMEIDA, 2004, p. 22). Sobretudo, as duas exposições também funcionaram como relógios da nação, além disso também seriam as simbolizações das realizações feitas pela nação, semelhantes ao ideal de inventário do passado, presente e futuro, pois essas exposições serviram para criar o imaginário de como os portugueses vêem a si mesmos e como criaram uma visão sobre o restante do mundo, vendo a si mesmos como colonialistas mais humanistas (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Cardina (2016), foi em torno da década de 1980 que o estudo da memória se tornou relevante, muito ligado às “memórias traumáticas” do Holocausto e promovendo uma vasta classificação e (re)significação das memórias sociais. Essas memórias não podem ser compreendidas sem levar em consideração as relações de poder através das representações simbólicas e imaginários sociais. A emergência de retrabalhar as memórias sociais veio por conta de “um verdadeiro ‘boom da memória’ deu-se assim num quadro marcado por processos de (re)construção nacional, por uma maior sensibilidade relativamente aos legados de guerras, genocídios e crimes contra a humanidade” (CARDINA, 2016, p. 33). A memória compreendida aqui, é considerada como um processo e produto social que percebemos passar por um “afunilamento” seletivo da lembrança e do esquecimento do passado português.

Os discursos políticos do ex-presidente Aníbal Cavaco, são semelhantes aos discursos do passado, como os realizados durante a Ditadura Salazarista, na concepção do Estado Novo, que promoveu intensos discursos sobre o lusotropicalismo e a importância dos “Descobrimientos” como potência na História Mundial, promovendo a Era de Realizações²³ para comemorar os feitos dos portugueses no passado e no presente.

Neste contexto, Cardina (2016) analisa falas dos discursos presidenciais entre 2006 a 2014 do ex-presidente da República Portuguesa (2006-2016), Aníbal Cavaco Silva, e identifica como alguns de seus discursos são construídos com imagens do colonial, ocultando em seus discursos palavras que remetessem aos pontos “negativos”, como a escravidão e colonização na história portuguesa. Essa seleção de ditos e não ditos, considerada por Cardina (2016) como “memórias amnésicas”, atua na valorização

²³ Segundo Martins (2020, p. 49), a “Era das Realizações”, marcaria um momento importante para Portugal, e deveria ser comemorada, pois estavam “equilibradas as contas públicas, eliminada a oposição política e inaugurada a chamada ‘era de realizações’, era urgente comemorar os feitos do passado e do presente, estabelecendo uma continuidade histórica entre os portugueses de ontem e os portugueses de então”.

da nação em uma perspectiva seletiva do passado, evocando palavras que trouxessem a interpretação da memória nacional em dizeres que realçaram a língua portuguesa como difundida no mundo (referência a uma história partilhada), o patrimônio e o mar (desenvolvimento do país) para o tempo presente.

Na tentativa de se desconectar de discursos ultrapassados e prontos, para criação da representação de memórias afetivas no sentido de potência global a partir de mecanismos discursivos que promovam o diferencial da identidade portuguesa como multicultural, percebe-se que Portugal vem tentando desde a década de 90, modificar sua imagem e se auto representar como um país multicultural, promovendo “[...] discursos políticos e acadêmicos em torno da interculturalidade, incidindo na ideia de uma vocação histórica nacional para o ‘contacto’ com o ‘outro’ - que, a nosso ver, despolitiza e higieniza certos períodos da história” (ARAÚJO; MAESO, 2012, p. 8).

Dessa forma, entram em jogo as “políticas de memória” dos Estados, nações e comunidades, que filtram o que deve ou não ser lembrado e esquecido, no sentido de selecionar quais aspectos deveriam ser exaltados e, em consequência, quais devem silenciados. Do mesmo modo “o silêncio pode resultar da incapacidade dos indivíduos gravarem a sua narrativa no espaço público [...]” (CARDINA, 2016, p. 34). Como nota Benedict Anderson (2008), acerca das “comunidades imaginadas”, as nações são baseadas em representações e interpretações de seu passado, com a construção de versões seletivas sobre o ocorrido. No contexto português passam a ser apresentadas como experiências coloniais diferenciadoras de outros países europeus, como, por exemplo, ao evocar o mérito da língua portuguesa, alegando que ela estaria conectada aos quatro cantos do mundo.

3.2 MUSEUS E EXPOSIÇÕES COMO ZONAS DE CONTATO: NARRATIVAS VISUAIS DO MUNDO PORTUGUÊS

Considerando o nexos com os debates teóricos anteriormente abordados neste trabalho, parte-se agora à análise de museus que já existem em Portugal com a mesma temática, os Museus dos Descobrimentos Portugueses, localizados em Belmonte e no Porto, com o objetivo de destacar os discursos e as narrativas desenvolvidas nestes espaços. A partir de discussões teóricas e de pesquisas empíricas, busca-se realizar

questionamentos que auxiliem a compreender a forma como esses eventos históricos influenciaram na identidade social portuguesa na contemporaneidade através das narrativas expográficas²⁴. Entretanto, a fim de compreender as relações de poder entre os museus e as exposições, nos parece importante dialogar com autores que tratam das relações entre Museus e História.

Nos últimos anos está em voga questionar museus e monumentos presentes em espaços sociais e a maneira que são trabalhadas as narrativas históricas dentro desses espaços, na perspectiva de se repensar o que fazer com as materializações das memórias coloniais em especial. As concepções pré-estabelecidas ao construir “sistemas simbólicos” (BOURDIEU, 1989, p.11), no sentido das representações, a partir do qual uma cultura e seus valores se expressam e se reafirmam através dos mesmos. Contudo, em relação aos registros dos períodos coloniais na História Africana e nos países colonizados na América, são baseadas em registros de relatos sob o ponto de vista europeu e muitas dessas manifestações invisibilizam as populações negras e os povos originários, exaltando os descobridores e colonizadores.

Pensar nas definições de “cultura” na contemporaneidade nos exige explorar as diversas implicações acerca da palavra em si (RESTREPO 2019, SODRÉ 2005, WILLIAMS 2005), que na maioria das vezes é simplificada através de um relativismo cultural, pois dessa forma não haveriam culturas superiores ou inferiores, elas seriam apenas distintas, o que, em uma definição como essa, soaria como uma afronta à ideia colonial de superioridade do europeu frente ao “Outro” (RESTREPO, 2019).

Nesse sentido, para compreensão da construção de museus para a sociedade, podemos evocar o conceito “lugares de memória”, de Pierre Nora, caracterizados como lugares de testemunhos do que restou de outro tempo, mantendo os laços com a história ainda na contemporaneidade. Esses lugares são constituídos de forma material, como museus e monumentos, funcional, direcionado a sua transmissão, e simbólica, em uma representação (NORA, 1993, p. 21).

No Brasil ainda se reproduz um discurso semelhante ao português sobre a história, minimizando os efeitos negativos, como a escravidão de africanos e o genocídio indígena, e focando apenas em aspectos considerados “positivos” do ponto de

²⁴ “A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social” (CUCHE, 1999, p. 176).

vista de Portugal, considerando que possibilitou a sua expansão territorial e geográfica, além da exploração de riquezas. Como exemplo do que foi dito podemos observar a pesquisa quantitativa realizada por Vala e Saint-Maurice que constata que Portugal é o país europeu que menos avalia negativamente as consequências da chegada dos europeus à América, “[...] as respostas dos portugueses visam preservar a sua identidade como país de descobridores, minimizando os aspectos negativos e exaltando os benefícios da colonização” (VALA; SAINT-MAURICE, 2003, p. 387).

Dada a importância e relevância da busca por descolonizar essas narrativas eurocêntricas e instigar o pensamento crítico e social dentro e fora dos museus, de modo que se proponha outra significação cultural e reinterpretação do mito de “bom colonizador” ainda presente, é fundamental questionar se tais memórias e suas representações ainda condizem com nossos valores atuais para que, dessa forma, sejam evidenciados debates que busquem uma nova compreensão do passado, levando a uma construção de conhecimentos que não hierarquizam sujeitos e imaginários.

É a partir da significação e função social do museu, no qual ele se configura como dispositivo de ponte à cultura, história e narrativa, que nasce da necessidade de exibir, promover o conhecimento, preservar memórias e também a produzir discursos sociais. Desta maneira, pensar no museu como um ponto de partida para compreender a concepção que irriga os imaginários contidos desde o pensamento que leva a sua fundação, traz à tona a necessidade de se repensar e descolonizar as visões ainda presentes nestes espaços de promoção do conhecimento.

Maurício Pardo (2019) comenta sobre as relações de poder por trás das definições de “cultura” e, associada ao museu, é possível observar o reforço ideológico desde o poder que se tem sobre esse acervo à instituição em si, assim *“el concepto de cultura se ha enraizado como un poderoso utensilio de reificación de las relaciones sociales, de opacamiento de la dominación colonial y de la dominación del capital sobre procesos semióticos y de subjetivación”* (PARDO, 2019, p. 110). Podemos observar que nessa relação incisiva da cultura como poder e do poder como cultura, o não europeu é colocado automaticamente em um lugar de exotização pela diferença (RESTREPO, 2019).

Sodré (2005) compara o conceito de cultura com o de liberdade, afirmando que ambas seriam conceitos metafóricos, se alterando de um contexto para o

outro, em que a “cultura passa a demarcar fronteiras, a estabelecer categorias de pensamento, a justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção” (SODRÉ, 2005, p. 8). Os costumes de outros povos são definidos como tradição, considerando esse termo como sinônimo de “primitivismo”, ou seja, o tradicional marcaria aquele que ainda não alcançou a modernidade europeia, em que “o outro igual foi (re)identificado enquanto inferior, espaço oco de personalidades e estruturas sociais e políticas, (re)criado pela imaginação imperial europeia” (MENESES, 2008, p. 82).

Ao analisar essa concepção, iniciada no século XIX, formaram-se os primeiros museus, também considerados como galerias de pensamento renascentistas e localizadas em palácios que continham peças preciosas e designadas como “exóticas” trazidas de lugares distantes, que em uma visão Européia da época “havia descoberto seu exterior” (PORTO, 2012, p. 119). Inicia-se então uma visão histórica da humanidade e sua diversidade através do olhar eurocêntrico. Nesse ponto é importante destacar que por muito tempo o termo cultura era sinônimo de civilização, sendo que um de seus primeiros usos era em sentido abstrato, de tornar-se “civilizado” ou “cultivado” (WILLIAMS, 2005).

Endere (2009) comenta sobre como o fetichismo por essas peças cresceu durante o colonialismo, o que está entrelaçado com a escravidão, roubo e saques de povos originários por parte dos europeus que tinham como desejo obter essas peças como forma de expor seu olhar sobre o Outro, alocado como primitivo e exótico. Esses objetos continuam pertencentes a esses museus por se colocarem como superiores aos museus dos países originários das peças, utilizando-se de discursos em que se auto nomeiam “museus universais”. Assim, se observa a necessidade de compreender o viés do patrimônio como artifício de poder e manipulação.

Porém, o que é observado é a utilização de um discurso de imposição de uma cultura à outra, de forma que o objeto não possa retornar às suas origens. Porém, recentemente, em junho de 2023, em um movimento que “visa a devolução de artefatos históricos, culturais e paleontológicos aos seus países de origem que foram saqueados durante o período colonial ou contrabandeados ao redor do mundo” (EVANGELISTA, 2023)²⁵, alguns museus estão devolvendo aos países de origem objetos levados durante o período colonial. Segundo a jornalista Thaís Evangelista (2023), houve o repatriamento

²⁵ EVANGELISTA (2023) Artefatos históricos que haviam sido saqueados voltam ao Brasil - Site: Lorena. R7 <https://lorena.r7.com/categoria/Noticias/Artefatos-historicos-que-haviam-sido-saqueados-voltam-ao-Brasil>

de algumas peças que se encontravam em museus europeus, artefatos com importância histórica que haviam sido saqueados voltam ao Brasil e aos seus países de origem. Dentre os objetos, inclui-se o fóssil do dinossauro *Ubirajara jubatus*, um manto vermelho de mais de 300 anos, que estava em Copenhague desde 1699, além de itens de origem indígena, com previsão de retorno para maio de 2024.

Além do Brasil, outros países colonizados e saqueados também estão recebendo seus objetos e artefatos, como é o caso da Nigéria, para onde a França devolveu 26 obras de arte roubadas que estavam sendo exibidas no museu parisiense *Quai Branly*. Da mesma forma, o Museu de Londres também anunciou que vai devolver 72 objetos roubados na época do Reino de Benin por tropas coloniais britânicas no final do século XIX²⁶. Os museus ocidentais são para a humanidade símbolos da colonização que apagam todo um passado e a história que há por trás deste processo, assim como na História Global, que parte do ponto de vista do europeu e que inferioriza toda e qualquer história que não seja contada a partir do seu ponto de vista. A restituição dessas peças só foi possível graças a uma lei aprovada em dezembro de 2020, “permitindo exceções ao princípio da ‘inalienabilidade’ das obras em coleções públicas, porque elas haviam sido objeto de pilhagem” (KOFFI, 2021)²⁷.

Fundado em 2006, o *Musée du Quai Branly*, localizado em Paris (FR), abriga centenas de peças de origens africanas, sendo um dos maiores acervos de peças do tipo fora do continente Africano. Neste exemplo, o que venho destacar e chamar a atenção é a forma como as peças são expostas, a origem delas e até mesmo a estrutura do museu, pois são muito criticadas por diversos historiadores. O museu tem como intenção promover a cultura de outros povos de fora do Ocidente, porém, é passível de crítica antes mesmo que se adentre o museu. De imediato, houve a polêmica por sua arquitetura tentar se assemelhar a um clima de “selva” em pleno centro de Paris. A exibição das peças tem como proposta uma iluminação que deixa as peças com um certo “mistério, magia, ritual, misticismo” algo que causaria grande interesse e curiosidade nos visitantes.

Quando trago para discussão o assunto das peças africanas e o caso do

²⁶ “Museu de Londres vai devolver 72 objetos saqueados da Nigéria no século 19” - Jornal BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62469011>

²⁷KOFFI, 2021: “França devolve ao Benim 26 obras de arte saqueadas pelas tropas coloniais há 130 anos” <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/11/09/franca-devolve-ao-benim-26-obras-de-arte-saqueadas-pelas-tropas-coloniais-ha-130-anos.htm>

Musée du Quai Branly, desejo destacar e refletir através dos textos que trouxe para essa discussão o lugar de fala desses objetos e sua (re)existência, no sentido de que há uma necessidade de nos questionarmos de que forma esses objetos chegam até nós. De que forma vieram as peças que compõem esses grandes patrimônios da humanidade? Apontando também sobre como essas instituições ainda permanecem resistindo ao tempo através do controle e poder sobre os seus acervos compostos por peças de outros povos localizadas distantes de seu lugar de origem. De que forma a preservação de espaços e objetos que representam a monarquia nos permite e abre espaço para dialogar sobre os impactos que causaram em milhares de vidas para compor aquele determinado acervo?

A ideia de memória e identidade são duas pontuações analisadas através dessas simbologias, como construções pensadas para ensinar algo ao outro, podendo agir também como uma ferramenta para “disciplinar” a população, promovendo uma conexão com a história e seus ideais. Outro ponto importante é a apropriação de um conceito para promover e distinguir a superioridade sobre o Outro. Isto é, o conceito de cultura passa a ser utilizado como meio de determinar o comportamento de grupos e indivíduos, de forma similar ao que é feito com o conceito de raça que leva a práticas de exclusão e discriminação sobre as culturas ditas “inferiores” através do racismo cultural (RESTREPO, 2019).

De acesso reservado e limitado para apreciação da alta sociedade, os museus abarcavam objetos que glorificavam os impérios, construídos com uma narrativa que justificaria seu empreendimento colonial (OLIVEIRA; SANTOS, 2016). Os acervos eram uma forma de apresentar um imaginário sobre o *Outro*²⁸, os povos não europeus. Diante disso, a fim de questionar as concepções pré-estabelecidas há séculos e impregnadas nos contextos museológicos, António Pinto Ribeiro (2016, p. 96) apresenta em seu título o debate que conduz sua pesquisa, questionando: “*Podemos descolonizar os museus?*” Para o autor, em suas configurações passadas, além das funções de preservar, investigar e expor “[...] o museu era a instituição europeia que, neste tempo, materializava a ocupação colonial e a posse do resto do mundo. O museu era, portanto, também o arquivo ilustrado do poder [...]”.

²⁸ Conforme apontam esses autores, através de uma visão e distinção eurocêntrica o *Outro*, sujeito não europeu, o colonizado, é considerado como atrasado e primitivo, enquanto se classificam como superiores a esse.

Ainda na visão do autor, alguns museus na modernidade tomam como medida mascarar o pensamento sob influência do colonizador associando-se ao conceito de intelectualista. Destaca ainda que museus latino-americanos que possuem em seu discurso a função de serem memórias nacionais, designados a preservar a memória do país, são antes de mais nada “réplicas da função museológica colonial” (RIBEIRO, 2016, p. 103), sendo parte de uma ideologia governamental, apresentados de maneira que isentam os traumas do colonialismo.

Nesse sentido, Brulon (2020) na tentativa de propor um pensamento museológico descolonizado, comenta que não é possível desvincular-se do pós-colonialismo das conexões de poder e saber contidas em sua produção de conhecimento, pois segundo o autor, “ao representar discursivamente uma matéria que atesta a existência de um Outro distante em relação ao sujeito da ciência, o museu elaborado pela colonização reifica a distância e produz materialmente a exclusão” (BRULON, 2020, p.22), destacando o sentido de se musealizar:

Musealizar é materializar, é dar matéria ao pensamento, e produzir musealidade é uma prática política que implica a criação de uma significação positiva, nas vitrines dos museus e nas sociedades que os concebem. [...] Como dispositivos de subjetivação, museus podem servir tanto para dominar quanto para subverter as lógicas de dominação, produzindo sujeitos sociais dentro de regimes de poder específicos (BRULON, 2020, p. 23).

No contexto de dominação política, simbólica e material, James Clifford (2016) observa sua estrutura organizacional e as relações de poder. O autor apresenta em sua perspectiva: *Museus como zonas de contato*, definindo como espaços de encontros coloniais, em que observa sua estrutura organizacional e as relações de poder²⁹. É exemplificado ao longo do seu texto casos de exposições com efeitos receptivos positivos (mudanças de pensamento) e negativos (conflitos), trazendo uma visão de como o museu deve se aproximar e dialogar com a culturas e objetos expostos, desde a sua concepção na escolha da visão que será estruturada e a memória que será transposta nas formas de construir a exposição e dar voz às outras culturas para construir as suas narrativas.

Do mesmo modo, o autor aponta para o negacionismo tomado por alguns

²⁹ Termo criado pela linguista Mary Pratt (1992), “Quando os museus são vistos como zonas de contato, sua estrutura organizacional enquanto coleção se torna uma relação atual, política e moral concreta”. (CLIFFORD, 2016, p. 5).

museus, indicando falhas na comunicação e posicionamento histórico³⁰, de forma que as instituições proponham construções de conhecimentos e não apenas a apresentação de suas visões e ideias prontas, e sim com narrativas que abarquem relatos históricos complexos e provoquem discussões transformadoras (CLIFFORD, 2016). Além disso, instaurar exposições que exponham o mesmo apagamento das instituições poderia continuar a transpor pensamentos e ideais do poder colonialista, auxiliando na manutenção da memória dos mesmos nos últimos séculos de expansão e conquistas.

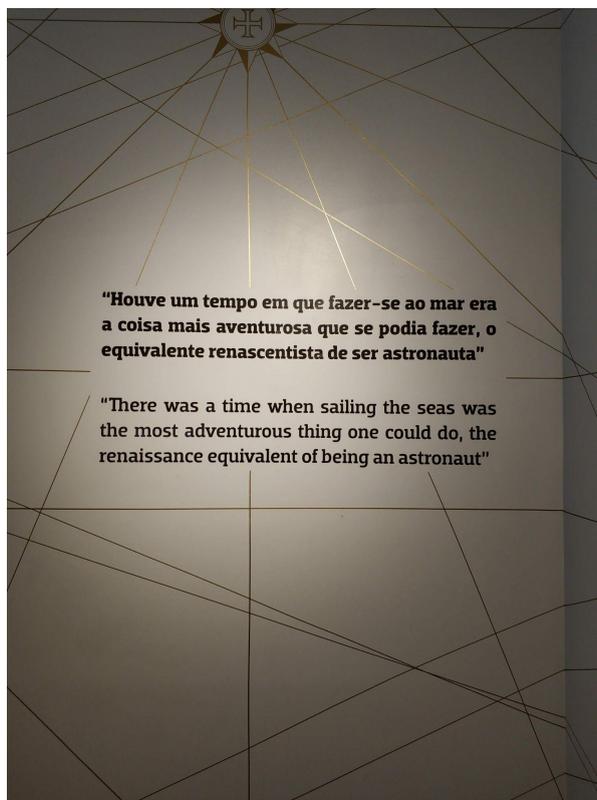
Em relação ao planejamento estrutural dos primeiros museus históricos da Europa Ocidental do século XIX, os museus assumiram as posições de serem “[...] legitimadores dos governos e regimes comprometidos com o projeto de criação e afirmação dos Estados Nacionais, e funcionavam como ‘agências educativas e civilizatórias’” (COSTA, 2013, p. 43-44). Assim como Báez (2010) comenta sobre o controle do passado ser uma forma de obter o poder de planejamento sobre o futuro, visto a necessidade de também se observar como alguns monumentos, museus e patrimônios tornam-se parte do projeto de construção de uma nova nação idealizado por governos durante períodos de ditadura, seja em Portugal ou no Brasil.

3.3 OBSERVANDO O MUSEU DOS DESCOBRIMENTOS, PORTO

No decorrer da pesquisa e ao me deparar com os museus já existentes em Portugal, semelhantes tanto na nomenclatura quanto na temática, vi a necessidade de adentrar o espaço desses museus na tentativa de análise e coleta de campo. Contudo, diante da pandemia de coronavírus e da falta de recursos financeiros, em dezembro de 2021, realizei uma visita guiada ao Museu Interativo e Parque Temático dos Descobrimentos, inaugurado em 2014. A visita ocorreu através de uma videochamada com um colega que mora na cidade do Porto, em Portugal. Durante essa visita, a câmera esteve voltada para dentro do museu e, dessa forma, pude ter a experiência de ser transportada ao espaço do museu. Todo o percurso foi analisado ao longo da visita, desde a recepção até a saída.

³⁰ Para o autor, “Enquanto os museus não forem além de uma consulta (muitas vezes depois que a visão curatorial já está firmemente instaurada), enquanto eles não aportarem uma gama mais ampla de experiências históricas e agendas políticas ao plano concreto das exposições e o controle das coleções dos museus, eles serão percebidos como instituições meramente paternalistas por pessoas cuja história de contato com museus sempre foi de exclusão e condescendência” (CLIFFORD, 2016, p. 19).

Fotografia 5 - Um dos painéis de entrada do museu recepcionava os visitantes.



Fonte: acervo pessoal, 2021. Fotografia cedida pelo autor

Dentre os painéis expostos na entrada da exposição, um deles chamou a atenção com a seguinte frase (Fotografia 5, acima): *“Houve um tempo em que fazer-se ao mar era a coisa mais aventureira que se podia fazer, o equivalente renascentista de ser astronauta”*, indicando que as expansões marítimas seriam tão importantes quanto os avanços do homem fora do planeta. A comparação remete ao contato com o “Outro”, sob a margem da Europa, o inimaginável vindo de fora da Europa, em um deslocamento do europeu que sai de seu território para expandir seus impérios, comércios e riquezas através das navegações.

O museu promete ao visitante uma experiência interativa, em que se pode interagir com as peças que se movimentam e reproduzem áudios gravados, além de audioguias e vídeos interativos. A ideia é que o visitante faça parte da experiência das navegações, conhecendo a rotina dos tripulantes (imagem 6) e saiba mais curiosidades sobre o percurso. Além de ter réplicas dos barcos, roupas, mapas e objetos utilizados nas navegações, há globos expostos em mesas para que se possa interagir com as peças, contando histórias a partir de algumas datas e mostrando como foi a experiência para

Portugal (imagem 7). Aqui destaco que a experiência retratada é, obviamente, do ponto de vista português, que fornece a sua descrição de mundo e o seu relato a partir de sua vivência.

Fotografia 6 – Bonecos de cera representando a rotina dos tripulantes nas cabines dos navios.



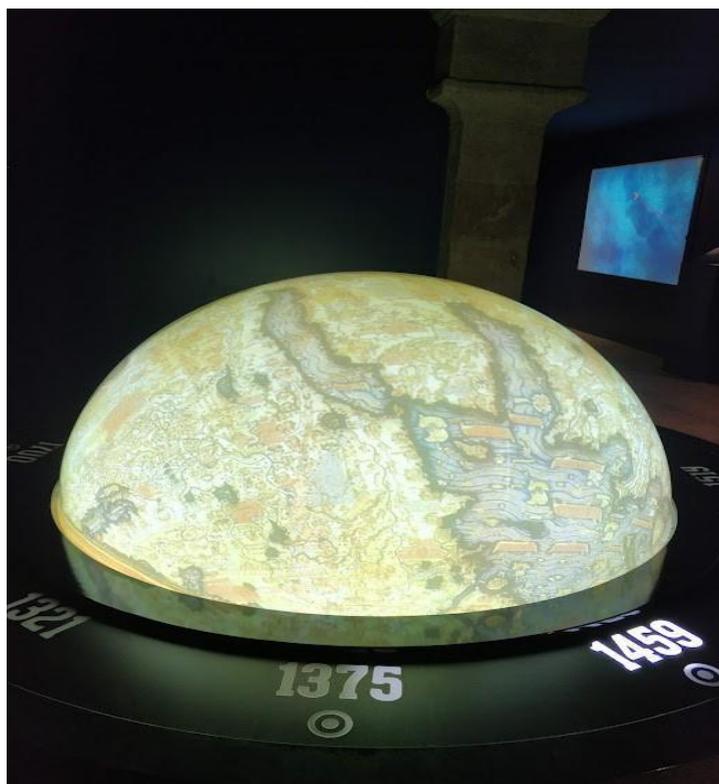
Fonte: acervo pessoal, 2021. Fotografia cedida pelo autor

Em um dos pontos principais da exposição, o visitante é convidado a entrar em um barco que está sobre a água e então o barco adentra um percurso com bonecos que representam tripulantes, personagens históricos, escravos e povos de outras culturas, além de animais. Com efeitos gráficos em telas e sonoplastia que comenta alguns momentos da viagem realizada pelos portugueses, possibilitando até mesmo escutar animais e músicas de capoeira, é uma representação das experiências das navegações que ilustram a sua visão sobre o “Outro”. O objetivo, de fato, era propor uma imersão ao percurso colonizador, sendo a perspectiva do colonizador crucial para a análise.

O percurso é dividido em salas temáticas, resumidamente: 1) iniciando por Lisboa, representada como ponto de partida das navegações, contendo mapas e cartas; 2) na sequência, uma sala temática com animais selvagens; 3) um túnel que demonstra a fúria do mar enfrentada pelos portugueses; 4) bonecos de elefante e

bonecos com roupas tradicionais da Índia e China; 5) há uma cena de catequização de indígenas e escravos jogando capoeira ao lado de mineradoras e moinhos de cana, na parte que corresponde ao Brasil.

Fotografia 7 – Globos expostos em mesas com mapas sobre a formação do mundo, sob a perspectiva das expansões portuguesas



Fonte: acervo pessoal, 2021. Fotografia cedida pelo autor

Chamo a atenção para uma ala que representa o Brasil, pois há a montagem de uma escavação em uma mina de ouro em que são representados escravos trabalhando e ao fundo toca uma música de capoeira presente em toda a sala, além de bonecos ao lado da mina encenando um jogo de capoeira. Também há a figuração de uma cena de catequização de indígenas apresentada em um cenário de floresta, representada por um padre jesuíta, um soldado português e um casal de indígenas. Finalizando a saída da sala há o maquinário de um moinho de cana que se move sem parar, sendo possível ainda escutar dali a música de capoeira.

Ocorre também uma representação que busca associar à música os povos africanos e indígenas, sempre como uma espécie de ressignificação da sua existência durante o período escravista. Isto é, cria-se uma imagem que foge às dores e

dificuldades trazidas pelo trabalho forçado e utiliza-se a capoeira como uma ferramenta que redimiria essa realidade.

O que se constata ao finalizar a visita é a grandiosidade das glórias de Portugal em seu passado, que, além de entrar em contato com outras novas culturas que não fosse a europeia, explorou novos horizontes. De fato, a narrativa trabalhada ao longo do percurso da exposição é semelhante à observada nos livros didáticos, ou seja, o passado que o português aprende e reproduz ao longo de séculos após esses contatos iniciais. De maneira ilustrada e interativa, ele mostra ao visitante o seu olhar sobre a história, a sua narrativa individual, construindo uma identidade nacional apoiada no processo colonizador e civilizador.

Fotografia 8 - Painel expositivo, com o título “De Miragaia, partiu o Porto à descoberta de novos mundos”.



Fonte: acervo pessoal, 2021. Fotografia cedida pelo autor

Mariana Gomes (2019), em um de seus trabalhos, parte da análise de relatos sobre as investigações das construções discursivas nos dois Museus dos Descobrimentos já existentes em Portugal, localizados em Belmonte e no Porto, os quais a autora visitou e observou as conexões de ambos em suas narrativas museológicas sob a óptica da Exposição do Mundo Português, ocorrida em 1940³¹. A pesquisadora também

³¹ Segundo Nascimento (2008, p. 244-246), a exposição teve como propósito narrar a “[...] história de glórias do passado aos portugueses do presente [...] Construir um enredo de fatos, momentos e figuras que representassem plasticamente o passado”. Sobretudo, foi uma exposição que tinha por finalidade “Evidenciar o poder expansionista e colonizador dos portugueses no mundo”.

realizou visitas presenciais em ambos os museus. A partir dessa experiência, foi criado um diário de campo contando suas experiências e indagações acerca do corpo colonial em Portugal, compartilhando em seus textos o que observava e ouvia através de entrevistas e conversas:

Durante os anos que vivi em Portugal, muitas vezes me deparei com a ideia dos portugueses de que a Colonização e os Descobrimentos são fatos históricos distintos. Algumas vezes entrei em discussão contra essa ideia. Para uma brasileira, esses fatos históricos parecem indissociáveis. Hoje, ao realizar a pesquisa no Museu dos Descobrimentos do Porto, essa ideia fez mais sentido, ou, ao menos, fui capaz de entendê-la melhor, ao ter como foco a análise desse discurso – Mariana Selister Gomes – Trecho do Diário de Campo, novembro de 2014 (GOMES, 2019, p. 5).

A autora comenta que este trecho destacaria algo muito reproduzido entre educadores e diretores entrevistados nos dois museus analisados por ela, sendo os Museus da Descoberta e dos Descobrimentos, que exaltavam apenas a questão do descobrimento e não tomando para si a questão do colonialismo. Além disso, também é destacado o relato de um dos educadores que comenta que alguns visitantes brasileiros chegam a questionar sobre a escravidão, porém, eles afirmam que esta não é a temática do museu. Em um discurso semelhante ao encontrado no museu da “descoberta”, a autora também observa que não é questionado o modelo de colonização. Há, dessa forma, um discurso de naturalização que apresenta o processo de colonização como única alternativa e considerando a escravidão como algo necessário.

Tabela 1 - Reprodução do Quadro Síntese - Comparação entre os Discursos Expográficos.

| | Espaços Expográficos | | | |
|---|--------------------------|----------|-----------------------|------|
| | Museu dos Descobrimentos | | Exposições do Império | |
| | Porto | Belmonte | 1934 | 1940 |
| Elementos discursivos em torno do corpo | | | | |
| Selvagem/Primitivo | | X | X | X |
| Subjugado | | X | X | X |
| Disponível | | X | X | X |
| Exótico | X | X | X | X |
| Nu | | X | X | X |
| Culturas diferentes | X | | | |

Fonte: Elaboração de Mariana Selister Gomes (2019, p. 11).

Dentre suas considerações finais sobre as disputas simbólicas entre os dois museus analisados, a autora observou suas relações com as Exposições do Império Português e como eles (des)(re)constroem suas narrativas em torno do corpo colonial, no sentido de destacar também como os estereótipos se moldam e se repetem com o tempo, exaltando o colonialismo, sem promover críticas a violência no período.

Novamente, este mesmo discurso, semelhante ao encontrado nos livros didáticos portugueses, se repete, “ao ser questionado acerca das diferentes visões sobre a escravidão, o criador do Museu enfatizou: ‘nós não trazemos esse olhar crítico’. Quando não há uma crítica explícita, acaba-se por reproduzir o discurso hegemônico colonial” (GOMES, 2019, p. 7). Sobretudo, Portugal apresenta-se na sociedade contemporânea como um país intercultural, destacando os aprendizados que obtiveram da troca com os “Outros” povos no sentido de diversidade cultural, mas de fato, quando analisamos a estrutura que está por trás do mito de bom colonizador, ainda é mantido o silenciamento sobre o seu passado colonial nos discursos raciais.

Estas rupturas, ou dobras, podem ser percebidas no Museu e Parque Temático dos Descobrimentos, no Porto, onde há uma dissociação entre Descobrimentos e Colonização. Nessa dissociação, o corpo colonial não aparece em seus elementos de subjugação e disponibilidade; emerge um corpo descoberto, que também é um corpo exposto, mas não é um corpo subjugado, é um corpo marcado pela curiosidade cultural mútua, com um enfoque nas diferenças culturais. Ainda que seja percebido o elemento do exótico e ainda que a ideia de Descoberta seja eurocêntrica, é perceptível uma dobra discursiva. Neste Museu, permanece um silêncio sobre a violência da colonização, porém, também não é feita uma exaltação da colonização. Esse período praticamente não aparece, mantendo-se o foco no momento das Navegações e Descobertas (GOMES, 2019, p. 11).

Concluindo, os museus e exposições observados não apresentaram uma forma de promover novos diálogos em torno dos “Descobrimentos”, todos tinham um intuito político e hegemônico, que não proporcionava dar voz ao outro lado da história. O que se observa são museus e exposições com o objetivo de promover a história das glórias e conquistas de Portugal sob os outros povos, em discursos que se repetem constantemente e nos quais os outros povos colonizados são sempre representados como exóticos, primitivos e selvagens. Não há espaço para as reflexões e retratações sobre as relações de poder exercidas, espaços esses que poderiam promover memórias críticas e antirracistas. Assim, a imagem que se constrói é de sua benfeitoria e solidarização, em uma perspectiva de superioridade às outras culturas, perpetuando a exaltação de um colonialismo benevolente.

4 ANALISANDO OS DISCURSOS DA DESCOBERTA

Discurso das descobertas, discurso das conquistas ou discurso da dominação (ORLANDI, 2008, p. 24).

Vale lembrar que esta pesquisa partiu do interesse de seguir duas análises: a experiência pessoal vivida em Portugal durante o período de anúncio da criação de um novo museu das “descobertas” e o recorte de artigos de opinião de jornais portugueses sobre o tema com o intuito de analisar os discursos produzidos acerca da proposta da construção do museu, seja tanto por parte da idealização do espaço museográfico, quanto de críticas sobre opiniões contra este espaço.

No decorrer da pesquisa surgiram diversos temas polêmicos em que portugueses se contradiziam em seus discursos apresentados a favor do museu, até mesmo os discursos que acompanham o ideal nacionalista e identitário analisados anteriormente. Mesmo com a distância entre Brasil e Portugal, no decorrer da pesquisa houve a tentativa de se manter atualizada no debate em torno da polêmica. O que facilitou, de fato, foi a possibilidade de acesso ao assunto através da internet, desde discursos jornalísticos, às práticas discursivas e até mesmo atos e manifestos publicados na rede há quase uma década.

Tal qual, estamos em uma era tecnológica que nos possibilita expressar por meio de mídias digitais. Tal facilidade gera o compartilhamento de ideias com maior eficácia, chegando a mais pessoas e tornando a discussão mais abrangente, ou seja, gerando também mais impacto. A possibilidade de analisar a questão do tema da descoberta na era digital promove o desenvolvimento de outras análises discursivas, chegando até a nós no Brasil e também a outros países falantes de língua portuguesa. É importante frisar que a maioria desses países também foram colonizados e agora os mesmos passam a ter o acesso à essa discussão em tempo real, acessando essas informações em qualquer lugar do mundo.

A questão da “possibilidade”, repetida inúmeras vezes, movimentou a pesquisa em analisar discursos realizados ao longo da problemática, além de ampliar a discussão para que se observe que durante a última década não é um assunto isolado, sendo cada vez mais recorrente e questionado. O que implica em si, são todos os discursos e narrativas que acompanham e se conectam ao passado de maneira repetitiva.

Mesmo com acesso a novas pesquisas, promoção e incentivo ao revisionismo histórico, percebe-se a falta de interesse e atitude aos que preferem permanecer em uma ideologia colonial que se baseia na valorização ideológica, política e cultural do colonialismo.

A análise do discurso é utilizada como uma ferramenta de compreensão dos discursos em torno do museu e dos discursos das “descobertas”, baseando-se em linguistas e pesquisadores como Orlandi (2007; 2008; 2014) e Pêcheux (1997). No sentido de adentrar a discussão de maneira mais aprofundada e analítica, trazendo questões como a influência do nacionalismo português, suas ideologias por trás dos discursos e o apagamento da história. No caso da utilização das palavras-chave “descoberta” e “descobrimientos”, são marcadas nesses discursos como algo extraordinário na história de Portugal e portugueses do século XXI ainda se colocam como os mesmos “descobridores” de 1500, ou seja, como algo ainda presente em suas vidas.

Afinal, parece ser mais seguro permanecer reproduzindo os mesmos discursos aos longo dos séculos do que promover um embate na última década, como veremos a seguir. O historiador Andreas Huyssen (2000), comenta sobre a sedução da memória, ou seja, como as sociedades buscam constantemente uma ancoragem temporal, sempre retornando às memórias culturais, em uma transformação do conhecimento que se relaciona com o passado, presente e o futuro, além da constante fixação da idealização de “musealização” do passado.

O levantamento de todos esses debates acerca das narrativas portuguesas, através de discursos produzidos pelas mídias que podem ser apontados como ferramentas e veículos da memória, traz à tona uma análise sobre os silenciamentos e apagamentos da história das chamadas “Descobertas”. O que se observa é que a maioria dos portugueses que vangloriam as “Descobertas” pensa somente no encontro de novos territórios e não no que veio depois, entendendo de que o colonialismo seria uma outra parte da história, algo descartado das memórias.

A memória passa a ser considerada um produto social e torna-se seletiva ao decidir o que deve ser lembrado ou esquecido através de ferramentas e veículos. Desta forma, foi possível traçar uma breve linearidade em acontecimentos marcantes na história da sociedade portuguesa, havendo destaque para o período de 2012 a 2023 em que houveram diversos casos em torno de representações sobre as expansões

marítimas, imperialismo e colonialismo português, sendo eles³²:

2012: ONU critica Portugal por ensino 'inexato' do passado. Alunos portugueses estariam aprendendo uma versão "inexata" sobre o passado colonial do país;

2016: Polêmica após a plantação de grama ao invés de flores em frente ao Mosteiro dos Jerónimos onde estavam localizados brasões de armas das antigas províncias, sendo esta considerada uma simbologia ao colonialismo;

2017: É apresentada a pesquisa em livros didáticos de história, onde foram constatados a naturalização nas narrativas em torno do poder sobre as colônias e a violência durante a escravidão a outros povos e culturas;

2018: A nomenclatura designada à construção de um museu que representasse a história da expansão marítima dos portugueses, o chamado "Museu da Descoberta".

2019: Manifesto contra a nomeação de um programa de intercâmbio de estudantes de língua portuguesa, que receberia o nome "Fernando Pessoa", alegando que o mesmo era escravocrata e racista;

2020: A pichação da estátua do padre jesuíta António Vieira, figura importante na catequização de indígenas no Brasil.

2021: Durante a pandemia, pais de crianças portuguesas reclamam do "sotaque brasileiro" e da troca de palavras de seus filhos após começarem a consumir conteúdos na internet produzidos por brasileiros, incluindo o youtuber Lucas Neto;

2022: O crescente número de denúncias de casos de xenofobia contra brasileiros em Portugal.

2023: Comitê da ONU pede retratação de Portugal por escravidão³³: O comitê avaliou que Portugal deve considerar pedir desculpas por seu papel no comércio transatlântico de escravos e práticas de escravidão em suas ex-colônias.

Contudo, o objeto de pesquisa e estudo de caso estiveram voltados

³² Informações baseadas em uma matéria publicada pelo jornal Observador (2020), que destacava os acontecimentos ocorridos desde 2016 a 2020, também foram acrescentados dados ocorridos em outros anos (2021/22). Matéria: Portugal e o passado colonial: as guerras culturais e o politizar da discussão" <https://observador.pt/especiais/portugal-e-o-passado-colonial-as-guerras-culturais-e-o-politizar-da-discussao-envolve-estatuas-nomes-de-museus-simbolos-e-arte/>

³³ Comitê da ONU pede retratação de Portugal por escravidão: <https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813527>

diretamente para a construção do museu, e assim, foram realizados levantamentos de dados com buscas no Google com palavras-chave como “Museu da Descoberta” e “Museu do Descobrimento”. A partir daí, foram feitas constantes buscas ao longo da pesquisa na tentativa de se atualizar sobre o assunto que ainda encontrava-se em aberto, iniciando em 2020 e concluindo em 2023, coincidindo com o início e término do projeto e finalização da dissertação. Ao todo, foram analisadas vinte e quatro matérias, publicadas no Brasil e em Portugal, localizadas em jornais eletrônicos e blogs culturais. Todas elas tinham como objetivo criticar ou elogiar a proposta de construção do museu e a maioria delas inseriu o nome do museu no título da matéria:

Tabela 2 - Agrupamento de matérias jornalísticas e blogs ordenadas por veículos, a partir das suas datas de publicação

| TÍTULO DA MATÉRIA | JORNAL | PAÍS | DATA |
|---|--------------------|----------|------------|
| Por que a palavra 'descobrimento' renovou polêmica em Portugal sobre a conquista de terras como o Brasil | BBC NEWS | BRASIL | 12/05/2018 |
| Nome de museu sobre descobrimentos portugueses gera polêmica em Lisboa | FOLHA DE S. PAULO | BRASIL | 12/05/2018 |
| A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou Expansão? | EXPRESSO | PORTUGAL | 12/04/2018 |
| Polêmica atrasa Museu das Descobertas | EXPRESSO | PORTUGAL | 24/06/2018 |
| Afinal, o Museu das Descobertas vai chamar-se "A Viagem" | JORNAL I | PORTUGAL | 24/05/2018 |
| Museu dos Descobrimentos em Lisboa deverá ter um núcleo dedicado à escravatura, diz assembleia municipal | O CORVO | PORTUGAL | 12/12/2018 |
| A descolonização de um museu | O JORNAL ECONÔMICO | PORTUGAL | 26/04/2018 |
| Museu da Interculturalidade de Origem Portuguesa, e não Museu das Descobertas | OBSERVADOR | PORTUGAL | 24/03/2018 |
| Por um Museu dos Descobrimentos | OBSERVADOR | PORTUGAL | 06/08/2018 |
| Que será feito do Museu dos Descobrimentos | OBSERVADOR | PORTUGAL | 02/09/2019 |
| Medina diz que Lisboa vai ter “um memorial dedicado à escravatura”, sem “nenhum complexo” | OBSERVADOR | PORTUGAL | 13/06/2020 |
| Portugal e o passado colonial: as guerras culturais e o politizar da discussão envolve estátuas, nomes de museus, símbolos e arte/premium | OBSERVADOR | PORTUGAL | 16/06/2020 |
| Um museu dos Descobrimentos no Terreiro do Paço | PÚBLICO | PORTUGAL | 16/09/2008 |
| Acerca da criação de um Museu dos Descobrimentos | PÚBLICO | PORTUGAL | 16/01/2018 |
| Um museu, muitos nomes: a narrativa de Portugal e o Mundo | PÚBLICO | PORTUGAL | 18/04/2018 |
| “É preciso descolonizar os Descobrimentos” | PÚBLICO | PORTUGAL | 18/05/2018 |
| Não a um museu contra nós! | PÚBLICO | PORTUGAL | 22/06/2018 |
| O duro fardo de ser português | PÚBLICO | PORTUGAL | 27/06/2018 |
| O padre António Vieira no país dos cordiais | PÚBLICO | PORTUGAL | 02/02/2020 |
| O colonizador afoito: o museu que Medina fantasiou e as lições que insiste em não aprender | PÚBLICO | PORTUGAL | 16/06/2020 |

| | | | |
|---|-------------------|----------|------------|
| Plano de museu em Lisboa desperta debate sobre passado colonial de Portugal | THE GUARDIAN | PORTUGAL | 17/09/2018 |
| Museu que nasce torto | A.MUSE.ARTE | PORTUGAL | 26/04/2018 |
| Museu das Descobertas - um pequeno contributo | MOUSEION | PORTUGAL | 04/05/2018 |
| Município de Lisboa pretende avançar com Museu das Descobertas | PPORTO DOS MUSEUS | PORTUGAL | 14/06/2020 |

Sobretudo, outros assuntos foram aparecendo ao longo das buscas e se conectando aos temas tratados, através de referências de publicações passadas similares ao assunto citadas na matéria lida ou até mesmo por indicação do site, como visto na tabela 3. Dessa forma, a pesquisa se expandiu na medida que as buscas aumentavam e novos e antigos dados foram surgindo ao longo do tempo, sendo estes temas relacionados às questões do colonialismo português, imperialismo, expansões marítimas, violência e xenofobia contra imigrantes falantes da língua portuguesa.

Tabela 3 - Matérias jornalísticas selecionadas com assuntos similares

| TÍTULO DA MATÉRIA | JORNAL | PAÍS | DATA |
|---|--------------------|----------|------------|
| Ensino de História em Portugal perpetua mito do 'bom colonizador' e banaliza escravidão, diz pesquisadora | BBC NEWS | BRASIL | 31/07/2017 |
| Discriminação contra brasileiros em Portugal: 'Tive que falar inglês para ser bem tratado'. | BBC NEWS | BRASIL | 06/05/2022 |
| ONU critica Portugal por ensino 'inexato' do passado | ESTADÃO | BRASIL | 16/09/2012 |
| Portugal ainda ensina o mito do bom colonizador | GAZETA DO POVO | BRASIL | 20/05/2018 |
| Grupo de Estudantes coloca caixa com pedras 'para atirar' em brasileiros na Universidade de Lisboa | GAZETA DO POVO | BRASIL | 29/04/2019 |
| Brasileiros são maioria entre os 555 mil estrangeiros em Portugal | O GLOBO | BRASIL | 17/12/2021 |
| Em Portugal e Espanha, colonização é ensinada como "expansão de território" | UOL | BRASIL | 07/07/2020 |
| Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro' | DIÁRIO DE NOTÍCIAS | PORTUGAL | 10/11/2021 |
| O passado colonial não faz de nós racistas | OBSERVADOR | PORTUGAL | 01/03/2020 |
| A fantasia imperial numa história em imagens | PÚBLICO | PORTUGAL | 28/12/2012 |
| Estátua do padre António Vieira guardada por "neonazis" | PÚBLICO | PORTUGAL | 05/10/2017 |
| Comitê da ONU pede retratação de Portugal por escravidão | ONU NEWS | EUA | 28/04/2023 |

É visto como a relação entre o museu e a sociedade portuguesa foi apenas a ponta de um iceberg mais amplo no campo da memória, dos discursos, da política, da sociedade em relação à história do país. Mostrando que o museu representou algo muito maior para aquele momento na sociedade, que já vinha há anos entrando em discussões sobre o ensino, monumentos, representações culturais e sociais.

4.1 ENTRE DISCURSOS E CONTROVÉRSIAS

É importante notar que os Descobrimientos Portugueses não só revelaram paragens mal conhecidas ou desconhecidas, como permitiram uma correta concepção do mundo (...) Não inauguraram, por isso, o Paraíso na Terra; mas deram origem ao mundo moderno tal como o temos, com os defeitos e virtudes inerentes a toda a construção humana (THOMAZ, 2018).

Comentários semelhantes ao de Thomaz (2018), destacado acima, vêm sendo representados constantemente nas mídias por intelectuais e políticos portugueses nas últimas décadas. Ancoradas pelos imaginários e textos históricos das “descobertas e descobrimientos”, ambas palavras carregam consigo um grande peso histórico e de orgulho nacional para os portugueses, que as utilizam em seus discursos como forma de vangloriar as conquistas do país ao longo dos séculos, seja pelas expansões de territórios ou pelas conquistas de bens preciosos e de matéria prima de outros territórios, elevando Portugal ao nível de outros grandes países europeus.

Entretanto, de acordo com Pêcheux (1997, p. 160), o sentido de uma palavra não está impregnada em si, “mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”, assim, as palavras podem ganhar novos sentidos, não existindo um sentido único literal.

Os discursos empregados a essas palavras também estariam ligadas ao que Pêcheux (1997, p. 160) denomina como “formação discursiva”, ou seja, a materialidade na qual o discurso é produzido e que permite a conexão entre significado e significante. Em outras palavras, relaciona-se diretamente com as formações ideológicas daquele que faz uso do discurso. No caso da ideologia que protagoniza o discurso português acerca da palavra “descoberta/descobrimientos”, percebe-se uma relação direta com o passado tido como glorioso por esses sujeitos, pré-determinado por uma situação social e histórica.

Como ocorreu por volta do fim do século XIX, entre os anos de 1880 a 1960, a construção da consciência de identidade nacional portuguesa, através de conjuntos significativos de comemorações de centenários ligados à memória dos descobrimientos, seus impérios e expansões marítimas, que com o passar do tempo essa

memória e identidade passaram a ser reinventadas (MIRANDA, 2008). Como já visto, o regime ditatorial, conhecido como Estado Novo, que vigorou por 41 anos ininterruptos, foi um período muito influente na história portuguesa, marcado pela ideia de construção e reinvenção da nação.

O que se repete constantemente são versões simplificadas do mito do luso-tropicalismo nesses discursos, seja no ensino, cultura ou política, como já foi demonstrado ao longo do texto. Além disso, as adaptações e transformações na história correspondem às expectativas de um tempo, pois “o mito original é permanentemente reelaborado para corresponder às necessidades identitárias de cada presente, [...] retém representações e práticas do passado que se recompõem à luz das exigências do presente” (PERALTA, 2011, p. 232).

Em relação às emoções negativas em torno dos “descobrimientos” e o “colonialismo”, podemos constatar alguns atos de manifestos em torno de representações coloniais construídos em pleno século XXI, como o caso de monumentos relacionados ao período colonial. Em junho de 2020, a estátua do padre jesuíta António Vieira, figura importante na catequização de indígenas no Brasil, foi alvo de manifestação em Lisboa, em conjunto com um ato global de protestos após o brutal assassinato do afro-americano George Floyd por um policial, fato que ensejou manifestações anti-racistas (*Black Lives Matter*) que geraram uma grande onda de protestos nos EUA e em algumas cidades do mundo³⁴. Nesses atos, monumentos associados ao racismo e à escravidão foram alvos de protestos e intervenções, como a estátua do padre, grafitada com a palavra “descoloniza”³⁵.

Esses atos são marcados por um vandalismo revolucionário, com o objetivo de descolonizar esses espaços, criticando questões ideológicas e as opressões sofridas, expressando, assim, uma crise da memória, sendo um momento considerado como era das vítimas, em que seus descendentes exigem um lugar nessas narrativas. O manifesto contra as estátuas expressam essa crise na história e na memória, sendo essas narrativas dolorosas às vítimas e seus descendentes, refletindo o incômodo dos

³⁴ O que parece um evento de grande vínculo, na verdade, tem características muito próprias e circunstanciais, sobre o espaço público ser finalmente “público”. Vídeo publicado no jornal português *Observador* “De Churchill ao padre António Vieira. Radicalização contra estátuas divide opiniões pela Europa”: <https://tinyurl.com/y2kdjh5s>

³⁵ Alguns historiadores atribuem a ele o processo de catequização dos indígenas, além de se posicionar contra a escravidão dos mesmos, porém, ele seria tolerante a escravidão de africanos - “<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/06/estatua-do-padre-antonio-vieira-e-vandalizada-em-lisboa.shtml>

subalternos que reclamam sobre uma memória que não ocupa os espaços públicos.

Fotografia 9 - Estátua do Padre António Vieira, pintada com a palavra "Descoloniza", em Lisboa/PT.



Fonte: Acervo digital do Jornal online Observador

No entanto, a estátua já havia sido motivo de protestos desde a sua inauguração, no ano de 2017, em um manifesto de um grupo composto por investigadores, professores, ativistas e artistas de diversas nacionalidades, conhecidos como “Descolonizando”. Os manifestantes questionavam a representação do padre, que é visto como por alguns portugueses como um defensor dos povos indígenas e por outros como um representante de sua dizimação e conivente à escravidão africana, no texto redigido pelo grupo para a convocatória da manifestação, dizia:

Não aceitamos essa estátua. Com a colaboração da Igreja, mais de seis milhões de africanos foram escravizados pelos portugueses no tráfico transatlântico. Padre António Vieira era um escravagista selectivo. A colonização portuguesa no final do século XVI já tinha dizimado 90% da população indígena. A evangelização jesuíta foi a maior responsável pelo etnocídio ameríndio (FERREIRA, LOURO, 2017).

Entretanto, ao chegarem no local, no dia e na hora marcada, foram surpreendidos por uma concentração de dezenas de neonazistas (extrema-direita)

cercando a estátua, portando bandeiras de Portugal. Além disso, no chão haviam faixas com a frase “Portugueses primeiro!” e o símbolo da cruz de malta entre as duas palavras (FERREIRA, LOURO, 2017). Segundo Gomes (2014, p. 2), essa imprecisão está marcada pelo “[...] reforço do papel do português como civilizador; pela ausência de críticas ao extrativismo, à escravidão, ao colonialismo e à imposição da cultura europeia; e, ainda, pela invisibilidade, inferiorização e folclorização da contribuição de indígenas e africanos”.

A derrubada de estátuas e depredação de monumentos, marcou as manifestações ocorridas em 2020, em um posicionamento que gerou reações em diversos países, forçando o posicionamento das autoridades sobre o passado, além de colocar em debate público a quem o monumento se refere e também sobre como a sociedade se vê representada. Enquanto isso, o passado permanece nas sombras das estátuas.

Ao pesquisar mais a fundo sobre o museu, foi possível encontrar uma matéria no jornal Público, publicada no ano de 2008, escrita pelo pesquisador e engenheiro português Manuel de Matos Fernandes, que já exaltava o desejo que havia na sociedade em construir um museu sobre as histórias das expansões marítimas portuguesas, em Lisboa. Além disso, meses antes da polêmica sobre a nomenclatura do museu, em janeiro de 2018, o mesmo autor voltou a recordar o assunto e em uma nova matéria, publicada novamente no mesmo jornal, opinando sobre como deveria ser a estrutura do museu, o conteúdo do acervo e os temas a serem abordados, como por exemplo, “a situação do mundo conhecido dos europeus no fim da Idade Média, os mitos do ‘mar tenebroso’, a arte de marear, as grandes figuras (estadistas, navegadores, homens da Igreja, homens da Ciência, aventureiros), as grandes viagens” (FERNANDES, 2008).

O autor também destacou que a “Construção do Brasil” seria um dos temas mais fortes do museu. Todas essas sugestões tinham como principal foco os olhares vindos do estrangeiro, que poderiam apreciar a história das “descobertas”, expansões marítimas e seus gloriosos impérios, tornando-se uma visita imperdível aos turistas da cidade, estimando que o número de visitantes seria alto, entre 200 a 500 mil pessoas por ano (FERNANDES, 2008).

Porém, o que mais chama a atenção na análise de seus discursos, são as pontuações entre os assuntos que deveriam ser tratados no museu e que,

automaticamente, os não citados por ele estariam à margem da história, como a escravidão e as relações de poder com os países colonizados. Além disso, destaca as facetas e criações dos portugueses, aclamando que o Brasil teria nascido a partir do contato com os portugueses, passando a ser considerado parte de um “Novo Mundo”.

Nesse sentido, Orlandi (2008) comenta alguns pontos nos discursos portugueses em relação à afirmação do Brasil, um deles seria que “Terra à vista” seria uma fala inaugural que marcaria o processo de apropriação do território, no sentido que a descoberta significaria, então, a conquista de um lugar. Assim, “(...) o princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial, que é o produto mais eficaz do discurso das descobertas, é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político” (ORLANDI, 2008, p. 19). Segundo o autor, esse discurso nos restringe a nossa existência na história e dos nossos sentidos, em que o brasileiro é colocado apenas como sujeito-cultural, sendo negado de ter seu lugar como sujeito-histórico.

Outro ponto importante a ser destacado, é compreender o momento econômico que a cidade de Lisboa vivia desde 2015, considerada como “a nova queridinha da Europa”, pois o número de turistas crescia e a procura por imóveis por estrangeiros vinha aumentando a cada ano, o que também motivaria a criação de um museu que desse ao turista aquilo que ele queria e esperava ver, o direcionando ao maior orgulho nacional português: as expansões marítimas (MARCOS, 2020).

O então candidato a presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Fernando Medina, desde 2015 insistia e chamava a atenção nos discursos de suas campanhas eleitorais, sobre a importância da construção de um museu da “descoberta”, e em 2017 foi apresentado como programa político com o qual ele concorreu ao cargo e venceu (FOLHA, 2018). Em uma declaração realizada em 2018, ele comenta “No nosso país não temos muitas histórias para contar ao mundo, mas temos uma grande história única a contar e chegou o momento de dar a conhecer”, disse, acrescentando que seu objetivo não era criar ‘um museu dos Descobrimentos, hegemônico’, mas sim ‘um elemento que contribua para contar bem essa história’”. (FOLHA, 2018).

Após a polêmica, alguns jornalistas começaram a publicar artigos de opinião em jornais online com novas sugestões de nomes para o futuro museu. Sendo os mais recorrentes³⁶: 1) Museu da interculturalidade, que celebraria o “contato e interação” entre povos e culturas; 2) Museu da Viagem, nome em defesa da miscigenação

³⁶ Dados baseados em matéria publicada no jornal eletrônico Público, pelo jornalista Luís Raposo (2018): “Um museu, muitos nomes: a narrativa de Portugal e o mundo: ”<https://www.publico.pt/2018/04/18/culturaipsilon/opiniao/um-museu-muitos-nomes-a-narrativa-de-portugal-e-o-mundo-1810476>

proporcionada pelas viagens marítimas, se diferenciando de outros países europeus, pois os mesmos têm como identidade nacional o espírito navegador; 3) Museu da Língua, por mais que já haja um o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, embora o mesmo tenha ofuscado parte dos desejos portugueses, esse seria um novo museu feito e produzido especialmente do ponto de vista português; 4) Museu da Emigração, considerando ambos processos migratórios.

Entretanto, pouco tempo depois, houveram manifestos contra a nomenclatura. Segundo o grupo de pesquisadores e historiadores que redigiram a carta de manifesto à nomenclatura do museu³⁷, atribuir o nome de “Descobertas”, seria ignorar os diversos debates e investigações feitas nos últimos anos sobre o período histórico em questão e os vocabulários que estão sendo associados, através de reflexões críticas à construção de histórias tidas como nacionais, mas que deixam de incluir vozes de outros personagens históricos, exigindo “um grande rigor no momento de escolher as melhores palavras para designar e caracterizar essas histórias” (MARGATO, 2018). Assim como, também questionam sobre a insistência do nome, pois ao invés de tentarem expandir a narrativa e compartilhar a experiência dos outros grupos envolvidos, continuam se limitando à visão de somente um único narrador (português) e, mesmo que a proposta de Fernando Medina tentasse abordar os aspectos positivos e negativos, por que deveriam permanecer insistindo em um nome que promove uma imprecisão histórica?

Isso seria uma outra forma de reduzir a riqueza e complexidade dos factos históricos a um só ponto de vista – o português. Ou de privilegiar este ponto de vista, impondo-o a outros que dele não partilham. Seria, ainda, recorrer a uma expressão frequentemente utilizada durante o Estado Novo para celebrar o passado histórico, e que convoca, por isso mesmo, um conjunto de sentidos que não são compatíveis com o Portugal democrático. Seria, por fim, optar por uma via que se distancia de experiências museológicas contemporâneas que abordam processos históricos complexos e carregados de sentidos contraditórios e conflituosos (MARGATO, 2018).

Em outra carta publicada por um grupo de manifestantes negros que também criticaram a nomenclatura do museu, chamou-se a atenção para os perigos e os efeitos de se prolongar o cultivo da “Magia da época colonial”, pois, segundo o grupo, “é urgente a descolonização da linguagem que leve à descolonização do pensamento, que leve à descolonização do ensino da História e que leve à descolonização do imaginário, e que isso tenha consequências nas ações do presente” (NÃO, 2018). Destacando:

³⁷ Outro trecho da carta já havia sido citado anteriormente, página 15.

Nós, negras e negros em Portugal, exigimos à CML uma aposta séria num Memorial de homenagem às pessoas escravizadas, num Museu do Colonialismo, da Escravatura ou da Resistência Negra, que descortine os aspetos essenciais e até aqui secundarizados daquilo que foram os reais impactos da empresa colonial de Portugal no mundo, suas consequências no presente e daquilo que foram os reais contributos das pessoas negras na resistência a esse sistema (NÃO, 2018)

Desta forma, continuam a alimentar o racismo histórico e estrutural e prolongando hierarquias que controlam e reprimem comunidades negras em Portugal. Os manifestos apontam para reflexões mais aprofundadas acerca dessas terminologias que os designa ao lugar de subalternos na narrativa oficial, desmistificando os reais significados omitidos por trás dos termos utilizados nas narrativas eurocêntricas:

Neste cenário, Colonização tem sido traduzida por descobertas, descoberta e descobrimentos. Escravatura e invasão dos territórios de outros povos têm sido confundidos com encontros de culturas, contacto entre povos e expansão marítima. O Tráfico de pessoas escravizadas, levadas como gado para outros continentes, ou seja, a desumanização massiva dos corpos negros, é apelidado de viagem e também de primeira globalização. Evangelização violenta e epistemicídio são retratados como interculturalidade e desenvolvimento. E tudo isto tem resumido a “epopeia dos descobrimentos” a uma sucessão de atos de benevolência da parte de Portugal, que faz com que o próprio sistema colonial português seja considerado suave e excecional pelos próprios (NÃO, 2018).

Entretanto, alguns discursos de jornalistas, historiadores e políticos acerca da nomenclatura mostram indignação aos manifestos contra o nome escolhido, de forma que passam a procurar culpados que estariam promovendo a problemática. Além disso, observa-se que mesmo que tenham conhecimento sobre os aspectos negativos destes processos históricos, insistem que permaneçam apenas os discursos que glorifiquem o passado e história dos portugueses, renegando qualquer perspectiva que traga uma revisão histórica.

Dentre os casos analisados, uma matéria publicada pelo jornal online português "O Corvo" mostra que em dezembro de 2018, meses após os protestos contra o nome, alguns políticos se reuniram para discutir sobre a criação do Museu dos Descobrimentos em Lisboa na Assembleia Municipal de Lisboa. Em determinado momento, a ex-deputada Aline Hall de Beuvink (PPM) afirma que “Não podemos ler a história com os conceitos da actualidade. Há que contextualizar os factos. Se não, arriscamo-nos a ser totalitários e arrogantes. Houve erros? Sim, mas ninguém os quer apagar ou renegar” (ALEMÃO, 2018)³⁸. Durante o evento foram registrados outros

³⁸ “Museu dos Descobrimentos em Lisboa deverá ter um núcleo dedicado à escravatura, diz assembleia municipal”: <https://arquivo.pt/wayback/20211012085457/https://ocorvo.pt/museu-dos-descobrimentos-em-lisboa-devera-ter-nucleo-dedicado-a-escravatura-diz-assembleia-municipal/>. Acesso: 29 de ago 2023.

diversos discursos de políticos que também repudiavam os atos contra a nomenclatura e de um grupo que promoveu uma petição em apoio ao uso da nomenclatura de “Museu dos Descobrimentos”:

“Os portugueses não devem ter motivos para se envergonharem da sua história. Encontrarem erros nos Descobrimentos seria um acto de masoquismo próprio de quem tem problemas com a sua identidade ou que não ama Portugal”, disse Diogo Moura, do CDS-PP, que acusou o Bloco de Esquerda de fazer uma “leitura distorcida” da história. Apesar de reconhecer os “aspectos negativos” relacionados com a escravatura, o centrista disse recusar olhar para os séculos XV e XVI “à luz dos actuais valores” (ALEMÃO, 2018).

“Pretender transformar um Museu dos Descobrimentos, que foi aquilo que Portugal fez, num museu da escravatura, que foi algo realizado por todos os povos, seria certamente uma infelicidade e uma afronta à verdade histórica e à própria dignidade da cidade de Lisboa”, considerou Rafael Pinto Borges³⁹ [...] “uma espécie de museu dos horrores, como, no século XIX, se fez relativamente à Inquisição Espanhola”. [...]“Há uma maioria muito grande dos portugueses que se revê no Museu das Descobertas” (ALEMÃO, 2018).

“[...] os povos por nós ‘descobertos’ não se terão sentido descobertos”. “Tal argumentação não pega e não convence. Não se compreende, antes de mais, de que modo seria de desprezar o ‘ponto de vista português’ em acontecimentos de que foram os portugueses pioneiros e protagonistas” (ALEMÃO, 2018).

Os comentários representam uma parcela da população portuguesa que ainda insiste em defender a história que conhecem e afirmam que ela deve permanecer da mesma forma na contemporaneidade. Ou seja, para eles, o revisionismo histórico não faz sentido quando se trata de um museu que contaria a história das expansões e navegações portuguesas em outras perspectivas e que apontaria seus erros e suas problemáticas. Além disso, ao considerarem como “valores atuais” o julgamento diante do processo de colonização, automaticamente se omitem de comentar sobre a violência cometida aos africanos e indígenas como um todo, como a imposição de uma cultura, religião e língua aos povos colonizados.

Os discursos apresentam um temor compartilhado sobre o “presente”, parecendo apavorar os mais conservadores que desejam não levar essa discussão aos espaços públicos e negam manifestos contrários. É possível observar a apreensão vinda desses discursos quando os mesmos apontam que, ao falar da escravidão, o museu se tornaria uma espécie de “museu dos horrores”, mostrando que os mesmos tem consciência sobre a violência cometida, mas ainda assim não acham justo reviver e falar sobre “os aspectos negativos”. Sobretudo, Ribeiro (2018, p. 5), alerta que defender o

³⁹ Presidente da Nova Portugalidade

museu da “descoberta” é o mesmo que idolatrar uma memória forjada, pois estariam “legitimando e institucionalizando um imaginário que negaria a existência e a epistemologia subsequente à revolução do pensamento pós-colonial e ameríndio e à investigação da nova história dos impérios”.

Em um outro comentário semelhante, o historiador português João Pedro Marques, expõe o seu descontentamento sobre o que seria feito do Museu da Descoberta um ano após as manifestações contra a nomenclatura do museu. Em sua matéria publicada no jornal “Observador”⁴⁰, ele comenta que é incompreensível que Portugal, com uma história baseada em aventuras marítimas em uma época denominada como a “Era dos descobrimentos”, se sujeite a criar um Centro Interpretativo da Escravatura, o que também considera como a parte mais sombria e horrível em seu contato com a África e as Américas (MARQUES, 2019). Novamente chama-se a atenção para as expressões de descontentamento e apreensão, ao serem apresentados a propostas de narrativas que tenham como foco o passado escravocrata e colonialista de Portugal.

O historiador português também minimiza o fato de que Portugal tenha tido impérios em dado momento de sua história, se envolvendo no tráfico de africanos escravizados, afirmando que, ainda que tudo isso tenha deixado marcas, esse momento histórico deve ser mantido no passado, pois afinal, segundo o autor, “é preciso perceber que também dinamizou diversas alterações ao nível das ideias, das sensibilidades e dos procedimentos” (MARQUES, 2020). Essa visão romantizada é intrínseca à cultura portuguesa, em uma persistência de que a tal “missão civilizadora” foi necessária, além de se defenderem ao se compararem aos outros países europeus afirmando terem sido mais benevolentes.

Para compreender melhor esse assunto é preciso retornar à análise dos livros didáticos realizados por Marta Araújo. Em uma entrevista ao jornal eletrônico da BBC, em 2017, a pesquisadora também destaca como, ironicamente, nos manuais escolares retrata-se os outros países colonizadores, diferentemente de Portugal, que é referido como um “colonizador benevolente”, sem nunca tratarem da questão racial relacionada ao colonialismo. A pesquisadora destaca que, “quando falamos da descoberta das Américas, os espanhóis são descritos como extremamente violentos sempre em contraste com a suposta benevolência do colonialismo português. Já os

⁴⁰ MARQUES, 2019 - “Que será feito do Museu dos Descobrimentos?”. Acesso em: 29 de ago. 2023. <https://observador.pt/opiniao/que-sera-feito-do-museu-dos-descobrimentos/>

impérios franceses, britânicos e belgas são tachados de racistas" (BARRUCHO, 2017).⁴¹

Também houve posicionamentos de portugueses que questionaram a proposta da construção do museu, sugerindo repensar a história a ser contada e propondo um museu descolonizado que priorizasse o conhecimento e não a glorificação. Em um artigo de opinião publicado no jornal online "Jornal Económico"⁴² logo após a publicação da carta contra o museu, o filósofo português André Barata (2018), sugeriu que seria importante reconhecer que a própria palavra "descoberta" cabe ser um objeto museológico da história colonial e que deveriam ter estudos cada vez mais aprofundados e embasados através de uma perspectiva crítica e descolonizada, que trouxesse outras versões da história e dos outros que já habitavam e que foram "encontrados" em suas terras pelos navegantes portugueses.

O antropólogo português Rui Pereira (2020) buscou compreender para que serviria um museu dos descobrimentos, levantando apontamentos sobre momentos da história portuguesa que auxiliaram para essa inquietação atual em torno da construção do museu. O autor chama a atenção para o exercício de descolonização do conhecimento, considerando que o mesmo deverá musealizar toda a violência das expansões europeias dos séculos XV e XVIII, além de opinar que "se Lisboa tiver que ter um Museu que se referencie à História comum dessas zonas de contacto, então que se chame de *Museu do Colonialismo*, um museu de 'memórias inteiras'" (PEREIRA, 2020, p. 381).

Em uma matéria publicada no jornal online *Público*, no ano de 2020, a historiadora portuguesa Patrícia Martins Marcos questiona qual seria a abordagem à proposta do museu, assunto que nunca veio a público, trazendo em seu texto um embate que representa a indignação de parte da sociedade que não se viu representada. A autora criticou as tentativas de atenuar a banalidade da violência colonial, "não existe um colonialismo 'melhor' e um colonialismo 'pior', também não existe uma 'escravatura humanista' [...] "A escravização e o tráfico negreiro podem ser estudados e contextualizados, mas a brutalidade imposta por este comércio nunca deverá ser suavizada" (MARCOS, 2020).

⁴¹ Matéria intitulada: Ensino de História em Portugal perpetua mito do 'bom colonizador' e banaliza escravidão, diz pesquisadora - Por: Luís Barrucho: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40735234>

⁴² Matéria Intitulada: A descolonização de um museu . Acesso em: 29 de ago 2023. <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/a-descolonizacao-de-um-museu-298499>

Além disso, a autora critica o significado e a simbologia da estátua do padre Antônio Vieira, inaugurada um ano antes da polêmica do museu e que também gerou revoltas e manifestações contrárias, que considera como uma “Estátua que não é a História”. Porém, mesmo assim, o poder público insistiu em nomear o novo museu como “Museu da Descoberta” e dessa vez com uma repercussão ainda maior:

Assim, os poderes públicos portugueses deviam já ter aprendido uma lição essencial da democracia: que não podem, nem têm o direito, de impor uma narrativa hegemónica sobre o passado colonial a todos, no espaço público, usando o espaço que é público também, sem qualquer crítica ou resistência. Aquele bronze, que na cabeça de muitos equivale de per si à “História” com “h” grande*, reproduz mitos, branqueia a violência e perpetua o silêncio reinante no que diz respeito a um debate público do colonialismo e do racismo em Portugal – um debate necessário, que falta ainda ter e que deve sair do meio académico para a esfera pública. Assim, ao falar do império – que mais não foi, antes de mais, uma ideologia de poder e posse –, Portugal, uma vez mais, lobotomiza-se (MARCOS, 2020).

Segundo Orlandi (2014, p. 1), os museus, ao se tornarem instituições sociais em um curto período de tempo, tiveram a responsabilidade de promover um lugar de fala, pois “passaram de um papel social relacionado à produção de saber para um papel essencialmente (auto)reflexivo, (auto)crítico e (auto)questionador, não só de si mas também da sociedade em volta”. Assim como, movimentos contra monumentos e museus coloniais mostram esforços por fazer pública uma praça hierarquizada, evidenciando que os mesmos encarnam múltiplas temporalidades, gerando uma oscilação cultural de estatuto da própria imagem. Sobretudo, é vista a necessidade de desenfeitiçar os imaginários coloniais e renegociar o tempo histórico.

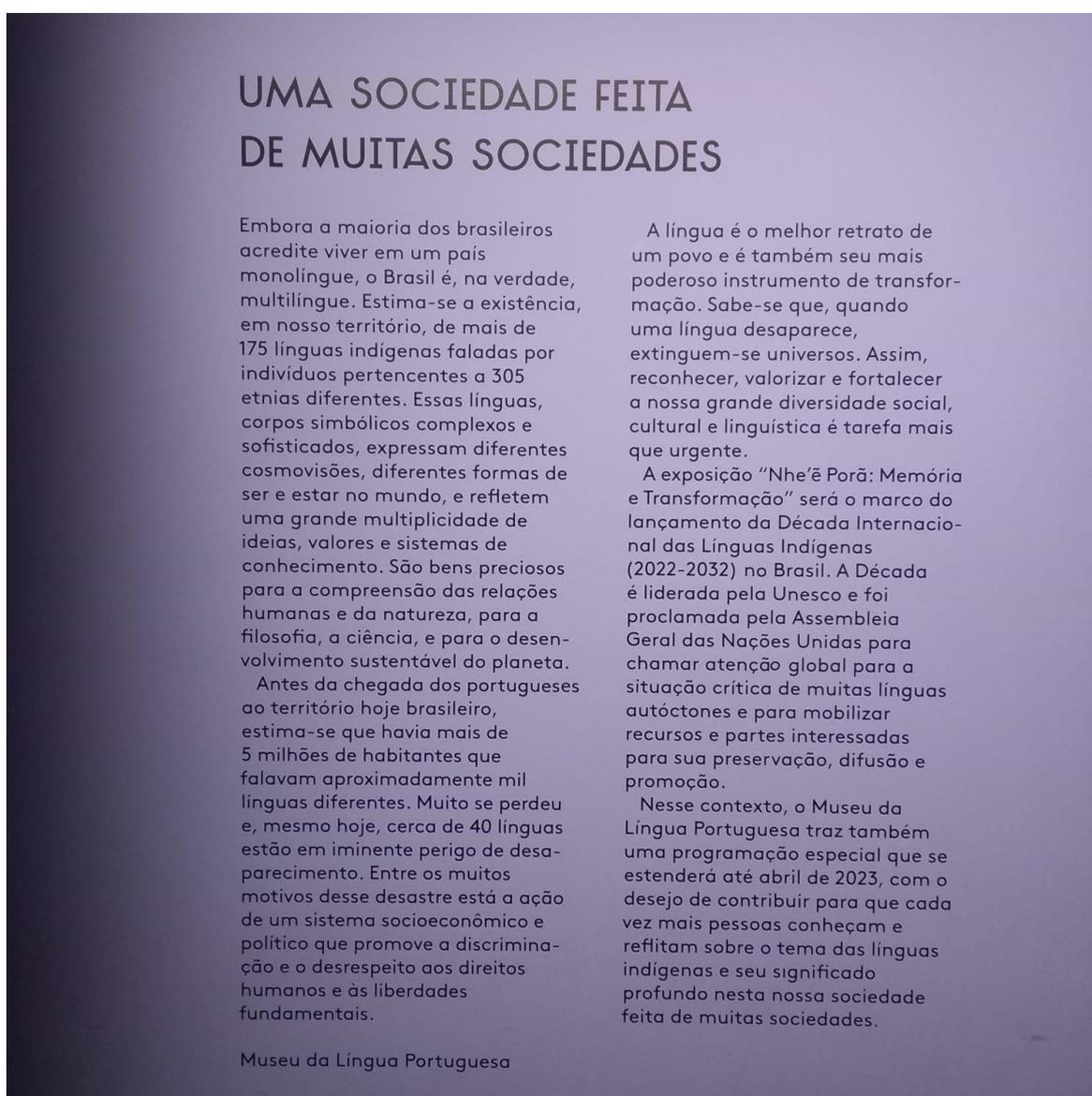
4.2 A CONTROVÉRSIA DA DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

No decorrer dos textos e jornais analisados ao longo da pesquisa, foram constatados diversas vezes, discursos nos quais Portugal se autorrepresenta como um país “Multicultural”, proliferados através de discursos políticos e também propagados nas exposições de 1940 e 1998, analisadas anteriormente, assim como também foi sugerido para a nomenclatura para o novo museu. O que constatamos ser uma “reinscrição do colonialismo na semântica ‘multicultural’ despolitiza a relação histórica entre colonialismo e racismo” (ARAÚJO; MAESO, 2012, p. 12).

Entretanto, o multiculturalismo observado, poderia ser considerado como

um “Multiculturalismo humanista liberal” (McLAREN, 1997, p. 119), pois Portugal se afirma como uma nação que promove a igualdade entre as raças, o que poderíamos entrelaçar a ideia propagada ao lusotropicalismo. Um dos pontos sempre destacados é de que a língua portuguesa seria uma parte importante no multiculturalismo português, pois, através da difusão do idioma, ele se expandiu e difundiu nos países colonizados, algo considerado como positivo na colonização. A língua portuguesa passa a ser colocada como uma herança deixada aos países colonizados, de maneira que o colonialismo mais uma vez é simplificado apenas como uma expansão da língua e cultura aos outros continentes.

Fotografia 10 - Painel expositivo da entrada da exposição: “Uma sociedade feita de muitas sociedades”.



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro em 7 fev. 2023. Museu da Língua Portuguesa - São Paulo/BR

Isto fica explícito ao observar o painel (Fotografia 10) da exposição *Nhe'ë Porã: Memória e Transformação*, realizada no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo. Nele, se discute a percepção de muitos brasileiros de que o Brasil é um país monolíngue, ainda que mais de 175 línguas indígenas sejam faladas atualmente no território. Essa visão tem origem no processo de imposição da língua portuguesa pelos portugueses durante a colonização e também integra processo de apagamento e genocídio cultural promovido nesse período.

E é a partir da colonização portuguesa que nasce o português brasileiro, a partir da imposição feita por Portugal de seu português de forma dominante, extinguindo diversas culturas e línguas já existentes, “[...] apagando, desse modo, a história e a identidade já existentes no país, menosprezando a participação dos índios, negros e todo o povo que fazia uso da língua geral, sendo esse um processo decorrente da visão do colonizador para o colonizado [...]” (OLIVEIRA, 2022. p. 22).

Em relação à gramática, mesmo Brasil e Portugal sendo falantes da língua portuguesa, a cultura e a língua se divergem, seja por questões socioculturais ou dimensões geográficas. O Brasil é um país com uma ampla gama de variações linguísticas e essa variação fica mais evidente na construção das gramáticas, visto que a partir do século XIX e após a Proclamação da Independência, em 1822, as relações com a língua se evidenciam, marcando um processo de afastamento cultural entre Brasil e Portugal (ORLANDI, 2007). Desse modo, essa formação gramatical promoveria diversas identidades na sociedade brasileira, como a da linguística, a nacional e a do cidadão. Assim, a autoria gramatical torna-se essencial para a independência da construção de nossa história.

A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições (ORLANDI, 2007, p. 55).

Ainda que exista um "Discurso do multilinguismo" (Orlandi, 2007), que parece reconhecer as línguas e questões culturais de minorias e populações marginalizadas, são as línguas hegemônicas que ocupam o protagonismo político e são instrumentalizadas pelo Estado e utilizadas na oficialidade burocrática, em currículos ou materiais didáticos. Em outras palavras, alega-se que há reconhecimento das expressões

minoritárias, mas essas nunca ocupam um espaço oficial na materialidade estatal.

Em uma pesquisa recente, Marta Araújo (2018), investigou *As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016)*, em Portugal, analisando e questionando as narrativas dominantes na política, no meio acadêmico e na educação, ao abordarem questões de diversidade cultural e desigualdades étnico-raciais no país. A autora observou discursos que afirmam Portugal como um país com uma população “multicultural”, que se caracteriza como diversificado e moderno. Embora haja projetos de promoção e diversificação cultural, na prática é uma outra realidade, “(...) assistimos à domesticação de sons étnicos para torná-los mais sofisticados. Ou vemos os sabores exóticos convenientemente arrumados em prateleiras específicas dos supermercados” (ARAÚJO, 2018, p. 12), também destaca que na educação não há uma abordagem politizada no ensino sobre as “descobertas”, além da segregação de estudantes negros e ciganos nas escolas.

Essa produção de discursos multiculturalistas seria parte de um projeto muito maior, o que a autora designa como uma “Indústria da interculturalidade”, que desde 1991 vem promovendo e intervindo em decisões políticas, além de financiar produções de pesquisas acadêmicas que promovam uma imagem de diversidade cultural no país, assim “integram o complexo discursivo ‘Portugal Intercultural’, que veicula a concepção dominante, tanto na política como na academia, de Portugal como uma nação à vontade com a diferença” (ARAÚJO, 2018, p. 12). Em relação à questão da “diferença” que a autora cita, está relacionado ao fato de favorecimento da mesma por órgãos públicos e pela academia, pois ambos continuam a ignorar o racismo institucional e as lutas antirracistas, sendo que “esta é uma escolha política, não um lapso ou esquecimento” (ARAÚJO, 2018, p. 28).

É interessante observar como se dá a questão da memória em torno dos “Descobrimientos” e o período colonial em países colonizados por Portugal. Para isso, Rosa Cabecinhas (2019) realizou um estudo com base em entrevistas com jovens da Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste, além dos próprios portugueses, mostrando quais eram as representações sociais e memórias históricas marcantes da história mundial e nacional e quais eram as emoções associadas aos acontecimentos mais marcantes. Para isso a pesquisadora não utilizou nenhum conjunto de alternativas para os participantes, não havendo nenhuma assimilação ao colonialismo

ou a colonização, pois o objetivo maior da pesquisadora era analisar a memória histórica dos entrevistados, optando, dessa forma, por não citar os termos para não condicionar no resultado das respostas, tendo como conclusão que:

Os acontecimentos ligados ao passado colonial foram espontaneamente evocados pelos jovens dos vários países, embora com um peso e uma tonalidade emocional diferenciada. Enquanto os jovens portugueses se focaram nos “descobrimientos” e silenciaram a violência colonial, os jovens dos países africanos de língua oficial portuguesa destacaram a violência colonial, as lutas de libertação e a conquista da independência nacional (CABECINHAS, 2019, p. 23).

Nos dados levantados com participantes portugueses, em primeiro lugar (81%) destacaram o dia a Revolução de 25 de abril de 1974 (Revolução dos Cravos), já em segundo lugar (80%), destacaram os termos “descobrimientos” ou “descobrimientos portugueses”, sendo considerado um dos momentos mais importantes da história nacional. Essa expressão está associada à grande influência da glorificação constante na política, cultura e mídias, além dos manuais escolares que também reforçam a ideia. Foi constatado que “para os participantes portugueses os descobrimientos suscitam emoções fortemente positivas independentemente do enquadramento da evocação desse acontecimento (história mundial ou história nacional)” (CABECINHAS, 2019, p. 20). Ainda segundo os dados da pesquisa:

Os participantes portugueses destacaram sobretudo os “descobrimientos” (80%), cujo impacto na história nacional foi considerado consensualmente positivo. Contrariamente aos “descobrimientos”, o “colonialismo” (16%) foi avaliado negativamente e suscitou emoções negativas. A “guerra colonial” (10%) foi considerada o acontecimento mais negativo da história nacional, suscitando emoções muito negativas, sobretudo revolta e frustração. Por seu turno, a “descolonização” (16%) configurou-se como o acontecimento mais polêmico, uma vez que as opiniões sobre a sua valência cobriram todo o espectro da escala, desde as mais positivas às mais negativas, o que deu origem a uma média de valência que, embora negativa, pouco se distancia do ponto neutro da escala (CABECINHAS, 2019, p. 21).

De modo geral, a autora aponta os resultados como um desencontro das memórias do passado colonial, exemplificando que “[...] enquanto os participantes angolanos evocaram a escravatura, o tráfico de escravos e os massacres, os participantes portugueses recordaram sobretudo os descobrimientos, esquecendo os efeitos opressivos da colonização” (CABECINHAS, 2019, p. 24).

O intuito maior de trazer essa pesquisa para a presente discussão, é mostrar como a construção dessa memória parte da instrumentalização de uma “memória

nacional” e como são manipuladas através da seletividade dos fatos. Isto é, mostrando como essas memórias são apresentadas de maneiras diferentes por países colonizados, mesmo quando considerados como possuindo memórias de um “passado em comum”, entendendo que se conectaram pelo fato de serem falantes da língua portuguesa. Contudo, não são o suficiente para que as emoções possuam significados semelhantes (CABECINHAS, 2019).

Em uma matéria publicada pelo jornal O Globo⁴³, em 2021, mostra que segundo o último censo realizado em Portugal, o número de residentes estrangeiros aumentou em cerca de 40% em 10 anos e aponta que 63% dos estrangeiros são brasileiros. Desta forma, os portugueses se vêem diante de um enorme número de estrangeiros no país, assim como uma diversidade cultural e linguística cada vez maior, o que marca um contato mais próximo entre brasileiros e portugueses. Segundo Oliveira (2022), dentre esses encontros nas interações sociais, culturais e linguística com os estrangeiros, as opiniões de alguns portugueses julgam o Português brasileiro como defeituoso, errado e feio, sendo considerado inferior ao Português europeu, não somente pela diferença nos sotaques, como também por questões morfosintáticas e léxico-semânticas.

No ano de 2021 ocorreu um caso polêmico envolvendo o youtuber brasileiro Luccas Neto: *Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'*⁴⁴. Em uma reportagem, pais de crianças portuguesas reclamaram do fato de seus filhos, com idades entre 3 e 9 anos, estarem falando com sotaque e expressões brasileiras, causando desconforto aos familiares que se sentiam ofendidos ao serem questionados se sua família era brasileira.

A reportagem cita relatos sobre as trocas de palavras das crianças como: “Laura não diz que vê um polícia na rua mas sim um policial, a relva é grama. Come tudinho. Já Lara pediu à mãe uma bala no supermercado (...)” (LUZ, 2021). Esses acontecimentos serviram como um “alerta” aos pais, que para contornarem a situação relatam terem colocado seus filhos em sessões de terapia da fala, apontando como um

⁴³ AMATO, G. Brasileiros são maioria entre os 555 mil estrangeiros em Portugal. O Globo, 17 de dez. de 2021. Portugal Giro. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/brasileiros-sao-maioria-entre-os-555-mil-estrangeiros-empotugal.html>. Acesso em: 29 de ago 2023.

⁴⁴LUZ, 2021. "Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'": - Jornal DN <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>. Acesso em: 29 de ago 2023.

“vício” das crianças. Ainda na mesma matéria, a professora portuguesa de linguística Catarina Menezes observa a situação sob outra perspectiva e comenta que esses exemplos deveriam ser incorporados às salas de aula para situar as crianças sobre os diferentes contextos culturais, promovendo, assim, a interculturalidade da língua.

Falo, de forma mais específica, de reações adversas e que desconstroem o discurso português que se coloca como defensor da democracia racial no país. Alguns exemplos podem ser citados, como é o caso ocorrido em uma Universidade de Direito de Lisboa, em abril de 2019, onde um grupo de estudantes portugueses deixaram uma caixa com pedras e um cartaz com os dizeres “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’”⁴⁵, a expressão pejorativa “zuca”, é utilizada para designar os brasileiros, também chamados de brazucas, incentivando o ataque contra os estudantes brasileiros da universidade.

Fotografia 11 - Na imagem do cartaz em frente a caixa está escrito: “Grátis se for para atirar a um ‘zuca’”.



Fonte: Gazeta do Povo

Em mais um caso de ataque à brasileiros, uma reportagem publicada pelo jornal BBC News Brasil, em maio de 2022, compartilha dados da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), órgão ligado ao governo português, que registra que o número de denúncias de xenofobia contra brasileiros em Portugal aumentou em 433% desde o ano de 2017⁴⁶. Casos de discriminação contra brasileiros

⁴⁵ “Grupo de Estudantes coloca caixa com pedras ‘para atirar’ em brasileiros na Universidade de Lisboa” - Jornal Gazeta do Povo <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/grupo-de-estudantes-coloca-caixa-com-pedras-para-atirar-em-brasileiros-na-universidade-de-lisboa/>. Acesso em: 29 de ago 2023.

⁴⁶ BARRUCHO. Discriminação contra brasileiros em Portugal: 'Tive que falar inglês para ser bem tratado'.

vêm aumentando de forma significativa, assim como o número de brasileiros que passam a migrar para Portugal, marcando um momento de tensão entre brasileiros e portugueses, uma vez que os últimos não aceitam a chegada de brasileiros ao país, em uma grande contradição discursiva e até mesmo histórica. Em alguns comentários compartilhados na matéria da BBC News Brasil é possível ler:

"Não é problema meu se você não sabe falar português". "Não há água potável no Brasil". "Mulher brasileira vem para cá para roubar o marido das portuguesas". "Os moradores estão se sentindo incomodados de ver uma pessoa assim como você, estranha, andando por aqui". "Brasileiras são todas p*! ". "Você não entende nada. Você é burra". "Claro que não, brasileiro vir dar aula aqui?" (BARRUCHO, 2022)

As falas acima, expõem comentários proferidos por alguns portugueses a brasileiros e brasileiras que vivem em Portugal e explicitam o preconceito linguístico, a xenofobia e o machismo sofrido por quem vive lá e já escutou algumas dessas frases. Especificamente em relação à fala “Não é problema meu você não saber falar português”, ela representa implicitamente o preconceito linguístico que menospreza as variações linguísticas e a relação que portugueses têm com a Língua portuguesa, tomando-a para si, como colonizadores que se entendem como os donos legítimos e definem seu português europeu como o padrão, por outro lado, os brasileiros estariam utilizando a sua língua de maneira errônea. Entretanto, é importante frisar que “nenhum dos dois é mais certo ou mais errado, mais feio ou mais bonito: são apenas diferentes um do outro e atendem às necessidades linguísticas das comunidades que os usam, necessidades que também são... diferentes!” (BAGNO, 2008, p.31).

Dessa forma, as notícias atuais apresentadas aqui têm como objetivo mostrar como a memória social e a identidade portuguesa são questionáveis. Ao mesmo tempo que recorrem a um passado de glórias, navegações e grandes encontros, veem sua comunidade protagonizar atos xenofóbicos e racistas, mostrando que o apagamento histórico ainda se mantém presente na sociedade portuguesa. Fica evidente que é necessário descolonizar o imaginário de portugueses que insistem em continuar se promovendo como detentores únicos da língua com argumentos xenofóbicos, racistas e machistas, de maneira que haja mudanças sociais e em políticas públicas que deem suporte aos estrangeiros e brasileiros. Isso para que se provoque uma mudança de comportamento, desconstruindo a ideia eurocentrista de superioridade aos outros povos e às suas culturas em respeito à diversidade e igualdade.

4.3 O PAPEL SOCIAL DA MUSEOLOGIA - MODOS DE (RE)SIGNIFICAR

O pensamento museológico tem passado por diversas transformações e revisões nos últimos anos na tentativa de cada dia mais se afastar da sua herança colonial fundante. Assim, abrem-se possibilidades para dar voz às camadas excluídas na sociedade, de maneira que se (re)pense através de fundamentações teóricas contemporâneas e exemplos de práticas museológicas que vão na contra mão de uma museologia eurocêntrica em que causas e lutas contra preconceitos são cada vez mais abraçadas e viabilizadas nesses espaços. Isso com o intuito maior de ruptura através de uma nova museologia que se propõe em reescrever a história dos povos considerados como “perdedores”, ou seja, os colonizados, os subalternos, os vencidos pelos colonizadores e pela cultura europeia hegemônica, através de uma revolução histórica, cultural e estética.

Segundo o historiador Pierre Nora (2009, p. 8), a desconstrução da história, ou seja, a “democratização da história”, consiste em um movimento de libertação e emancipação dos povos na contemporaneidade, “[...] a rápida emergência de todas as formas de memória no caso de minorias, para as quais a recuperação de seu passado é parte integral da afirmação de sua identidade”. Além disso, o autor afirma que a memória se conecta com algo concreto nas relações de espaços, objetos e imagens e essas mesmas relações e representações são compreendidas por nós através dos museus.

Pensar uma museologia social abre caminho para desvincular interesses políticos e ideológicos, “a crítica mais sofisticada dirigida à museologia social denuncia o seu caráter político e ideológico [...] Não há dúvidas: a museologia social tem um acento político, forte e explícito [...]” (CHAGAS, 2018, p. 86). Segundo Mario Chagas (2018), a museologia social se impõe como uma proposta de pensar o museu de maneira ética, em uma perspectiva libertária, nas dimensões científica, política e poética, se comprometendo a reduzir as desigualdades sociais, combater preconceitos e favorecer minorias sociais.

Chagas (2018) comenta que desde o final do século XX o museu vem se modificando, focando em se aproximar e criar um diálogo com as expressões da vida social. Além disso, os museus vêm passando por uma crise de identidade, deixando de ser um “templo das musas”, como era conhecido em sua fundação, para se tornar um “fórum de ideias”, assim “(...) os novos museus afastavam-se da ênfase nos objetos e

buscavam tornar-se ‘fórum de ideias e fóruns de debates públicos’ em torno de questões sociais, políticas e culturais relevantes para a sociedade” (CHAGAS, 2018, p. 96). Ainda segundo o autor⁴⁷, ao longo dos últimos anos os museus passaram por diversas transformações sociais, deixando de ser apenas lugares que abrigam coleções e acervos para se tornarem espaços de convivência, expressão social, de construção de memórias e de identificação.

A ideia de descolonização dos museus questiona possibilidades de intervenção e reinvenção museológica, pensando também como as promessas contemporâneas têm sido eficazes em sua concretização no presente, afinal, é realmente possível descolonizar os museus? Cocotle (2019, p. 10) desacredita dessa possibilidade de descolonização, considerando que “(...) parece que a única proposta acertada deveria implicar a anulação da instituição em si, a dissolução total de sua própria racionalidade. Queimá-lo até os alicerces”. Mas é possível pensar nessa descolonização em um museu que ainda nem existe? Ou seja, a idealização de um museu que vive às sombras e nos sonhos de um povo que o aguarda ansiosamente, na esperança de representar todas as suas “glórias” do passado colonial.

Em suas narrativas, Portugal toma para si apenas a “positividade” dos feitos e negligencia o passado dos outros povos, sejam eles os povos indígenas originários ou africanos escravizados, que auxiliaram na construção e consolidação de Portugal, ficando à margem da história portuguesa e universal e sendo apenas objetos e figurações em uma história que não passa de glorificação e exaltação a todo sangue derramado. A musealização ainda é uma forma de tratar o passado de maneira imprecisa e muitas vezes seus objetos não possuem as devidas referências de sua situação de origem, na grande maioria vinda de povos que foram colonizados e roubados, assim “a musealização separa a matéria cicatrizada da ferida aberta no momento da colonização” (BRULON, 2020, p.15).

Como crítica ao anacronismo promovido nos discursos portugueses em torno da construção do Museu da “Descoberta”, a artista visual e poeta Patrícia Lino realizou uma série de obras chamada “P-a-r-a-o-i-d-é: a poesia moderna como prática

⁴⁷ “A nova museologia convocava os sujeitos sociais a intervir ativamente e a resistir aos determinismos da História dos heróis e do passado glorioso. O caráter militante dessa ação museológica assentava-se na diferença fundamental entre a memória como lar da tradição e a memória como potência e ferramenta para a transformação social” (CHAGAS, 2018, p. 97).

anticolonial”, em manifesto ao fato de Portugal continuar perpetuando as memórias coloniais no presente. A pesquisadora levanta em sua série de obras uma crítica à hegemonia narrativa colonialista em torno da construção do museu, abordando como tema central em seu poema visual “Museu dos Descobrimentos: Portugal 2019” (Fotografia 11). Analisando, a obra poderia ser lida como se a estrutura arquitetônica do museu fosse representada por caixões, o que seria uma forma de chamar a atenção ao silenciamento promovido dentro dos museus relacionados à violência colonial e às mortes de indígenas e africanos durante os processos de colonização sem promover críticas ou revisionismo histórico. Enquanto isso, vozes continuam a ser silenciadas e remetidas às margens do espaço público e político português.

Fotografia 12 – 'Museu dos Descobrimentos: Portugal 2019'. Poema Miniatura. Artista: Patrícia Lino



Fonte: Site da artista - <https://www.patricialino.com/museu-dos-descobrimentos.html>

Nesse sentido, pontuam-se algumas questões sobre a museologia, quais sejam: se o museu é tido como um lugar privilegiado de construção da memória, como é possível que esse novo museu designado para ser uma representação das “descobertas” possa trazer uma narrativa histórica diferente sobre o processo de colonização do que já foi trazido anteriormente em outros espaços? Em que sentido esse novo museu poderia representar uma ruptura com essa tradição?

Segundo Brulon (2020), a ciência contemporânea auxiliaria a desconstruir a própria autoridade científica dentro da museologia, promovendo discussões em torno de reparações históricas e indo ao embate das desigualdades em que estamos inseridos. Assim, poderiam promover neste novo museu uma museologia que se afaste da sua colonialidade fundante. Abordando pesquisas recentes sobre a colonialidade do poder dentro dos museus, pensadores contemporâneos voltados a essas linhas de pesquisa poderiam auxiliar na construção de narrativas que promovessem o revisionismo histórico dentro e fora do museu.

O autor também chama a atenção para a importância de compreender o museu como um dispositivo de democracia cultural, sendo este um passo importante para a construção de políticas públicas, permitindo elaborar um museu plural e contra-hegemônico, pois “fomos destituídos da oportunidade de pensar a partir deles, de repensar os usos políticos do passado, reintegrando a matéria à experiência subjetiva, tendo o museu como plataforma e dispositivo da mudança em direção a um futuro descolonizado” (BRULON, 2020, p. 25). Entretanto, também é questionado quem promoveria essas mudanças, de quem seriam as vozes que construiriam esses novos espaços de retratação e promoção do conhecimento?

Algumas perguntas, então, se impõem sobre a museologia que se propõe reflexiva: o Outro, afinal, pode falar de si mesmo ao se automusealizar? O intelectual pode falar do Outro sem subalternizá-lo? Como produzir conhecimento e transmitir patrimônios sem reproduzir as posições hierarquizadas de sujeito e objeto? Poderiam os museus e a museologia escapar a sua colonialidade fundante? (BRULON, 2020, p. 22).

Segundo Machado (1999), os chamados “povos sem-história”, dentre eles indígenas e afrodescendentes, clamam pelo direito de produzir e construir a sua própria história e para isso há um longo caminho a ser percorrido, ainda que estudiosos vêm abrindo portas para estas narrativas. Contudo, também é um desafio para intelectuais abrirem mão de um lugar de autoridade acadêmica, visto a importância de estabelecer um contexto dialógico entre ambos os lados mantendo-se sempre atentos para não introduzir suas visões de mundo sob a visão do outro, “[...] este intelectual teria que se manter alerta para a intrusão de dimensões idealizadas, que colocam no discurso do nativo, uma pureza e originalidade que amordaçam e destroem a criatividade da cultura idealizada, em nome de nossa própria incapacidade de abdicar do controle sobre o outro” (MACHADO, 1999, p. 157).

A produção de conhecimento ainda está vinculada às relações de poder e saber hierarquizadas. Há autoridades nas ciências modernas que delimitam o conhecimento, o “museu” e a “museologia”, que são categorias vindas da colonização e suas desvinculações com o passado estão em permanentes negociações e reformulações históricas, políticas e culturais (BRULON, 2020). De acordo com Brulon (2020, p. 19), há dois problemas sociológicos que desafiam a construção de uma museologia decolonial e reflexiva, ao que ele propõe “[...] reintegrar a matéria ao pensamento, e aos sujeitos da musealização, para compreender o lugar político que os museus ocupam em nossas sociedades e encontrar os meios de subverter os enunciados hegemônicos que promovem a exclusão”.

A ocupação de vozes marginalizadas nessas arenas de representação favorece o compartilhamento de diferentes visões de mundo e de histórias para além da que aprendemos sob a perspectiva do colonizador. Ao dar voz às populações indígenas e africanas promovemos um diálogo multicultural e multilinguístico, onde a história da colonização não ficaria somente à demanda da escrita do colonizador⁴⁸.

A exposição “A Presença do Invisível: Vida Cotidiana e Ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque”, é registrada por Regina Abreu e Lívia Nascentes em seu texto *Museus e os Povos Indígenas: novas formas de comunicação museológica no século XXI*. Essa exposição apresenta um modelo expográfico exemplar através das conexões, com o intercâmbio entre os povos indígenas, os funcionários do museu e os curadores, dando autonomia para os integrantes do grupo pensarem juntos em como seria a construção, contextualização, cenografia e composição da exposição. Dessa maneira, o texto registrou a importância dos museus como uma ferramenta nas lutas pelo reconhecimento das etnias indígenas perante a sociedade. Os artefatos passam a ser vinculados às experiências reais e cotidianas dos grupos e não a uma mera visão reducionista e exótica dos objetos, garantindo um processo comunicativo intercultural, possibilitando “a leitura sobre a cultura do Outro a partir da dinâmica de alteridade vivida e expressa pela diferença” (ABREU; NASCENTES, 2018, p. 47).

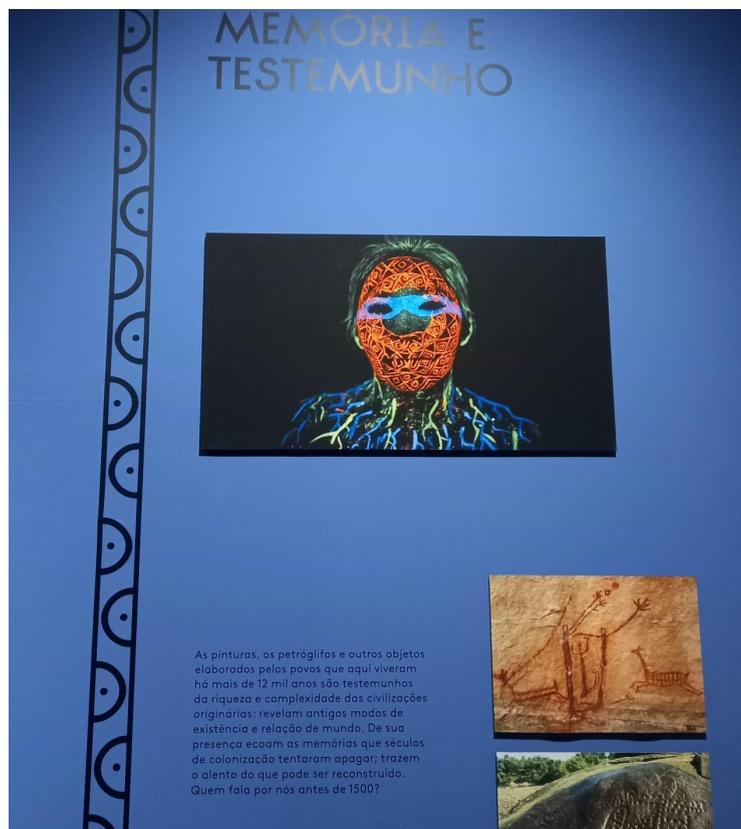
Em um outro exemplo, ao abrir as portas do museu para dar voz aos povos originários na exposição *Nhe’ẽ Porã: Memória e Transformação*, o Museu da Língua Portuguesa nos mostra que é preciso promover um diálogo de múltiplas histórias

⁴⁸ “O fato de indígenas ainda terem que lutar por sua existência simbólica nos museus da nação não está desvinculado do projeto político de sua eliminação material dos territórios que ocupam ou dos que poderiam vir a ocupar. [...] O que testemunhamos, de fato, é a apropriação do dispositivo que atribui valor e produz inteligibilidade por aqueles que eram excluídos das arenas de representação” (BRULON, 2020, p. 22)

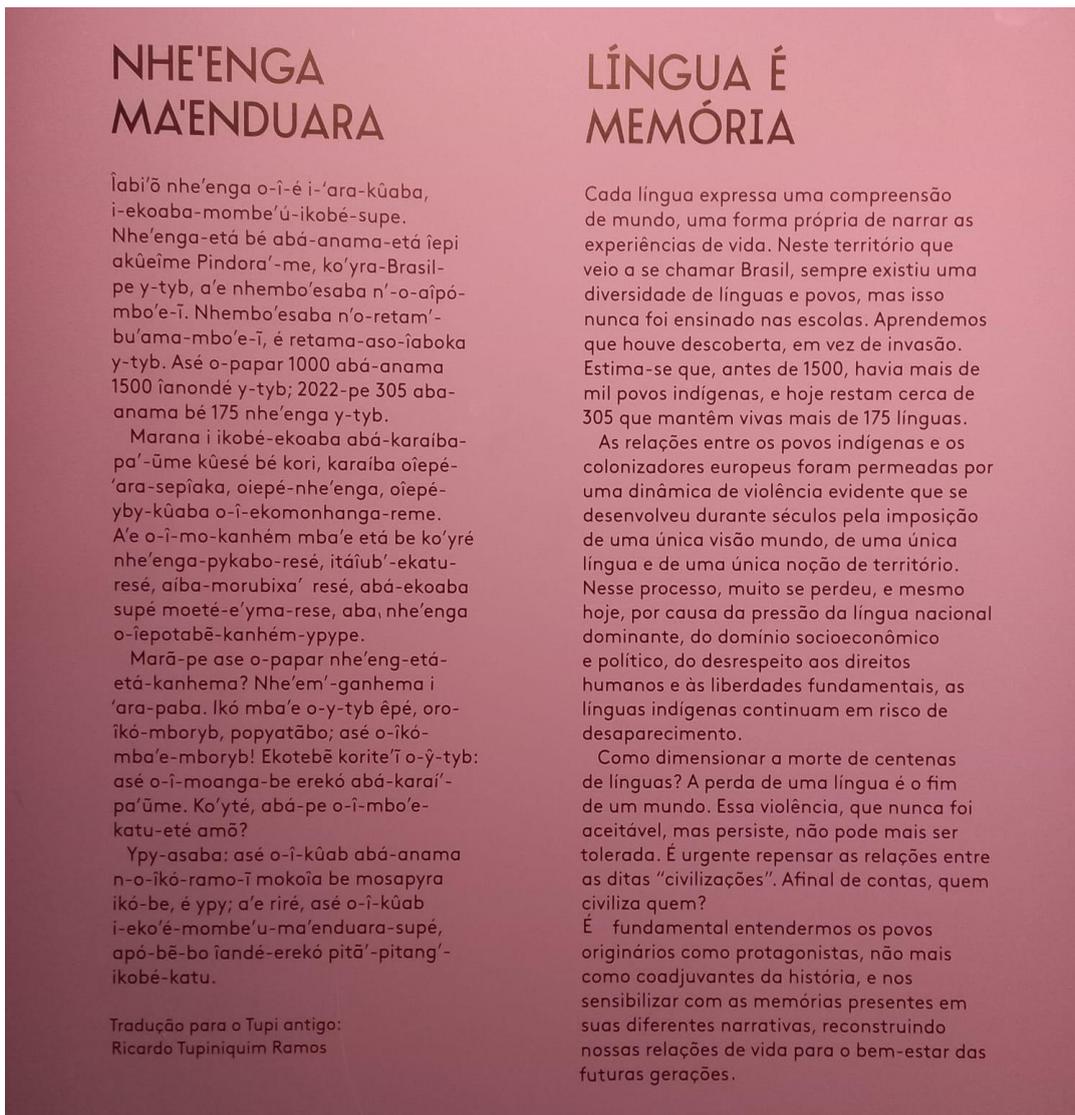
do passado, trazendo o questionamento: *Quem fala por nós antes de 1500?* (Fotografia 13). O museu promove, assim, novas compreensões de mundo e mostra que a palavra “descoberta” só é apreciada na visão dos portugueses e que desde então esta foi a única promovida como visão de mundo. Enquanto isso, os povos colonizados a substituem por “invasão” (Fotografia 14).

Ribeiro (2018) aponta que o Museu da “Descoberta” só se tornaria possível se permitisse dar visibilidade às histórias negadas, promovendo um diálogo com as múltiplas histórias do passado e a apropriação popular, além disso, seria imprescindível suspender todas as narrativas coloniais e neocoloniais. Também chama a atenção para a reflexão de que os usos e escolhas de linguagem não são inofensivos e, caso o museu fosse construído, sua nomenclatura poderia conduzir a esta clareza entre as relações gramaticais e discursos de poder através das palavras, “[...] a gramática da memória tem sempre muito mais a ver com o presente do que com o passado” (RIBEIRO, 2018, p. 2).

Fotografia 13 – Memória e testemunho. *Exposição Nhe'ë Porã: Memória e Transformação.*



Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro em 7 fev. 2023.

Fotografia 14 - Língua é memória. *Exposição Nhe'ë Porã: Memória e Transformação.*

Fonte: Arquivo pessoal da autora, registro em 7 fev. 2023.

O autor também destaca a importância de documentar as discussões controversas em defesa da nomenclatura, designando como colonialidades da memória e considerando as discussões nos jornais de grande relevância museológica. Além disso, define como uma espécie de cegueira ideológica a reprodução dessa imagem conformista com o passado, construída pelos portugueses, que nega qualquer outro tipo de conhecimento e memórias diferentes e vê a necessidade de:

Enfrentar e documentar criticamente essas questões seria, desde logo, uma forma de obviar ao risco – comum à forma “museu” – de oferecer uma imagem simplesmente estática do passado, sobretudo se essa documentação fosse capaz de oferecer um retrato em profundidade dos processos de construção da memória coletiva que subjazem às muitas tomadas de posição entretanto surgidas (RIBEIRO, 2018, p. 2).

Há uma cobrança sobre qual seria o posicionamento do museu, se permaneceria glorificando as memórias coloniais ou tomaria uma posição crítica e contemporânea sobre a história. Dariam vozes aos povos que sofreram com a violência colonial, aos que foram explorados, roubados e vendidos como escravos? Afinal, não basta somente falar desses temas sem permitir que esses espaços tornem-se zonas de contato e que esses grupos possam ter espaço de fala dentro desse museu e na construção do mesmo. Em uma outra sugestão de ideias sobre como o museu poderia abordar o tema, a historiadora portuguesa Patrícia Martins Marco compartilha suas indagações em torno do futuro museu em um comentário compartilhado em 2020:

Por exemplo, vai a “Descoberta” mostrar aos visitantes quantas pessoas morreram em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau durante o conflito armado pela independência? Quantos jovens portugueses o regime sacrificou? Ou vai, em vez disso, mostrar os campos de concentração e as torturas? Possivelmente, talvez, Medina também tenha em mente falar de como os corpos de pessoas raptadas e escravizadas eram transformados em propriedade com um ferro ardente que as “carimbava” com as armas da Coroa Portuguesa? Ou, em vez disso, vai dar a “descobrir” aos visitantes as estimativas de quantas pessoas foram escravizadas (e, já agora, quantos destes seres humanos que foram propriedade padeceram sob a tutela da Companhia de Jesus)? Ou possivelmente até talvez possa também “descobrir” a contínua escravização dos povos indígenas na América Portuguesa, mesmo após a lei da abolição de 1755? Ou, porventura ainda, o Museu Medina possa dar a “descobrir” ao visitante a absoluta banalidade de castigos corporais violentíssimos, ou de como estes eram regulados? (por exemplo, de como se devia evitar o chicote, já que era preferível fazer muitos cortes nas mãos e depois sobre eles verter ou urina ou sumo de limão)? (MARCOS, 2020).

Uma museologia plural poderia ser um caminho a se tomar para a (des)construção desse museu, de maneira que se pense em tratar como foi o real processo de colonização e invasão de territórios, quais foram os pontos negativos e mais obscuros da história, havendo também uma perspectiva de descolonizar a história com pesquisas baseadas em pensadores africanos e indígenas contemporâneos, e que a história dentro deste museu seja escrita sob o olhar do colonizado.

A revisão do pensamento aqui proposto não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas (BRULON, 2020, p. 26).

Segundo seu texto, Mario Chagas (1999) enfatiza que “*Há uma gota de sangue em cada museu*”, nele o autor nos leva a refletir sobre o museu enquanto

instituição, sendo uma arena que possui sangue desde a sua estrutura, um espaço de conflitos entre as tradições e contradições, podendo também ser designado como um campo de luta. Segundo o autor, eles podem ser analisados como lugares de memória e poder ao mesmo tempo, levando em consideração que o que é apresentado dentro dos museus não é uma verdade única e acabada, mas sim uma leitura possível e historicamente controlada, “toda a instituição museal apresenta um determinado discurso sobre a realidade. Este discurso, como é natural, não é natural e compõe-se de som e de silêncio, de cheio e de vazio, de presença e de ausência, de lembrança e de esquecimento” (CHAGAS, 1999, p. 19).

Portanto, esse “campo de batalha” (CUNHA, 2006) onde se encontram as memórias sociais, entendidas enquanto representações partilhadas, dotam de conteúdo e sentido, estando em constante confronto com o passado dentro dos museus que buscam resistências em movimentos negros, sociais, culturais e étnicos, para que esse passado seja modificado através da reescrita da história, onde os considerados “Outros” se coloquem como sujeitos pensantes nessas narrativas e tenham os seus lugares de fala nesse jogo das memórias. Essa ressignificação proposta precisa vir de projetos políticos, educativos e sociais, para que abarque as mais diversas camadas sociais e étnicas. Esse museu deve ser pensado e construído de forma ampla e o revisionismo histórico e campanhas antirracistas são os primeiros passos para uma museologia mais plural, sendo esta uma ferramenta para uma transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos entender as relações entre museologia, história, análise do discurso e as construções de conhecimento através do ensino, tendo como objeto de estudo um museu que ainda não foi construído. Chegando ao fim desta pesquisa, poucas atualizações aparecem nas buscas na internet e não se sabe ao certo se a sua concretização chegará ao fim algum dia. Contudo, quanto mais se pesquisava sobre o tema, mais se descobria um passado de discursos e narrativas que já se repetem há quase um século, antecedendo até mesmo a exposição de 1940, mas que se fortaleceram com a mesma. A partir daí, a construção de memórias coloniais promovida pelo ex-presidente e ditador António Oliveira Salazar esteve presente na maioria de seus discursos, contribuindo para o nascimento da perspectiva lusotropicalista e multiracial que acompanha os discursos políticos propagados até hoje, como “*o modo português de estar no mundo*”.

Se fez necessário voltar ao início da história, isto é, o momento de encontro nas expansões. O mito da modernidade, a colonialidade do poder e o eurocentrismo foram cruciais como primeiro entendimento para se compreender o sistema-mundo capitalista que vivemos hoje, assim como, compreender como se deram as relações de poder sobre o “Outro”. As relações de identidade e nação foram construídas através desses vieses, em que ao se deparar com o desconhecido, o português tomou forma e se viu como superior e civilizado. Desse modo, essa “superioridade” foi percebida como algo poderoso para se encaixar nos parâmetros sociais entre as outras monarquias e hierarquias europeias. Portugal viu assim uma chance de se destacar entre os outros reinos, mostrando que poderia prover de matérias primas e riquezas, é a partir daí que o país toma forma e se coloca como um marco importante na história.

Segundo a história, foi preciso explorar, roubar, matar e violentar o *Outro* para construir seu império e concretizar sua expansão territorial, porém, sobre isso nada se fala, reproduzindo nos dias de hoje apenas o que o país tirou de proveito através da mão de obra escrava e do extrativismo. Quanto mais se aprofundava as pesquisas mais se via o afastamento sobre o assunto, como nos livros didáticos que ensinam desde cedo as glórias do país e que escravizar negros e indígenas foi necessário e, segundo seus textos, a única solução.

Contudo, não é somente no ensino dentro das escolas. Os museus e exposições também promoveram e reforçaram esses discursos, auxiliando a construir um cidadão orgulhoso das glórias do passado de seu país, da forma como deixou marcas na história e do fato de que haviam nascido para desbravar os mares e descobrir outros mundos. Essa identidade foi sendo reforçada de diversas maneiras, os portugueses crescem estudando a história sob o ponto de vista do colonizador e aprendendo através de museus e exposições temáticas que reforçam o que se aprende nos livros.

Como seria de se esperar, acreditam que uma polêmica em torno de um Museu da “descoberta” não faz sentido, afinal, como alguém ousaria discordar ou desconfiar da história dos descobrimentos? O manifesto contra o museu ganhou destaque em apenas duas cartas contra a nomenclatura do museu, entretanto, as críticas contra esses manifestos foram muito maiores, com assembleias e jornais de opinião mostrando suas indignações contra os posicionamentos. Como é possível criticar um museu que falaria das glórias e da identidade da nação portuguesa? Isso feriu jornalistas e historiadores do país que não conseguiam crer em tais ousadias contra a memória portuguesa.

A pesquisa buscou levantar e registrar esses manifestos contra e a favor do museu como uma forma de se aprofundar no assunto, na tentativa de compreender as relações históricas que estruturaram esses discursos, como se deu a construção de pensamento e aprendizagem desses conteúdos e como essas reproduções visuais influenciaram e reforçaram o mito do bom colonizador. Mesmo que no século XXI a visão portuguesa sobre a história ainda se construa através de uma imagem discursiva de heróis dos mares e conquistadores de terras e tesouros, além de civilizadores de outros povos, compreender como se dá essa elaboração de pensamento e identidade no presente é ponto chave para analisar tanto os museus já existentes, quanto a concepção desse novo espaço que insiste em dialogar com uma voz única e a partir de uma história com base no ponto de vista do colonizador.

A problemática maior em tudo isso é o apagamento que se perpetua na história, na cultura e na política, não havendo representatividade e revisionismo histórico. A pesquisa se iniciou com a curiosidade de entender os fatos ocorridos em 2018, na tentativa de compreender todos esses pontos abordados ao longo da pesquisa. Em alguns momentos se buscou soluções através de uma museologia social que abordasse

os fatos históricos com mais clareza e na perspectiva dos povos explorados que tiveram suas populações dizimadas no processo colonial. Sobretudo, é visto que a educação patrimonial como agente social pode promover questionamentos sobre o que preservamos hoje e o porquê de preservarmos, nos auxiliando a compreender a dramaticidade simbólica e as memórias do nosso passado ainda presente nos espaços sociais.

Em Abril de 2023 a ONU volta a cobrar um posicionamento de Portugal frente ao seu passado colonial⁴⁹, considerando que o país deve pedir desculpas por seu papel no comércio transatlântico de pessoas escravizadas e pelas práticas de escravidão em suas ex-colônias. Espera-se que o país fale abertamente, em tom de retratação, sobre os massacres e atrocidades graves cometidas em seu passado, para que não se repita.

Finalizo sem nenhuma atualização sobre o museu, que desde a pandemia perdeu relevância e foi sendo engavetado, mas espera-se que a pesquisa esteja pronta para quando o assunto voltar a ser discutido. Pois como sabemos, voltará.

⁴⁹ Matéria intitulada “Comitê da ONU pede retratação de Portugal por escravidão”, publicada no site oficial da ONU. Site: <https://news.un.org/pt/story/2023/04/1813527>. Acesso em 29 de ago. 2023.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; NASCENTES, Livia. Museus e os Povos Indígenas: novas formas de comunicação museológica no século XXI. In. ABREU, Regina; FREIRE, J. R. B. **Memórias e Patrimônios Indígenas: conquistas e desafios**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2018. v. 1. 256p.
- ALEMÃO, Samuel. **Museu dos Descobrimentos em Lisboa deverá ter um núcleo dedicado à escravidão, diz assembleia municipal**. O Corvo. Lisboa, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://arquivo.pt/wayback/20211012085457/https://ocorvo.pt/museu-dos-descobrimentos-em-lisboa-devera-ter-nucleo-dedicado-a-escravatura-diz-assembleia-municipal/>>. Acesso em: 03 set. 2023.
- ALMEIDA, José Carlos. Memória e identidade nacional: as comemorações públicas, as grandes exposições e o processo de (re) construção da nação. In: **A questão social no novo milênio**. 2004. p. 230.
- ALVIM, Mariana. **Por que a palavra 'descobrimento' renovou polêmica em Portugal sobre a conquista de terras como o Brasil**. BBC News Brasil, São Paulo, 12 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44035313#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20manifesto%2C%20a,com%20%22o%20Portugal%20democr%C3%A1tico>>. Acesso: 31 ago. 2023.
- AMATO, Gian. **Brasileiros são maioria entre os 555 mil estrangeiros em Portugal**. O Globo, 17 de dez. de 2021. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3a6zj7u>>. Acesso em: 27 de março de 2022.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia. A institucionalização do silêncio: a escravidão nos manuais de história portugueses. **Revista (In) Visível**, n. 1, p. 7-15, 2012.
- _____. A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, "Portugal" e (pós-) colonialismo. **Educar em Revista**, Curitiba n. 47, p. 145-171, 2013
- _____. As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas. **Investigar em Educação**, v. 2, n. 7, 2018.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Palavras mantidas a distância. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 217-237, 2004.
- BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz**. 50. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2008.

BALANDIER, Georges. La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers internationaux de sociologie** [online], v. 11, pp. 44-79, 1951. Paris: Les Presses universitaires de France. Disponível em: <<http://classiques.uqac.ca/>>. Acesso em: 03 set. 2023.

BARATA, André. **A descolonização de um museu**. O Jornal Econômico. 26 abr. 2018. Disponível em: <<https://jornaleconomico.pt/noticias/a-descolonizacao-de-um-museu-298499/>>. Acesso em: 03 set. 2023.

BARRUCHO, Luís. **Ensino de História em Portugal perpetua mito do 'bom colonizador' e banaliza escravidão, diz pesquisadora**. BBC News Brasil, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40735234>. Acesso em: 31 ago, 2023.

_____. **Discriminação contra brasileiros em Portugal: 'Tive que falar inglês para ser bem tratado'**. BBC News Brasil, 6 de Maio de 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61241139>>. Acesso em: 16 agosto 2023.

BAUER, Caroline Silveira. **Homenagear quem?** Sul21, Porto Alegre, 13 jun. 2020. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2020/06/homenagear-quem-por-caroline-silveira-bauer/>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. Escrevendo a história do conhecimento no Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set, 2018, p. 1-11.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 28, n. 1, p. 1-30, 2020.

CABECINHAS, Rosa. Luso(A)fonias. Memórias cruzadas sobre o colonialismo português. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 2, p. 16-25, 16 jul. 2019.

CARDINA, Miguel. Memórias amnésicas? Nação, discurso político e representações do passado colonial. Configurações. **Revista Ciências Sociais**, n. 17, p. 31-42, 2016.

CAROLA, Carlos Renato; MONTÉS, Rafael Valls. América Latina e Abya Yala no ensino de história espanhol: O “Descobrimento”, a conquista e as controvérsias da leyenda negra. **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 23, 2019.

CASTELO, Cláudia. O luso-tropicalismo e o colonialismo português tardio. **Revista Buala**, Lisboa, 5 de mar. de 2013. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/a-ler/o-luso-tropicalismo-e-o-colonialismo-portugues-tardio>>. Acesso em: 03 set. 2023.

CATROGA, Fernando. Pátria, nação, nacionalismo. In: PIMENTA, Fernando Tavares; ORGAL, Luís Reis; SOUSA, Julião Soares (Coords.). **Comunidades imaginadas. Nação e nacionalismo em África**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2008. p. 9-39.

CHADE, Jamil. **ONU critica Portugal por ensino 'inexato' do passado**. Estadão, São Paulo, 16 de set. de 2012. Disponível:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle>

/id/364380> Acesso em: 31 ago. 2023.

CHAGAS, M. S. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. (Cadernos de Sociomuseologia, v.13).

_____. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, 2018.

CLIFFORD, James. Museus como zona de contato. **Periódico Permanente**. São Paulo, v. 4, n. 6, p. 1-37, fev. de 2016.

COSTA, Julia Furia. **O “Culto da Saudade”: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília.

COCOTLE, Brenda Caro. **Nós prometemos descolonizar o museu: uma revisão crítica da política museal contemporânea**. MASP Afterall, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-X87a1s0ahKuQghS3VJ4D.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, L. **Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

DE ALENCAR, Valéria Peixoto. **Mediação cultural em museus e exposições de História: Conversas sobre imagens/história e suas interpretações**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

DE ALMEIDA, Miguel Vale. Comemoração, nostalgia imperial e tensão social-o desenvolvimento Portugal-Brasil: comentário às análises de imprensa. **Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 381-384, 2004.

DUSSEL, Enrique. **1492—o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. Europa, modernidade e eurocentrismo In: LANDER, Edgardo (coord.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

EIRAS, Natália. **Em Portugal e Espanha, colonização é ensinada como 'expansão de território'**. TAB Uol, 07 jul. 2020. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/07/em-portugal-e-espanha-colonizacao-e-ensinada-como-expansao-de-territorio.htm>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

ENDERE, María Luz. **Algunas reflexiones acerca del patrimonio. Patrimonio, ciencia y comunidad**. Su abordaje en los partidos de Azul, Olavarría y Tandil, p. 19-48, 2009.

EVANGELISTA, Thaís. **Artefatos históricos que haviam sido saqueados voltam ao Brasil**. Lorena. 24 jul. 2023. Disponível em: <https://lorena.r7.com/categoria/Noticias/Artefatos-historicos-que-haviam-sido-saqueados-voltam-ao-Brasil>. Acesso em: 03 set. 2023.

FERNANDES, Manuel de Matos. **Um museu dos Descobrimentos no Terreiro do**

Paço. Público, 16 set. 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/09/16/jornal/um-museu-dos-descobrimientos-no-terreiro-do-paco-276131>. Acesso em: 03 set. 2023.

FERREIRA, Nicolau; LOURO, Manuel. **Estátua do Padre António Vieira guardada por “neonazis”**. Público, 5 Out. 2017. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2017/10/05/sociedade/noticia/accao-de-protesto-contr-a-estatua-do-padre-antonio-vieira-barrada-por-neonazis-1787874>>. Acesso em: 03 set. 2023.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. A construção do Brasil no pensamento europeu dos séculos XVI, XVII e XVIII. **Acervo**, v. 24, n. 2, p. 7-24, 2011.

GOLDBERG, D. T. Modernity, race, and morality. **Cultural Critique**, Minneapolis, v. 24, p. 193-227, 1993.

GOMES, Alessandro Martins; DA ROCHA, Roberto Barroso. Descobrimento/achamento, encontro/contacto e invasão/conquista: a visão dos índios na descoberta da América Portuguesa. **identidade!**, v. 21, n. 1, p. 91-109, 2016.

GOMES, Mariana Selister. Narrativas Patrimoniais e Turísticas em Salvador:(des)(re) construções do mito da democracia racial brasileira. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, v. 38, 2014.

_____. Dos Museus dos Descobrimientos às Exposições do Império: o corpo colonial em Portugal. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3, p. 1-15, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria política de Amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), p. 69-82, 1988.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo horizonte: UFMG, 2003.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomás T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

HESPANHA, António M. As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna. In: TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; PORTUGAL, PT: Instituto Camões, 2001

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLESIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. **Estudos Avançados**, vol.6, no. 14. São Paulo Jan./Apr. 1992.

KOFFI, Sylvie. **França devolve ao Benim 26 obras de arte saqueadas pelas tropas coloniais há 130 anos**. UOL, 10 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/nossa/noticias/rfi/2021/11/10/franca-devolve-ao-benim-26-obras-d-e-arte-saqueadas-pelas-tropas-coloniais-ha-130-anos.htm>>. Acesso em: 03 set. 2023.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o**

conceito de história". São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

LUZ, Paula Sofia. **Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'**. Diário de Notícias, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/sociedade/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html>. Acesso em: 03 set. 2023.

MACEDO, Isabel. Os jovens e o cinema português: a (des) colonização do imaginário?. **Comunicação e Sociedade**, v. 29, p. 271-289, 2016.

MACHADO, Maria Helena P.T. **O descontínuo na história da cultura colonial e pós-colonial: acidente ou fatalidade?**. Revista de História, n. 141, p. 151-159, 1999.

MAHER, Terezinha Machado. A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo. **Linguística Aplicada: suas faces e interfaces**. Campinas: Mercado de Letras, p. 255-270, 2007.

MARCOS, Patrícia Martins. **O colonizador afoito: o museu que Medina fantasiou e as lições que insiste em não aprender**. Público, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/16/opiniao/noticia/colonizador-afoito-museu-medina-fantasiou-licoes-insiste-nao-aprender-1920762>. Acesso em: 31 ago. 2023.

MARGATO, Cristina. **A controvérsia sobre um Museu que ainda não existe. Descobertas ou expansão?** Expresso, Lisboa, 12 mai. 2018. Disponível em: [https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao->](https://expresso.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-). Acesso em: 30 ago. 2023.

MARQUES, João Pedro. **O passado colonial não faz de nós racistas**. Observador, Lisboa, 01 mar. 2020. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/os-tempos-idos-nao-fazem-de-nos-racistas/>. Acesso em: 03 set. 2023.

MARQUES, João Pedro. **Que será feito do Museu das Descobertas?** Observador, Lisboa, 02 set. 2019. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/que-sera-feito-do-museu-dos-descobrimentos/>. Acesso: 03 set. 2023.

MARTINS, Christiana. **Polémica atrasa Museu das Descobertas**. Expresso, Lisboa, 24 de jun. de 2018. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2018-06-24-Polemica-atrasa-Museu-das-Descobertas>. Acesso em: 07 de jan. de 2021.

MARTINS, Pedro. De Afonso Henriques a Vasco da Gama: representações da história de Portugal na Exposição do Mundo Português (1940) e na Expo'98. **Língua-Lugar**, n. 1, p. e205, 2020.

McLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MENESES, Maria Paula. **Mundos locais, mundos globais: a diferença da história. Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios**. Porto: Campo das Letras, p. 75-93, 2008.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2005.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-17, 2017.

MIRANDA, Joana. Portugal – construção e reinvenção da nação. **Vivência**, n. 34, p.

153-166, 2008.

MONTEIRO, Carla Rafaela. **Entre o Tejo e os Jerônimos: a Exposição Histórica do Brasil nas comemorações dos centenários de Portugal em 1940**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

NÃO a um museu contra nós! Público, Maia, 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniaio/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

NASCIMENTO, Rosana Andrade Dias do. O “Brasil Colonial” e a Exposição do mundo português de 1940. 2008.

NOME de museu sobre descobrimentos portugueses gera polêmica em Lisboa. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/nome-de-museu-sobre-descobrimientos-portugueses-gera-polemica-em-lisboa.shtml>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, p. 7-28, 1993.

_____. Memória: da liberdade à tirania. **Revista Musas**, v. 2, n. 4, p. 6-10, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Descolonizando a ilusão museal – etnografia de uma proposta expositiva. In: LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato (Org.). **Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: UFPE ABA, 2016.

OLIVEIRA, Beatriz Dantas de. **Quando se fala “brasileiro”: o preconceito sociolinguístico sofrido por brasileiros que vivem em Portugal**. TCC. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Política linguística no Brasil**. São Paulo: Pontes, 2007.

_____. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Discursos e museus: da memória e do esquecimento**. Entremeios: revista de estudos do discurso. v.9, jul/2014. Disponível em <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 03 set. 2023.

PANEGASSI, Rubens Leonardo. A primeira modernidade e seu contexto intelectual: subordinação política e mundialização. **Anos 90**, v. 24, n. 45, p. 45-72, 2017.

PARDO, Mauricio. El patrimonio como una forma de culturización. Plural. **Antropologías desde América Latina y del Caribe**, v. 2, n. 3, 2019.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PEIXOTO, Domingos. **Festas e gafes nos 500 anos do Brasil**. O Globo, Rio de Janeiro, 22 abr. 2000. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/festas-gafes-nos-500-anos-do-brasil-9283747>>. Acesso: 30 ago. 2023.

PERALTA, Elsa. A sedução da história: construção e incorporação da “imagem de marca”

Portugal. Prats, L. e Santana, A. (orgs), **Turismo y patrimonio: entramados narrativos**. Colección PASOS edita, n. 5, p. 231-243, 2011.

PEREIRA, Rui M. Colonialismo, Póscolonialismo e Colonialidade—Lugares de Memória. Para que Serve um Museu dos Descobrimentos? **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, v. 60, 2020.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal?: Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 381-402, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Amanda Bonan Gusmão. Rasheed Araeen: Paki Bastard. **Revista-Valise**, v. 2, n. 3, p. 115-128, 2012.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RESTREPO, Eduardo. Artilugios de la cultura: apuntes para una teoría postcultural. Hall, S., Restrepo, E. y Del Cairo, C., Cultura: centralidad, artilugios, etnografía. **ACANT**, Bogotá, Colombia, p. 67-105, 2019.

RIBEIRO, António Pinto. Podemos descolonizar os museus? In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (orgs.). **Geometrias da Memória: Configurações Pós-coloniais**. Porto: Edições Afrontamento, 2016, p. 95-111.

_____. O impossível museu. **Memoirs Newsletter**, n. 3, p. 1-7, 2018.

_____. “Descobertas”— colonialidades da memória. **Memoirs Newsletter**, n. 11, p. 1-2, 2018.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Tinta limon, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Modernidade, identidade e cultura de fronteira. **Tempo social**, v. 5, p. 31-52, 1993.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **"Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória**. Revista Brasileira de História, v. 22, p. 425-438, 2002.

SILVA, João Céu e. **Fernando Medina: "Lisboa vai ter um memorial à escravatura"**. Diário de Notícias, 12 Jun. 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/14-jun-2020/fernando-medina-lisboa-vai-ter-um-memorial-a-escravatura-12305662.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SCHINDEL, Estela. Inscribir el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. **Política y cultura**, n. 31, p. 65-87, 2009.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of**

Historiography, v. 5, n. 10, p. 75-93, 2012.

SEGATO, Rita. Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. In: **Educar en ciudadanía intercultural**, p. 63-89, 2007.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THOMAZ, Luís Filipe. **Por um Museu dos Descobrimentos**. Observador, Lisboa, 06 ago. 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/opiniao/por-um-museu-dos-descobrimentos/>>. Acesso em: 03 se. 2023.

VALA, Jorge; SAINT-MAURICE, Ana. Representações sociais sobre o descobrimento do Brasil: Os actores e a colonização. **Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 385-404, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundial moderno. **Colecção Biblioteca das Ciências do Homem**. Vol. 1. Porto. Afrontamento, 1990.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. 1ª ed. Boitempo Editorial, São Paulo, 2007.